



# O BRASIL DOS AGROCOMBUSTÍVEIS

---

# CANA

2 0 0 8

---

Impactos das lavouras  
sobre a terra, o meio e a sociedade

**Repórter Brasil**

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis  
ONG Repórter Brasil

[www.agrocombustiveis.org.br](http://www.agrocombustiveis.org.br)

O lançamento deste relatório sobre os impactos da safra 2008 da cana-de-açúcar marca a conclusão do primeiro ciclo de atividades do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil. Esta pesquisa sobre a cana, uma lavoura em expansão diante do *boom* do etanol no mundo, traz um alerta sobre o contraste entre riqueza e pobreza que caracteriza o setor sucroalcooleiro: por um lado, altos investimentos de grupos nacionais e internacionais garantem o desenvolvimento de tecnologia de ponta; por outro, o avanço da monocultura gera danos ambientais e milhares de trabalhadores continuam submetidos à superexploração laboral. Ao longo de 2008, produzimos também um relatório sobre os impactos da soja e da mamona, e outro sobre dendê, babaçu, algodão, milho e pinhão-manso, sempre com o objetivo de subsidiar, com informações e análises qualificadas, movimentos sociais, organizações não governamentais, autoridades, empresários e especialistas em geral. Em 2009, novos relatórios serão lançados, a fim de verificar a evolução dos problemas causados pelas culturas que servem de matéria-prima aos agrocombustíveis. Todo esse trabalho pode ser acompanhado em nossa página na internet: [www.agrocombustiveis.org.br](http://www.agrocombustiveis.org.br).

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
<b>Centro-Sul  </b>	<b>7</b>
Impactos Trabalhistas	9
<b>Caso   Greve e Repressão ao Trabalhador</b>	<b>10</b>
<b>Caso   Migração e vulnerabilidade</b>	<b>16</b>
Impactos Ambientais	18
<b>Caso   População breca desmate em Colômbia (SP)</b>	<b>20</b>
<b>Caso   O cerco ao Pantanal</b>	<b>22</b>
Impactos Fundiários	24
<b>Caso   Projeto com cana fracassa em assentamento</b>	<b>26</b>
Impactos sobre Índigenas e Populações Tradicionais	26
<b>Caso   Os Xakriabás em Pontal</b>	<b>29</b>
<b>Nordeste  </b>	<b>30</b>
Impactos Trabalhistas	31
<b>Caso   Em Alagoas, 14 usinas autuadas por trabalho degradante e escravo</b>	<b>33</b>
<b>Caso   Trabalho escravo na Usina Laginha, do Grupo João Lyra</b>	<b>34</b>
Impactos Ambientais	35
<b>Caso   Usina Trapiche: crimes ambientais e conflitos sociais e fundiários</b>	<b>37</b>
Impactos Fundiários	38
<b>Caso   Usina Estreliana, símbolo da disputa de terra em Pernambuco</b>	<b>40</b>
<b>Caso   Usina Salgado, expulsão de sitiantes de área da União</b>	<b>40</b>
Impactos Hidro-Fundiários	42
<b>Caso   Canal do Salitre servirá à cana</b>	<b>44</b>
<b>Caso   A ameaça aos sertanejos no Baixio do Irecê</b>	<b>45</b>
<b>Amazônia  </b>	<b>47</b>
Frentes de Expansão	48
<b>Caso   Mil escravos na usina Pagrisa</b>	<b>50</b>
<b>Caso   Gameleira, uma usina no centro do poder</b>	<b>50</b>
<b>Recomendações  </b>	<b>52</b>
O Poder Público	53
O Poder Empresarial	54
<b>NOTAS</b>	<b>55</b>

## APOIO


**Solidaridad**

## COLABORARAM PARA A REALIZAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Comissão Pastoral da Terra (CPT) Alagoas  
 CPT Bahia  
 CPT Maranhão  
 CPT Pernambuco  
 CPT Araguaína  
 ECOA - Ecologia e Ação  
 Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)  
 Instituto Centro de Vida (ICV)  
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Pernambuco  
 4 Cantos do Mundo  
 Terra de Direitos

**EXPEDIENTE**

**O Brasil dos Agrocombustíveis:  
Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio  
e a Sociedade - Cana-de-açúcar**

**ONG REPÓRTER BRASIL**

**Coordenação geral**

*Leonardo Sakamoto*

**Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis**

**Coordenador**

*Marcel Gomes*

**Autores**

*Antonio Biondi*

*Mauricio Monteiro*

*Verena Glass*

**Produção dos Mapas**

*Roberta Roxi*

*Instituto Centro de Vida (ICV) - Alta Floresta (MT)*

**Projeto gráfico e Diagramação**

*Gustavo Monteiro*

**Fotos**

*Equipe Repórter Brasil*

*Altino Machado (pág. 48)*

*Aminemona (pág.19)*

*João Zinclair (págs. 31 e 44)*

*João Roberto Ripper (pág. 15)*

*MPT-Alagoas (págs. 32, 33 e 34)*

**Colaboração**

*Milenska Quisbert*

**Copyright ONG Repórter Brasil**

**É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar fonte de referência.**

**Impresso no Brasil.**

**Distribuição gratuita**

**Janeiro de 2009**

**ISBN 978-85-61252-07-6**



# APRESENTAÇÃO

A safra 2008 de cana-de-açúcar foi marcada pela corrosão das condições trabalhistas na lavoura e o avanço da monocultura sobre o Cerrado, a Amazônia, o entorno do Pantanal e o trecho da Mata Atlântica localizado no Nordeste. É com este alerta que o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil manifesta sua preocupação com o boom do etanol no país, neste terceiro relatório da série sobre os impactos causados pelas culturas agrícolas utilizadas na produção de agrocombustíveis. É a primeira pesquisa abrangente a ser divulgada no Brasil sobre os impactos sociais e ambientais da atual safra.

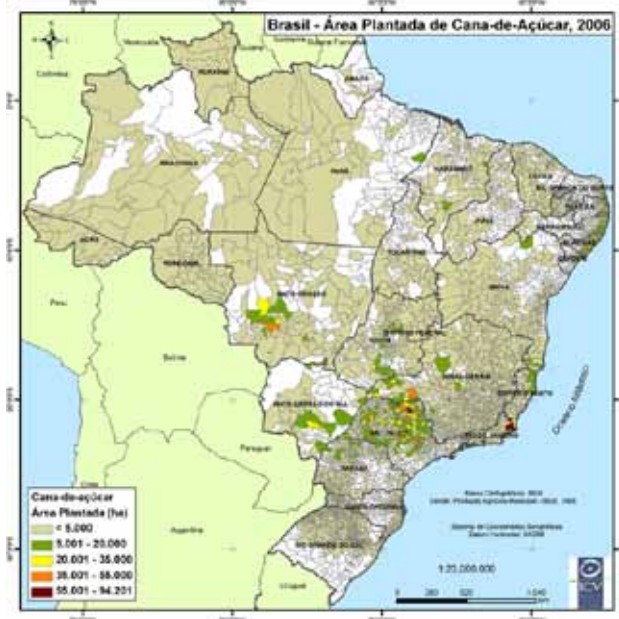
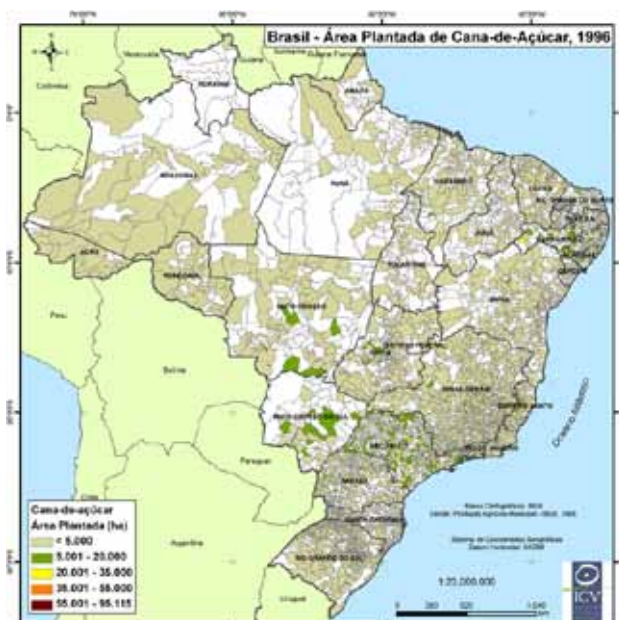
Os bilionários investimentos recebidos pelo setor sucroalcooleiro de empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais, têm incentivado o avanço dos canaviais em áreas já consolidadas, como São Paulo, e novas fronteiras no Centro-Oeste brasileiro. A crise financeira internacional, que eclodiu no segundo semestre, deve atrasar uma série de novos projetos, mas não a ponto de reverter o ciclo de expansão. Tanto que a produção nacional de cana em 2008 avançou 13,9% em relação à safra passada e, no próximo ano, deve crescer mais 7,6%<sup>1</sup>.

Apesar disso, a crise foi utilizada por empresas para justificar o aperto nas condições de remuneração no campo. Desde o final da década de 1990, a remuneração pelo trabalho vinha acumulando pequenos aumentos reais quando comparada à evolução dos preços dos alimentos, mas essa tendência se inverteu em 2008. Os reajustes salariais obtidos durante as negociações raramente chegaram a dois dígitos, enquanto o preço da cesta básica avançou 16%<sup>2</sup>. No Estado de São Paulo, onde estão concentrados 59,5% da produção de cana do país, a perda do poder de compra entre os trabalhadores incentivou greves, muitas vezes reprimidas com violência pela polícia e com demissões pelas usinas. O ambiente nos canaviais tornou-se tão explosivo que sindicalistas lembraram os protestos ocorridos na região de Guariba (SP), na década de 1980.

Como se pode observar, a insatisfação dos canavieiros não é recente. Tem origem em um modelo produtivo baseado na superexploração do trabalho, em que parte dos seguidos aumentos de produtividade do trabalhador é apropriado pelo dono da fazenda ou da usina. Desde 2000, a produtividade do trabalhador cresceu 11,9% no Estado de São Paulo, mas o preço pago ao cortador de cana avançou apenas 9,8%<sup>3</sup>. A safra de 2008 registra também piora das condições de trabalho em diversas instâncias. Por exemplo, aumentou, em termos relativos, a quantidade de autos de infração emitidos pelos fiscais a empregadores pau-

listas envolvendo desrespeito ao descanso semanal e falta de equipamentos de proteção individual. E 2.553 foram libertados, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de empreendimentos sucroalcooleiros que se valiam da escravidão contemporânea, a metade de todos os trabalhadores escravos resgatados no país ao longo do ano.

Do ponto de vista ambiental, a expansão da cana atinge áreas de Cerrado, da Amazônia, da Mata Atlântica nordestina e até da Caatinga. Em 2008, 24 usinas de Pernambuco foram multadas por diversos crimes ambientais. O Pantanal, um dos principais patrimônios ambientais do mundo, está pressionado pelos projetos de instalação de



usinas no Estado do Mato Grosso do Sul, nas proximidades de afluentes importantes para o bioma. O zoneamento agroecológico, promessa do governo para organizar a expansão do cultivo, foi criticado por vários setores e permanece no papel.

Sem preservar o meio ambiente, é praticamente consenso que os agrocombustíveis perdem sua vantagem comparativa em relação aos combustíveis fósseis; principalmente no caso do etanol, quando considerada a queima da palha da cana e a emissão de gases do efeito estufa. Nesse aspecto, o Estado de São Paulo assiste ao avanço da mecanização da colheita, o que, por um lado, traz consideráveis ganhos ambientais, mas, por outro, é visto pelos trabalhadores como um risco para seus empregos, já que são tímidas as políticas compensatórias, como a reforma agrária e a requalificação profissional. Estima-se que, por conta da mecanização, até 2014 cerca de 180 mil pessoas perde-

rão seus empregos apenas nas lavouras de cana do Estado de São Paulo.

Mais detalhes, análises e histórias dos impactos causados pelo avanço da cana no país poderão ser vistos nas páginas deste relatório, que está dividido em três grandes partes, em função de suas peculiaridades produtivas e históricas: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Para realizar este trabalho, os pesquisadores do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis percorreram oito Estados brasileiros - Acre, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo - e entrevistaram centenas de trabalhadores, sindicalistas, pesquisadores, autoridades e empresários do setor. Este trabalho também não seria possível sem o apoio de Cordaid, Fundação Doen e Solidaridad, assim como do Instituto Centro de Vida (ICV), que produziu mapas com exclusividade. A todos vocês, nosso sincero agradecimento.



## CENTRO-SUL

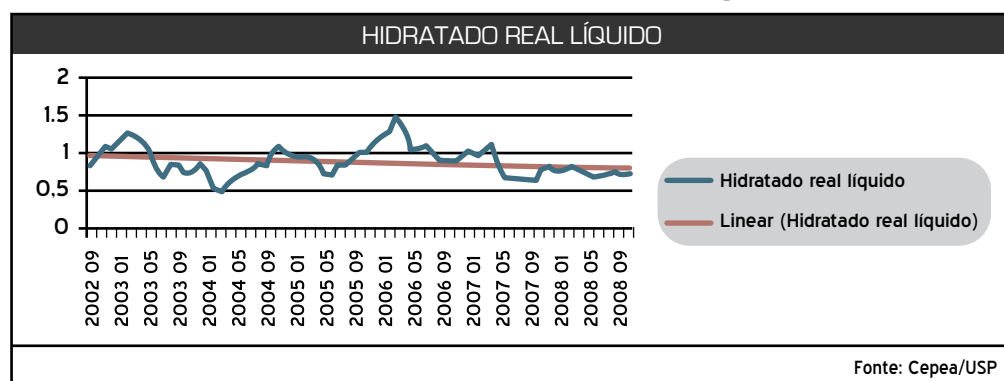
O Centro-Sul do território brasileiro concentrou 87,8% da produção de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro em 2008. Fazem parte dessa região São Paulo, o principal Estado canavieiro do país, com 59,5% da produção nacional, assim como os Estados onde o avanço da cultura é mais acelerado, como Goiás e Minas Gerais. Na safra 2008, a produção brasileira de cana cresceu 13,9%, de 501,5 milhões para 571,3 milhões de toneladas. São Paulo foi responsável por 58,9% desse aumento, Goiás por 12,3%, e Minas Gerais por 10,9%. Os dados foram divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em dezembro de 2008.

O Centro-Sul também é a região prioritária de expansão do parque industrial do etanol. De acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), associação que reúne as maiores companhias do setor, 29 usinas entraram em operação ao longo de 2008, entre elas 13 em São Paulo, nove em Goiás, quatro em Minas Gerais, e três no Mato Grosso do Sul. Desde 2005, o número de companhias de etanol inauguradas na região chega a 81. O Centro-Sul ainda mantém entre suas fronteiras 372 das 447 usinas cadastradas na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e mais da metade delas - 230, para ser preciso - estão localizadas no Estado de São Paulo.

O grande motor da atual expansão é o aumento da demanda por etanol. Como se sabe, a maioria das empresas pode produzir pelo menos três produtos a partir da cana - açúcar, etanol e eletricidade, que, para muitas empresas, já deixou de ser um subproduto. Durante a última safra, 56,9% da cana colhida no setor sucroalcooleiro foi direcionada para a fabricação do combustível e o restante, para o açúcar, conforme a Conab. O consumo interno de etanol é alimentado, sobretudo, pelos motoristas que compram os chamados automóveis "flex". Lançados em 2003, eles são vendidos pela indústria automotiva como veículos menos poluentes e que permitem ao motorista escolher qual combustível usar - a gasolina ou o etanol.

Entre janeiro e outubro de 2008, os automóveis "flex" representaram 93,7% dos dois milhões de automóveis comercializados no Brasil\*. Esse montante é um fator que influencia diretamente os tomadores de decisão do setor sucroalcooleiro, favorecendo os investimentos em novas unidades industriais ao reduzir a possibilidade de crises como a dos anos 1980. Naquela época, quando não existia a tecnologia "flex", muitos compradores de veículos davam preferência a automóveis a gasolina, pois tinham o receio de oscilações bruscas do preço do etanol ou mesmo da falta desse combustível nos postos.

Hoje, a elevação da produção de etanol no país tem garantido preços mais baixos e estáveis para o consumidor. Conforme dados do Centro em Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP), a “curva de tendência” da cotação do álcool hidratado aponta para um recuo de valores próximos a R\$ 1,00 por litro na usina, em 2002, para R\$ 0,80 por litro, em novembro de 2008. Os valores foram deflacionados a partir do Índice Geral de Preço - Mercado (IGPM), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.



Além do álcool hidratado, as usinas também produzem álcool anidro, que no Brasil é misturado com a gasolina. No total, a produção do hidratado e do anidro vem aumentando. Apenas o Centro-Sul produziu 24,3 bilhões de litros na última safra, 17% a mais do que em 2007 e praticamente o dobro do fabricado três anos atrás<sup>5</sup>. A maior parte dessa produção fica no país para atender aos veículos “flex”. Entretanto, cada vez mais as exportações tornam-se uma alternativa atrativa para os produtores. Em 2000, o país enviou 227 milhões de litros ao exterior; em 2003, 757 milhões; em 2005, 2,6 bilhões; e, em 2007, 3,5 bilhões.

Mas os números crescentes de vendas surpreendentemente não se refletem em saúde financeira para muitas empresas do setor. Para elevarem a produção, construir ou comprar usinas, muitas companhias elevaram seu nível de endividamento. Esse cenário, somado com um quadro de intenso aumento da oferta de etanol no mercado interno, estacionou o nível de preços do combustível em níveis que os empresários consideram pouco remuneradores e conteve o lucro das usinas. É o que indicam os dados das poucas companhias sucroalcooleiras brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e que, por isso, são obrigadas a divulgar seus resultados financeiros.

A Cosan, na bolsa desde 2005 e que produziu 1,5 bilhão de litros de etanol na safra 2007, apurou prejuízos em dois de seus últimos quatro anos fiscais, compreendidos entre maio e abril do ano seguinte. No ano fiscal 2005, o prejuízo foi de R\$ 17,1 milhões, e no 2008, de R\$ 47,8 milhões. O lucros ocorreram no ano fiscal

2006, de R\$ 64,6 milhões, e no de 2007, de R\$ 357,3 milhões - vale dizer que a maior parte desse valor, 89%, não resultou de ganhos operacionais, mas sim de uma ação indenizatória vencida sobre o governo federal.

Além da Cosan, outras companhias sucroalcooleiras listadas na Bovespa também têm divulgado prejuízos em seus balanços nos últimos meses de 2008. É o caso da Açúcar Guarani, que registrou prejuízo de R\$ 128,3 milhões entre abril e setembro de 2008, ampliando as perdas de R\$ 27,8 milhões que havia apurado no mes-

mo período de 2007; da Nova América, cujo prejuízo aumentou para R\$ 18,9 milhões, entre maio e setembro de 2008, ante R\$ 13,2 milhões do mesmo período de 2007; da Costa Pinto, que passou de lucro de R\$ 5,9 milhões para um prejuízo de R\$ 16,0 milhões nesse mesmo período; e da São Martinho, a maior processadora de cana do país na atual safra, cujas perdas chegaram a R\$ 66,6 milhões entre abril e setembro de 2008, ante prejuízo já apurado de R\$ 43,7 milhões, nesses mesmos meses de 2007.

Para piorar a situação, a crise financeira internacional que estourou nos últimos meses de 2008 ajudou a agravar esse quadro, na medida em que reduziu a quantidade de crédito disponível no mercado. A Companhia Albertina, de Sertãozinho, município que fica a 330 quilômetros ao Norte de São Paulo, entrou com um pedido de recuperação judicial para reestruturar sua dívida de cerca de US\$ 100 milhões. O mesmo fizeram, em seguida, o Grupo Naoum, com usinas em Goiás e Mato Grosso, o Grupo João Lyra, de Alagoas, e o Grupo Othon, do Rio de Janeiro, segundo notícias divulgadas pela imprensa<sup>6</sup>.

Entretanto, apesar de todos esses números no vermelho, as empresas envolvidas com o agronegócio da cana-de-açúcar permanecem otimistas no médio prazo. Como afirma o engenheiro agrônomo Marcos Sayaya Jank, presidente da Unica, “os fundamentos econômicos do setor sucroenergético brasileiro continuam absolutamente sólidos e apontam para preços remuneradores nos próximos anos, graças à demanda aquecida por carros flex, aos novos usos do etanol na alcoolquímica (bioplásticos), ao crescimento das exportações de açúcar e etanol e à crescente oferta de energia elétrica oriunda da biomassa da cana-de-açúcar”.

É a mesma visão do governo brasileiro, que organizou uma conferência internacional sobre agrocom-



bustíveis em novembro de 2008, encerrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com um discurso de defesa dessa alternativa energética<sup>8</sup>, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a maior instituição financeira brasileira de fomento industrial. A depender dos esforços - e do cofre - desse banco, que em última instância responde a Lula, o parque industrial brasileiro do etanol continuará se ampliando nos próximos anos, ainda que em ritmo mais lento por conta da crise econômica mundial de 2008. Um indicativo é sua carteira de empréstimos. Em 2008, o BNDES liberou R\$ 6 bilhões para investimentos no setor sucroalcooleiro, 61% a mais do que foi aplicado no ano anterior. Desde 2004, seus executivos já assinaram contratos para apoiar a construção de 43 novas usinas no país.

O BNDES explica assim sua aposta no etanol: “A importância dada ao setor sucroalcooleiro é reflexo da confiança do BNDES nos fundamentos que norteiam a expansão de médio e longo prazo do setor, tais como: as vendas de veículos flex-fuel continuarão a representar mais de 90% do total de automóveis comercializados; o etanol produzido a partir da cana é reconhecidamente mais competitivo do que aquele produzido a partir de outras matérias-primas; e, principalmente, a necessidade de reduzir emissões de CO<sub>2</sub> tornará fundamental a adoção cada vez maior, por outros países, da obrigatoriedade da mistura do etanol à gasolina, tal como já ocorre no Brasil<sup>9</sup>”.

## CAPÍTULO\_1 IMPACTOS TRABALHISTAS

Quando o balanço financeiro das usinas não opera no azul, não há dúvida sobre quem são os mais prejudicados. As dificuldades enfrentadas pelo setor ao longo de 2008 atingem diretamente a remuneração dos trabalhadores, em especial daqueles envolvidos com o penoso emprego do corte da cana. Não é à toa que 2008 ficou marcado como um ano em que houve mais protestos na porta das usinas do que o normal, a ponto de sindicalistas terem avaliado que quase foi possível mobilizar uma greve geral dos cortadores em todo o Estado de São Paulo - a última ocorreu em 1986.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, havia em 2007 no país 572.283<sup>10</sup> trabalhadores envolvidos diretamente com as atividades do setor sucroalcooleiro - do cultivo de cana aos serviços nas usinas -, que recebem uma remuneração média de R\$ 1053,34. A maior parte desses postos de trabalho - 215.735 - é oferecida em São Paulo, onde a remuneração média chega a R\$ 1398,68, 32,7% acima, portanto, da média nacional<sup>11</sup>. Mesmo no caso de São Paulo, porém, há uma diferença entre os níveis salariais conforme a posição na cadeia de produ-

ção. Enquanto os empregados envolvidos com processos industriais de produção de álcool receberam R\$ 1434, em média, durante 2007, aqueles ligados ao cultivo da cana tiveram um contracheque de R\$ 1142 - ou 20,3% a menos.

É preciso fazer uma consideração importante sobre esses dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Eles referem-se apenas a trabalhadores que possuem algum tipo de contrato de trabalho formal com as empresas. Ficam de fora das estatísticas, portanto, um contingente imenso de empregados, sobretudo aqueles menos escolarizados e submetidos a funções pouco remuneradas, como os cortadores de cana. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que 27,1% dos empregados do setor canavieiro, em 2005, não possuíam contratos de trabalho formalizados<sup>12</sup>. Tanto sindicatos de trabalhadores quanto associações empresariais estimam que haja atualmente, no país, cerca de um milhão de empregos criados diretamente pelas usinas<sup>13</sup>.

Boa parte deles foi afetada pela deterioração da saúde financeira das empresas em 2008, quando houve reversão, pela primeira vez em anos, do lento processo de aumento real do salário dos trabalhadores. Para demonstrar isso, será feita a comparação entre as estatísticas para empregados no cultivo da cana no Estado de São Paulo, do Ministério do Trabalho, e as do preço da cesta básica<sup>14</sup> no município de São Paulo, calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Essa relação revela que, desde 1999, os trabalhadores apuraram ano a ano, até 2007, melhoria no poder de compra de seus rendimentos. Naquela época, com renda de R\$ 509, era possível comprar 4,54 cestas básicas, que valiam R\$ 111,91 cada. Em 2007, a renda saltou para R\$ 1142, o correspondente a 5,55 cestas básicas no valor de R\$ 205,48<sup>15</sup>.

Em 2008, tudo mudou. O valor da cesta básica alcançou R\$ 238,66, alta de 16,1% em relação a 2007, mas o reajuste dos trabalhadores não chegou a tanto. De acordo com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), o reajuste aplicado pela maioria das usinas em 2008 ficou em 7%. Com esse aumento, a previsão de rendimento dos trabalhadores no cultivo da cana chegaria a R\$ 1221, o equivalente a 5,11 cestas básicas - menos do que as 5,55 de 2007, configurando, portanto, uma projeção de perda real de renda pelos trabalhadores. A situação é ainda pior para os cortadores, classe de empregados que recebe um dos piores salários do setor sucroalcooleiro.

No Estado de São Paulo, as usinas pagam aos cortadores um piso salarial entre R\$ 500 e R\$ 600, segundo a Feraesp, mais um montante que varia de acordo com a quantidade de cana cortada por dia. É o chamado pagamento por produção. A Feraesp calcula que, ao final do

mês, a maioria dos cortadores receba, no total, entre R\$ 800 e R\$ 900, enquanto aqueles que conseguem cortar mais cana podem ganhar até R\$ 1300. Para o representante da Feraesp na região canavieira de Ribeirão Preto, Zaqueu Ribeiro de Aguiar, a perda do poder de compra dos salários, apurada em 2008, explica, em parte, o aumento do número de greves ocorridas na região, ao longo da atual safra. Ele estima que em outubro de 2008, ápice dos protestos, cerca de 10 mil trabalhadores de diversas usinas haviam cruzado os braços na luta por melhores salários.

A perspectiva de queda da remuneração real dos trabalhadores canavieiros em 2008, em especial dos cortadores, reforça a contradição entre o setor sucroalcooleiro, apontado pela indústria como fonte do combustível que pode substituir definitivamente o petróleo em um futuro próximo, e uma massa de trabalhadores cuja remuneração não garante minimamente seu sustento. Não são poucos os estudiosos, sindicalistas e ativistas em geral que vêm na atividade de cortar cana um exemplo clássico de “superexploração do trabalho”, termo difundido pelo intelectual brasileiro Ruy Mauro Marini com o lançamento de uma série de escritos entre as décadas de sessenta e setenta, entre eles “Dialética da Dependência” (1973).

Um dos pilares teóricos do conceito de “superexploração do trabalho” é a apropriação, pelo capitalista, dos ganhos de produtividade obtidos pelo trabalhador, que amplia seu desgaste durante a atividade sem receber por isso uma parcela equivalente em remuneração. Uma análise feita pela Repórter Brasil a partir dos dados coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), de São Paulo, aponta que é exatamente isso o que vem acontecendo na relação entre usineiros e cortadores de cana. Desde 2000, o preço da tonelada de cana paga ao cortador aumentou, em termos reais<sup>16</sup>, 9,8%, atingindo R\$ 3,45 por tonelada em 2008. Já a produtividade do trabalhador cresceu mais no mesmo período, em 11,9%, de 7,6 toneladas derrubadas por dia, em 2000, para 8,6 toneladas, em 2008, no Estado de São Paulo.

## CASO | Greve e repressão ao trabalhador

“Foi quase uma ‘Guariba’”. A frase é do sindicalista Zaqueu Ribeiro de Aguiar, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ao descrever o grau de conturbação que marcou esta safra na região de Ribeirão Preto (SP), umas das principais áreas canavieiras do país.

A referência é à histórica greve dos cortadores de cana ocorrida no município de Guariba, na mesma região, em 1984, e que reuniu cerca de cinco mil trabalhadores na luta por melhores salários. De acordo com Aguiar, 24 anos depois, em outubro de 2008, pelo menos 10 mil cortadores cruzaram os braços em diferentes cidades paulistas, como Colômbia, Viradouro, Terra Roxa, Morro Agudo, Pontal e Sertãozinho. Mas o movimento não se unificou e ficou isolado em cada usina.

Assim como na época de Guariba, as greves não surgiram de uma articulação sindical centralizada, mas foram fruto da insatisfação comum com a remuneração oferecida pelas empresas. Após as greves, muitas companhias aumentaram o piso salarial e o valor pago pela tonelada da cana, mas permaneceu um hábito que relembra o passado: a perseguição aos chamados “cabeças da greve” - trabalhadores considerados “mais conscientes” e que possuem influência sobre os outros.

O trabalhador rural Victor Ronaldo de Alencar, por exemplo, foi um dos 24 demitidos logo após uma greve de nove dias em setembro, na Usina Albertina, de Sertãozinho. Eles conquistaram algumas reivindicações, como ticket-alimentação e reajuste no preço da tonelada de cana cortada, mas os líderes perderam o emprego sob alegação de que não trabalhavam com eficiência. A Albertina foi a 111a. no ranking de moagem de cana da Unica na safra 2007/08, com 1,5 milhão de toneladas processadas, e produziu 33,7 milhões de litros de etanol nesse período.







Extrato bancário de trabalhador indica dívidas da usina



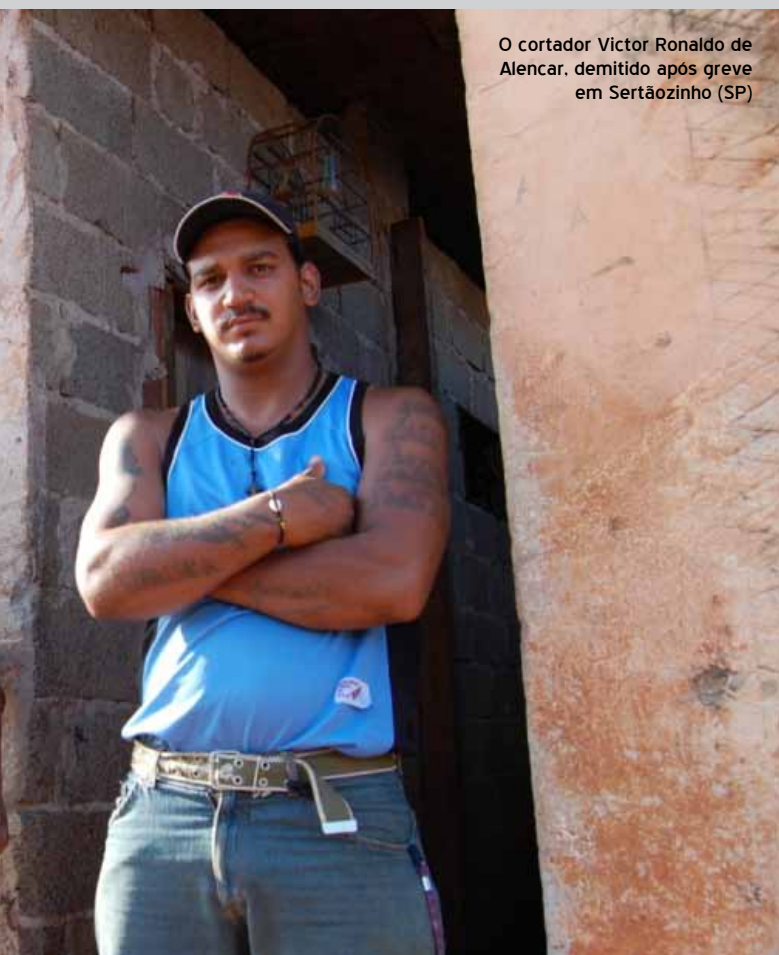
Em primeiro plano, o sindicalista Zaqueu Ribeiro de Aguiar, em Pontal (SP)

O mesmo aconteceu com Raimundo Nonato de Souza, de 30 anos, que veio do Piauí para trabalhar no corte da cana na Usina Bela Vista, em Pontal. Depois de uma greve de 14 dias em setembro, e de ter participado da comissão de grevistas que negociou com a empresa, ele foi demitido por justa causa sob alegação de que não era um cortador eficiente. "E eu nunca havia tomado nenhuma advertência", disse Souza. Outros oito cortadores que trabalhavam nas usinas Bela Vista e Bazan, ambas do mesmo grupo, e que haviam participado da paralisação, também teriam perdido o emprego injustamente.

As usinas passaram a fazer parte de um mesmo grupo depois que a Bazan comprou a Bela Vista em 2002, em um negócio estimado na época em R\$ 57 milhões. No período 2007/08, a Bazan foi a 37a. usina do Estado em moagem de cana, com 3,2 milhões de toneladas de cana processadas, e a Bela Vista foi a 58a., com 2,4 milhões, segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). A primeira produziu 101,2 milhões de litros de álcool e 274,4 mil toneladas de açúcar, e a segunda, 75,8 milhões de litros de álcool e 142,5 mil toneladas de açúcar.

A perseguição aos trabalhadores já recebe atenção da Feraesp. Segundo o sindicalista Aguiar, a federação adotou a estratégia de levar à Justiça todos esses casos, cobrando, inclusive, pagamento por danos morais aos trabalhadores. "E estamos obtendo vitórias", afirmou ele. Ambas as usinas dizem que possuem entre seus clientes grandes distribuidoras do país, como a estatal BR. Procurada, a companhia confirmou que adquire produtos da Bazan e Bela Vista em contratos spot, pois não há impedimento para isso - o que é verdade. Distribuidoras como a BR demonstraram um importante avanço ao atuarem em suas cadeias produtivas para excluir quem se utiliza de trabalho escravo ou infantil. Mas políticas de responsabilidade social devem considerar, cada vez mais, outras condições de trabalho estabelecidas por seus fornecedores - e, nesse caso, Bazan e Bela Vista tem deixado a desejar.

Os problemas não ficam restritos a São Paulo. Ao final da safra, a usina Alcoopan, localizada no município mato-grossense de Poconé, na porta norte do Pantanal, e que está na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava, demitiu trabalhadores envolvidos no corte da cana, deixando de pagar o dinheiro da rescisão. Cerca de 200 eram migrantes do Nordeste e, diante do não pagamento, sequer tinham como retornar para seus Estados de origem. Os cortadores, então, ocuparam a usina e chegaram a atear fogo em parte da lavoura. A solução, intermediada pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, exigirá a venda de uma das propriedades do grupo, para que os cortadores e demais funcionários possam receber os proventos a que têm direito. Alegando dificuldades financeiras, a usina ameaça fechar as portas.



O cortador Víctor Ronaldo de Alencar, demitido após greve em Sertãozinho (SP)

## ► Violações dos Direitos Humanos

De acordo com o pesquisador Francisco Alves, do Departamento de Engenharia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o pagamento por produção<sup>17</sup> está por trás de uma série de violações às condições de vida dos cortadores registradas nos últimos anos, inclusive a morte de muitos deles. Para ganhar um pouco mais no final do mês, muitos trabalham além de seu limite físico. De acordo com dados da Pastoral do Migrante, uma entidade ligada à Igreja Católica com sede em Guariba, no interior de São Paulo, pelo menos três cortadores de cana morreram em 2004 por excesso de trabalho no Estado, oito em 2005, quatro em 2006, cinco em 2007, e dois em 2008.

Alves estima números de produtividade superiores aos do Instituto de Economia Agrícola e diz que ela saltou de 3 toneladas diárias por trabalhador, na década de 1950, para seis toneladas na de 1980, e 12 toneladas no final da de 1990 e início da atual década. Um trabalhador que corta 12 toneladas, calcula o professor da UFSCar, caminha 8.800 metros; despende 133.332 golpes de podão; carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média - portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros; faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana; e perde, em média, 8 litros de água. “Com todo este detalhamento da atividade do corte de cana, fica fácil entender por que morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo: por causa do excesso de trabalho”, escreveu ele<sup>18</sup>.

A situação pode piorar em um contexto de estagnação dos salários, quando há tendência de o trabalhador cortar mais cana para aumentar seus rendimentos. De acordo com a Feraesp, em várias regiões de São Paulo a média diária já chega a 16 toneladas entre os cortadores - e alguns já chegaram a derrubar 30 toneladas por dia. O excesso de atividade também é associado a muitos tipos de acidentes de trabalho. Conforme os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social, o número de acidentes na lavoura canavieira voltou a subir em 2006 (mais 5,1%), para 8789 casos em todo o Brasil. Em 2005 haviam sido 8359 casos e, em 2004, 8979. O Estado de São Paulo concentra 61,2% dos registros do país e regiões de expansão da cultura assistem ao aumento do número de acidentes - Mato Grosso do Sul, por exemplo, saltou de 99 casos, em 2004, para 232, em 2006. Devido à subnotificação, autoridades do setor calculam que o índice de acidentes no ramo da cana seja pelo menos 50% maior do que revelam as estatísticas oficiais.

As estatísticas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também indicam a gravidade dos acidentes de trabalho registrado no setor sucroalcooleiro. Ao somar

os Comunicados de Acidentes de Trabalho (CAT) ao INSS registrados nas lavouras e nas usinas de açúcar a álcool, entre 2005 e maio de 2008, alcança-se o número de 82.948 acidentes, praticamente 70 a cada dia em todo o país. São Paulo concentrou a maior parte dos CATs no período, 43,2% do total, mas, em termos relativos, os Estados nordestinos assumem a liderança - há mais detalhes sobre essa questão no trecho deste relatório sobre a cana no Nordeste. Em São Paulo, o número de acidentes no setor sucroalcooleiro é de 5,15 a cada 100 mil toneladas de cana produzida, mas chega a 11,98 em Pernambuco e 15,65 em Alagoas.

Diante de tantos problemas, as autoridades responsáveis pela fiscalização laboral direcionaram especial atenção ao setor sucroalcooleiro em 2008. A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e das equipes das Superintendências Regionais do Trabalho<sup>19</sup>, tem atuado para reprimir violações aos direitos dos trabalhadores, que passam por irregularidades nos contratos de trabalho, falta de condições de higiene e segurança e até trabalho escravo.

Entre janeiro de 2007 e julho de 2008, os auditores do trabalho brasileiros realizaram 3.088 ações, que atingiram um contingente de 1,9 milhão de trabalhadores. Naquele mesmo período, ocorreram 2236 autuações no setor sucroalcooleiro, a maioria delas por conta de problemas classificados como higiene e conforto (44%), como falta de instalações sanitárias adequadas e água potável para os trabalhadores, seguida por irregularidades na gestão de saúde e segurança dos trabalhadores (17%) e falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Além disso, houve 65 interdições - paralisação de máquinas e serviços - e 21 embargos - paralisação de obras.

Em São Paulo, maior Estado canavieiro do país, foram realizadas 544 fiscalizações do setor sucroalcooleiro em 2007, e 546 em 2008. O Estado está entre aqueles que contam com a atuação do chamado “grupo estadual rural”, especializado nas ações de campo. Segundo Roberto Martins de Figueiredo, coordenador do grupo, o objetivo é coibir ilegalidades cometidas contra os trabalhadores e pressionar os empregadores a cumprirem toda a legislação. Em 2006, o grupo estadual rural realizou 160 ações de fiscalização do setor sucroalcooleiro em todo o Estado de São Paulo, 109 em 2007, e 50 em 2008. Em cada um desses anos, foram atingidos, respectivamente, 95.596, 74.777 e 52.065 trabalhadores. Figueiredo explica que a redução do número de ações ocorreu porque houve a intensificação de irregularidades em outras culturas agrícolas, como a laranja, mas que o setor da cana continua com problemas graves em termos trabalhistas. “Algumas coisas melhoraram, outras não”, resume ele.



Os dados do grupo rural paulista indicam que, em termos relativos e entre 2007 e 2008, aumentou o número de registros de irregularidades na remuneração (0,37 auto de infração por ação para 0,68), desrespeito ao descanso semanal (0,23 para 0,52), sanitários inadequados (0,44 para

0,48), ausência de equipamentos de proteção eficientes (0,45 para 0,62) e excesso de jornada (0,17 para 0,28). No sentido inverso, houve baixa nos autos emitidos sobre problemas no registro de trabalho (0,29 auto por ação para 0,26), desrespeito às pausas (0,17 para 0,14), transporte (0,36 para 0,26) e alojamento inadequados (0,24 para 0,06).

#### ► Trabalho Escravo

Do ponto de vista das violações aos direitos humanos, os casos mais graves envolvem a escravidão contemporânea. Apesar dos esforços do governo brasileiro e de companhias privadas, o setor sucroalcooleiro continua registrando denúncias de trabalho escravo em diversos Estados. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2008 o setor liderou em trabalhadores libertados: foram 2.553 (49%) entre o total de 5.244 trabalhadores, acima dos 1.026 (20%) libertados na atividade pecuária. Em 2007, o número de escravos libertados na cana foi maior, de 3.060 (51%) de um total de 5.968, mas esse dado não indica necessariamente melhora nas condições de trabalho no campo, pois depende do que ocorre com o binômio denúncia e fiscalização anualmente.

A CPT aponta que o setor da cana é o quarto, com 19 (9%) dos 214 casos de empregadores flagrados. Fica atrás da pecuária (85 casos ou 40% do total) e do carvão (38 ou 18%). A diferença se deve ao fato de a colheita de cana utilizar força de trabalho intensiva. Em outras palavras: uma fazenda de cana pode ser palco de um resga-

CASOS DE TRABALHO ESCRAVO EM 2008 NO BRASIL								
Por Atividade 2008	Casos Denunciados	%	Casos Fiscalizados	%	Trabalhadores Envolvidos	%	Trabalhadores Libertados	%
DESMATAMENTO	7	2%	7	3%	99	1%	83	2%
PECUÁRIA	137	48%	85	40%	1.740	25%	1.026	20%
REFLORESTAMENTO	19	7%	18	8%	264	4%	248	5%
EXTRATIVISMO	5	2%	5	2%	68	1%	49	1%
CANA	19	7%	19	9%	2.553	36%	2.553	49%
OUTRAS LAVOURAS	35	12%	30	14%	876	12%	720	14%
CARVÃO	48	17%	38	18%	1.252	18%	410	8%
OUTRO & N.I.	14	5%	12	6%	201	3%	155	3%
<b>TOTAL</b>	<b>284</b>	<b>100%</b>	<b>214</b>	<b>100%</b>	<b>7.053</b>	<b>100%</b>	<b>5.244</b>	<b>100%</b>

Elaboração: Comissão Pastoral da Terra (CPT), até 31/12/2008

te com mais de mil trabalhadores ao mesmo tempo, sendo que isso não ocorre em uma criação de gado. Nos casos de pecuária bovina, quando há trabalho escravo, os relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego têm apontado que os grupos de trabalhadores são menores, mas o nível de degradação é maior. Essa relação é comprovada quando se analisam os dados acumulados entre 2005 e setembro de 2008, do MTE. Nesse período, foram registradas 785 operações de combate ao trabalho escravo pelo país, sendo 42 delas no setor sucroalcooleiro. Apesar de representar apenas 5,3% das ações, o ramo da cana-de-açúcar foi responsável por 6.030 libertados, 35% do total de 17.419 trabalhadores.

Quanto aos trabalhadores resgatados no setor sucroalcooleiro entre 2005 e setembro de 2008, a maior parte deles estava no Centro-Sul - origem de 87,8% da produção do país. Merece destaque, porém, o fato de que os casos de trabalho escravo não se concentram em São Paulo, detentor de 59,5% da produção, mas nos Estados onde a lavoura se expandiu recentemente em novas fronteiras agrícolas da cana. Elas estão, muitas vezes, em regiões distantes dos centros urbanos, em que a fiscalização enfrenta mais dificuldades. No período entre 2005 e setembro de 2008, a

EMPREGADORES DE TRABALHO ESCRAVO EM 2008 <sup>20</sup> - CANA - MINISTÉRIO DO TRABALHO				
UF	Município	Denominação do Estabelecimento	Trabalhadores Libertados	Indenização (R\$)
MG	Guaranésia	Alvorada do Bebedouro S/A - Açúcar e Álcool	33	0
		(Destilaria Alvorada do Bebedouro - DAB)		
MG	São Sebastião do Paraíso	Central Energética Paraíso S/A (CEPAR)	8	0
CE	Paracuru	AGROVALE Cia Industrial Vale do Curu	141	0
MS	Iguatemi	Nelson Donatel e outros	126	239.441,02
MT	Nova Olímpia	Usinas Itamarati S/A	67	213.872,87
GO	Porteirão	Usina Fortaleza Açúcar e Álcool Ltda.	244	352.913,55
SP	Icem	Agrisul Agrícola Ltda.	55	82.655,6
GO	Jataí	Elcana Goiás Agroenergética	95	118.065,66
GO	Quirinópolis	Agro Pecuária Campo Alto S/A	421	822.766,79
		(Usina São Francisco)		
GO	Campo Alegre	BRENCO - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A	17	17.044,54
AL	União dos Palmares	Laginha Agro Industrial S.A	52	134.642,47
AL	Penedo	Penedo Agroindustrial S.A	203	195.666,58
		(Usina Paisa / Grupo Toledo)		
AL	Rio Largo	Usina Santa Clotilde	401	0
<b>Total</b>			<b>1.863</b>	<b>2.177.069,08</b>

liderança no Centro-Sul quanto aos trabalhadores resgatados fica com Mato Grosso do Sul (1.635), seguido por Mato Grosso (1.070), Goiás (873), Minas Gerais (415) e São Paulo (161). Neste período, o Pará, na região amazônica, registrou 1.064 trabalhadores resgatados, e Alagoas e Ceará, na região Nordeste, 656 e 156, respectivamente.

Como se pode ver na tabela, o caso em que houve mais trabalhadores libertados ocorreu em Quirinópolis, Estado de Goiás. Em março de 2008, auditores fiscais resgataram 421 pessoas da Usina São Francisco. De acordo com os auditores, os alojamentos estavam inadequados e superlotados. A Usina São Francisco é ligada à Usina São João (USJ), com sede no município de Araras, em São Paulo, uma das associadas da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). O diretor da USJ, Hermínio Ometto Neto, integrava o conselho deliberativo da Unica.

Segundo os auditores, um dos alojamentos, com dois quartos e um banheiro, abrigava 18 pessoas. A cisterna para armazenamento da água estava aberta e se localizava a menos de dez metros da fossa. Outro alojamento era um bar adaptado que não possuía nenhuma janela. “A única entrada de ventilação era pela porta. Quando a porta estava fechada, não havia circulação de ar”, disse um auditor. Na época, um representante da usina contestou os fiscais, alegando que o problema era pontual na questão do alojamento. “Foi um ato isolado. Em 65 anos da história da Usina São João, nunca passamos por uma situação desse tipo. O processo é por demais penalizador para uma empresa tão grande e que gera tantos empregos”, disse o advogado Rogério Castro.

Outro momento constrangedor para o setor sucroalcooleiro, ocorrido em 2008, foi a exclusão das empresas do Grupo José Pessoa - Agriholding, Agrisul Agrícola Ltda, Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA), Debrasa e Jotapar - da lista de signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O conglomerado mantém cinco unidades de produção de açúcar e álcool de cana-de-açúcar no país: em Japoatã (SE), em Campos dos Goytacazes (RJ), em Icém (SP) e duas no Mato Grosso do Sul - em Brasilândia e Sidrolândia. A exclusão, determinada em julho pelo Comitê de Monitoramento do Pacto, do qual a Repórter Brasil faz parte, foi provocada pela reincidência em casos de trabalho degradante.

As empresas do Grupo José Pessoa já estavam suspensas do Pacto Nacional desde que o grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgatara 1.011 trabalhadores em condições extremamente precárias na Fazenda e Usina Debrasa, em Brasilândia (MS), em novembro de 2007. Em junho de 2008, outra operação do grupo móvel encontrou 55 trabalhadores que trabalhavam para a Usina Agrisul, em Icém (SP), próximo à divisa entre São Paulo e Minas Gerais, submetidos à servidão por dívida. Nos esclarecimentos encaminhados ao Comitê de

Monitoramento do Pacto Nacional, a CBAA sustentou que “repudia com veemência a prática do trabalho em condições análogas à escravidão, quer por aliciamento de mão-de-obra, quer por condições degradantes no meio ambiente do trabalho e, principalmente, decorrente de servidão por dívidas”. A companhia sucroalcooleira reiterou que desconhecia que parte de seus trabalhadores estava presa a dívidas em estabelecimentos comerciais da região, com os quais não têm nenhuma conexão. A CBAA informou ainda que efetivara o “desligamento dos funcionários como medida de imposição da fiscalização”.

Mas o esclarecimento não foi considerado suficiente para a empresa se manter no Pacto Nacional. “A justificativa fornecida pela Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool foi, mais uma vez, considerada insatisfatória frente às provas reunidas pelo grupo móvel de fiscalização”, sustentou, na ocasião, a nota pública assinada pelo Comitê de Monitoramento do Pacto Nacional, formado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Repórter Brasil. Em nome do “objetivo de zelar pelo cumprimento desse acordo”, o Comitê decidiu “excluir em definitivo as empresas que fazem parte do Grupo José Pessoa” (*leia mais sobre essa questão na pág. 27*).

O Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo é um dos principais instrumentos brasileiros de combate à escravidão contemporânea. Lançado em 2005, é assinado por mais de 160 companhias que assumem o compromisso de cortar de sua lista de fornecedores as empresas flagradas utilizando trabalho escravo. Grandes distribuidoras de combustíveis, como Petrobras, Ipiranga, Esso e Texaco participam do pacto e usam a chamada “lista suja” dos empregadores (disponível na internet em <http://www.reporterbrasil.org.br/listasuja/>) como sua principal referência, que é atualizada periodicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Na última versão da lista, atualizada em 29 de dezembro de 2008, constam 205 empregadores cadastrados como beneficiários de trabalho escravo, e que passam a sofrer restrições não só dos signatários do pacto, como também de uma série de instituições e fundos financeiros públicos. Daqueles 205, pelo menos sete são fazendas de cana ou companhias sucroalcooleiras: no Mato Grosso, os empregadores citados são Usina Alcoopan Alcool do Pantanal e Silvio Zulli, ambos no município de Poconé; no Mato Grosso do Sul, Nelson Donadel, da Destilaria Centro Oeste Iguatemi (Dcoil), em Iguatemi; em Goiás, Agrocana JFS, em Ceres, Ipê Agro-Milho Industrial, em Inhumas, e Energética do Cerrado, dona da usina Itarumã, em Itarumã; e, no Ceará, Raimundo Vasconcelos, da fazenda Soever.

Não são todas as companhias distribuidoras de combustíveis que se envolvem na luta contra o trabalho escravo. Pelo contrário. Ao comprar produtos de usinas de

cometeram esse crime, algumas empresas permitem que empregadores escravocratas mantenham-se no mercado. É o caso das distribuidoras Petromarte (oitava maior do Brasil no ano passado em volume distribuído de álcool, segundo a ANP), Exxel e Energy, todas sediadas no Estado de São Paulo e que adquiriram etanol da usina Alcoopan, de Poconé (MS), após esta empresa ter entrado na “lista suja”, em dezembro de 2006, por ter sido flagrada mantendo 318 trabalhadores escravos. As distribuidoras Petromarte, Exxel e Energy, é importante dizer, não assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Também para reforçar a luta contra a escravidão contemporânea, foi lançado em 2008 o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. O novo documento, elaborado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), conta com 66 ações para prevenir e punir esse crime. As metas estabelecidas, entre elas uma específica para a cana, têm como responsáveis diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de entidades da sociedade civil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As principais ações contemplam a prevenção, reinserção dos trabalhadores e repressão econômica. O plano prevê a busca pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438, que ficou conhecida como a “PEC do Trabalho Escravo” e prevê o confisco e a destinação para a reforma agrária de todas as terras onde esse desrespeito ao ser humano seja flagrado. A proposta já foi aprovada no Senado e depende de confirmação em segunda votação na Câmara dos Deputados, mas enfrenta forte resistência da bancada ruralista.





## CASE | Migração e vulnerabilidade

Um dos fatores que facilitam a exploração da massa de trabalhadores envolvida com o corte da cana é sua situação de vulnerabilidade. São, em geral, migrantes de regiões mais pobres do Brasil, principalmente dos Estados do Nordeste, que viajam para São Paulo ou para as novas fronteiras agrícolas da cana em busca de emprego. Segundo a indústria, há pelo menos 330 mil cortadores no país, sendo 135 mil no Estado de São Paulo. Pesquisadores como Francisco Alves<sup>21</sup> avaliam que esse contingente está entre 180 mil e 250 mil (2006) no Estado. A Pastoral do Migrante, uma entidade ligada à Igreja Católica que dá apoio a essa comunidade, estima que 70 mil deles trabalham na região de Ribeirão Preto.

Marcos Antonio Rodrigues, de 31 anos, é um deles. Natural de Fortaleza, no Ceará, vive há três anos em Pontal e trabalha na Usina Bela Vista. Mora em uma casa simples com a esposa e dois filhos, um de quatro e outro de dez anos. Pelo menos cinco dias da semana enfrenta uma dura rotina: acorda às 4h30 da manhã, pega o ônibus às 5h50 e segue para o campo, onde trabalha no corte da cana: a atividade começa às 7h e vai até às 8h45, quando há um intervalo de 15 minutos; o trabalho recomeça às 9h segue até às 11h; almoça a comida trazida de casa e recomeça o corte às 12h, que vai até às 13h45; mais um intervalo de 15 minutos e o retorno ao trabalho às 14h; o término só ocorre às 15h20 ou, algumas vezes, avança até às 16h. Por tudo isso, ganha pouco mais de mil reais por mês. "A vida aqui é com muita dificuldade. Pretendo continuar na cana mais um tempo, mas quando puder quero deixar. Não é uma profissão", diz ele.

A cerca de 20 quilômetros de Pontal, no município de Sertãozinho, vive uma comunidade de migrantes oriunda de Pimenteiras, no Piauí. Um deles é Francisco Vital da Costa, de 31 anos. Já faz dez safras em que ele vem a São Paulo para trabalhar no corte da cana, no início de cada ano, para retornar a sua cidade natal após 10 ou 11 meses. Já esteve em Morro Agudo e, há três safras, vai para Sertãozinho. Em 2008, trouxe a esposa e seus dois filhos, para morarem numa pequena casa alugada, de dois cômodos e mais um banheiro. Em 2009, Costa diz que irá voltar para Sertãozinho, mas não sabe se trará a família.

Em um recente trabalho<sup>22</sup> que traçou o perfil dos migrantes, as pesquisadoras Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes e Margarida Garcia de Figueiredo, do Grupo de Extensão em Mercado de Trabalho da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), investigaram um grupo de migrantes vindos da cidade de Pedra Branca, no Ceará, e que escolheram como ponto de chegada a cidade de Leme, interior de São Paulo. Segundo elas, a chamada migração espontânea foi justificada pelos trabalhadores pela falta de empregos ou outras oportunidades na região de origem. "Para que a 'cultura' de vir para São Paulo fosse mudada, seria necessária a existência de atividades que absorvessem este contingente de mão-de-obra" no local de origem dos migrantes, assinalam as pesquisadoras.

## ► Os motivos da migração

Em novembro, época do fim da safra da cana no Sudeste, a cidade maranhense de Dom Pedro se agita com a chegada de seus migrantes da cana. E com as notícias de que muitos deles vão continuar longe, tentando a sorte na nova safra. Faño Melo é um dos que acaba de regressar à comunidade de Centro dos Pretinhos, na zona rural do município. Com 20 anos, essa foi sua primeira empreita, mas o destino já é velho conhecido de muitos de seus vizinhos: a zona canavieira de São Paulo.

Para empreender a viagem, Faño teve de contar com a ajuda do pai, que tomou R\$ 1000 reais emprestados - a 10% de juros. O valor foi suficiente para a viagem de Faño e outros dois parentes, organizada por "agências de viagens" locais. Essas empresas - em sua imensa maioria clandestinas - apenas fazem a intermediação entre empresas ou gatos e trabalhadores e garantem o transporte precário dos lavradores até seu destino.

Mas a odisséia de Faño no corte de cana ainda demorou semanas até que ele começasse a trabalhar. Ele ficou 37 dias aguardando ser contratado. Enquanto isso, tinha que arcar com os R\$ 70 mensais do aluguel, na casa que dividia com outros oito cortadores de cana. Faño é mais um dos milhares de brasileiros que cruzam o Brasil a cada ano em busca de enriquecer nas lavouras da cana. No caso do Maranhão, e em especial da região central do estado - onde está Dom Pedro - essa dinâmica é ainda mais intensa.

Em São José dos Basílios, município próximo, a Comissão Pastoral da Terra foi buscar uma resposta para o porquê desse fluxo



Migrantes nordestinos descansam após o trabalho, em Sertãozinho (SP)



Fagno (à esquerda), com sua família: "É ruim de juntar dinheiro [nos canaviais de São Paulo]"



migratório constante. O estudo traçou um perfil do migrante da região: homem, jovem, analfabeto ou com ensino fundamental incompleto, que migra muito mais pela miséria e falta de emprego do que por vontade própria. Mas o mais intrigante é que, apesar da migração continuar fazendo parte da rotina nessas áreas, 27,65% dos entrevistados afirma que ela não trouxe mudança alguma para suas vidas. E muitos outros relatam impactos negativos como agravamento da situação familiar e saudade dos parentes distantes.

Fagno é um desses que viu poucas alterações após sua viagem. O salário era de R\$ 1.100. Um valor alto se comparado ao salário-mínimo que uma ocupação em Dom Pedro pagaria, no máximo. "Mas para juntar dinheiro é ruim", conta. Isso porque o custo de vida torna-se muito alto. No final da viagem, o que acaba sobrando é o chamado "acerto" - valor correspondente à rescisão do contrato - que sempre gira em torno de R\$ 600 e R\$ 700. Vizinha de Fagno, Francisca Leila dos Santos está na outra ponta da cadeia da migração da cana. É a chamada "viúva de marido vivo". Dos três anos de casada, passou apenas 9 meses - descontínuos - ao lado de Jeanclei, seu marido, de 26 anos. É o mesmo tempo que a única filha do casal, Júlia, conviveu com o pai.

Em novembro de 2008, Leila recebeu a notícia de que o marido não voltará até o fim de 2009. Tudo isso para pagar o terreno em que construirão sua casa, condição para que Jeanclei fique de vez na cidade. Enquanto isso, Leila vive do que o marido envia. "Esse ano é o pior de todos. Ele diz que as vagas para mão-de-obra manual estão escassas". Por isso, o envio da "feira" mensal reduziu. "Já chegou a ser de R\$ 250, R\$ 300, mas dessa vez não chega a R\$ 200", calcula ela. Mas, botando a saudade de lado, ela até entende as razões do marido de migrar. "Aqui não tem fábrica, não tem emprego. Eu até concordo com ele", racionaliza.

Enquanto os maranhenses continuam migrando para as lavouras canavieiras do Centro-Sul do Brasil, o cultivo começou a se aproximar deles. E, em sua expansão, avançou no Estado. Uma grande usina - a Agroserra - se instalou em Balsas, no sul do Maranhão. Mas se a proximidade alivia um pouco a dor de migrar, a realidade do trabalho pode ser até pior na própria terra natal.

Aldemir Paulino da Silva ouviu no rádio o anúncio de que a empresa estava contratando em Dom Pedro. Encarou uma jornada de trabalho das 5h às 18h, de domingo a domingo. Nesse período, cortava cerca de 100 metros de cana. A quantidade não chega a ser considerada grande - há quem corte até 250 metros - mas já era suficiente para dar câimbras e dor nas costas. Pelo metro, recebia R\$ 0,07.

Mas, num dia, no meio do corte, o supervisor remarcou o preço em R\$ 0,05. Paulino e outros colegas não gostaram e foram "para a redução" - demitidos. "Pensamos que íamos receber os direitos certinho, mas até hoje nada", conta. A demissão ocorreu em 2003. Casos como esse se multiplicaram e tornaram freqüentes as greves. A ponto de que na última safra a empresa não contratou gente de Dom Pedro, por considerá-los rebeldes, agitadores. Mas a única rebeldia de Paulino é contra a cana: "Não quero voltar mais não".

Júlia, nos braços de Leila, só reconhece o pai pelas fotos que a mãe lhe mostra



## CAPÍTULO\_2 IMPACTOS AMBIENTAIS

A produção do etanol no Centro-Sul do país tem gerado importantes impactos ambientais, diretos ou indiretos. Apresentado como exemplar para a substituição do petróleo, e como alternativa importante no combate ao aquecimento global, o etanol brasileiro nesta região tem representado também ameaças a riquíssimas áreas de biodiversidade, aos recursos hídricos e à qualidade do ar - e à saúde dos trabalhadores e moradores de regiões próximas às lavouras.

Para se ter uma idéia, em 2008 o setor sucroalcooleiro foi o campeão de multas mais elevadas no Estado de São Paulo, motivadas por emissão de poluentes em desacordo com a legislação. E até mesmo o Pantanal se vê ameaçado pela expansão do setor nos últimos anos.

### ► Avanço da monocultura

A expansão da monocultura, considerada danosa em si por diversos especialistas, avança a olhos vistos em praticamente todos os Estados do Centro-Sul, sobretudo no Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais (ver tabela a seguir). Depois da região de Ribeirão Preto e de outras do interior de São Paulo serem transformadas em verdadeiros mares de cana, a prerrogativa de grandes áreas no interior dos Estados do Centro-Sul se tornarem um grande canal deixado de ser exclusividade paulista.

O AVANÇO DA CANA NO BRASIL			
Estado	Área plantada em 2007 (em ha)	Área plantada em 2008 (em ha)	Varição (%)
Mato Grosso	203.142,2	223.200	9,9
Mato Grosso do Sul	186.791,2	275.810	47,7
Goiás	285.372	401.800	40,8
Minas Gerais	496.406,4	600.697	21
Espírito Santo	59.147,6	65.200	10,2
Rio de Janeiro	54.735,5	50.000	-8,7
São Paulo	3.361.660,8	3.824.241	13,8
Paraná	477.240,7	509.289	6,7
Rio Grande do Sul	2.249,9	2.095	-6,9
BRASIL	6.137.578,6	7.010.202	14,2

FONTE: CONAB - 3 Levantamento: Dezembro de 2008

Neste movimento de expansão da monocultura da cana, o desmatamento do Cerrado ganha uma nova causa importante, ao lado das principais já existentes (expansão das fronteiras agrícolas das culturas de grãos, novas pastagens para a pecuária e produção de carvão vegetal). Segundo o professor Laerte Ferreira, da Universidade Federal de Goiás (UFG), a expansão da cana tem se dado especialmente sobre áreas já dedicadas às outras culturas; “contudo, é também possível observar esta expansão, em menor escala, sobre áreas nativas de Cerrado”.

Ferreira é coordenador do Lapig (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento), responsável pelo desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos (Siad). O projeto, inovador e fundamental no monitoramento e diminuição dos impactos negativos gerados pela atividade humana sobre o Cerrado, estima que, entre 2003 e 2007, tais atividades levaram à perda de algo como 1,9 milhão hectares (ou cerca de 1,9 milhão de campos de futebol como o do estádio do Maracanã) de Cerrado.

De acordo com o levantamento “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), existem, no Cerrado, mais de 400 áreas consideradas prioritárias. Segundo o coordenador do Lapig, “podemos dizer que todas as áreas identificadas pelo MMA [Ministério do Meio Ambiente] como prioritárias para conservação da biodiversidade encontram-se, de uma forma ou outra, ameaçadas”.

Dentre essas, ao menos 16 delas são ameaçadas diretamente pela cana. O número poderia ser ainda mais alto, caso fossem levados em conta os impactos indiretos: para Ferreira, a expansão da cana acaba tendo “um custo ambiental elevado, haja visto que, de uma forma ou outra, força novos desmatamentos” - seja pelo desmatamento direto para a cana, seja pela ocupação de áreas de outras atividades, que são levadas, por sua vez, a desmatar para se desenvolver. Em Goiás, o quadro apresentado pelos levantamentos do Lapig demonstra a necessidade de maiores cuidados em relação ao setor sucroalcooleiro. “Percebemos

que grande parte da expansão da cana no Estado se deu sobre áreas consideradas prioritárias”, afirma.

Organizador do livro **A Encruzilhada Socioambiental: Biodiversidade, Economia e Sustentabilidade** do Cerrado, Ferreira entende que

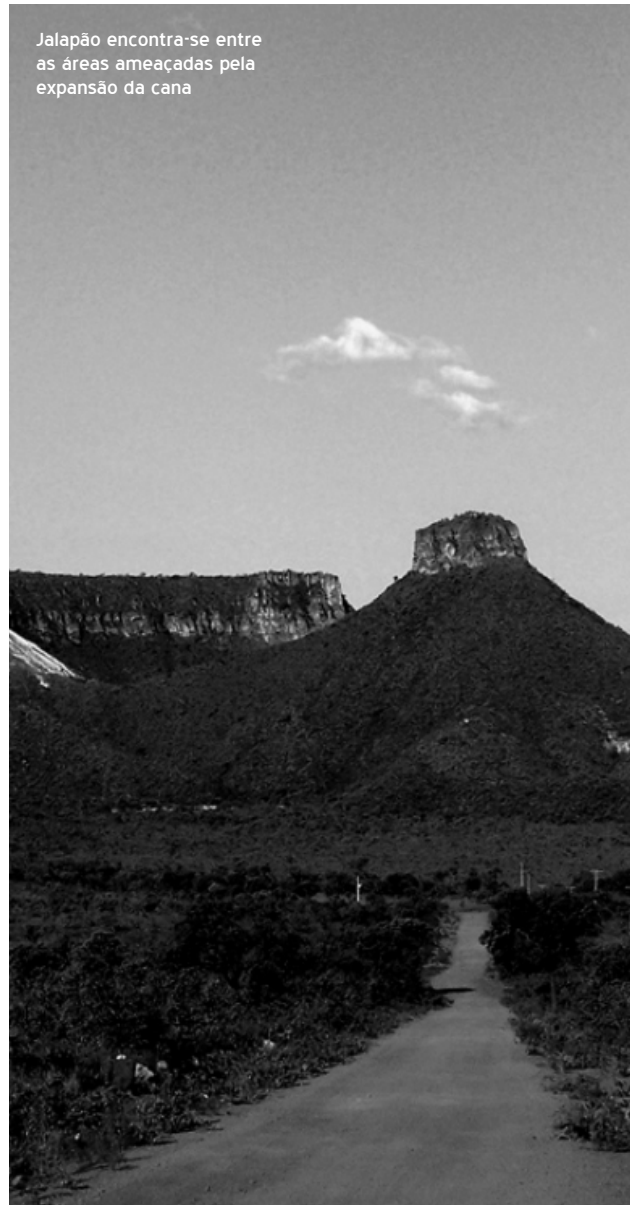
seja possível conciliar desenvolvimento e conservação na região. Além do aumento do número de informações sobre o Cerrado, o coordenador do Lapig defende uma nova governança para a região, que contemple todos os interesses envolvidos - bem como os custos ambientais e sociais do desenvolvimento. O professor acredita que seja necessário, ainda, o estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento para o Cerrado, que contemplem seu potencial turístico e o desenvolvimento de produtos baseados em avanços da biotecnologia. Para ele, contudo,

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A BIODIVERSIDADE AMEAÇADAS PELA CANA			
Nome	Importância*	Prioridade	Área (km <sup>2</sup> )
Rancharia, SP	Insuficientemente conhecida	Alta	271
Santa Maria - Brilhante, GO	Extremamente alta	Muito alta	4849
Corredor Serra do Maracaju, MS	Extremamente alta	Muito alta	6191
Planalto da Bodoquena, MS	Extremamente alta	Muito alta	14342
Sidrolândia - Terenos, MS	Muito alta	Extremamente alta	209
Nascentes do Varadouro, MS	Muito alta	Extremamente alta	764
Campo Florido - Veríssimo, MG	Muito alta	Extremamente alta	449
Serra de São Vicente, MT	Extremamente alta	Extremamente alta	1303
Goianésia a Barro Alto, GO	Muito alta	Muito alta	2542
Bacia do Rio Corrente, GO e BA	Extremamente alta	Muito alta	9069
Bacia do rio Grande, BA	Extremamente alta	Extremamente alta	11124
Rio Caracol, TO	Alta	Muito alta	2558
Lizarda, TO	Alta	Extremamente alta	2725
Itaquatins, TO	Muito alta	Alta	1352
Baixo Parnaíba, TO e MA	Extremamente alta	Muito alta	1689
APA do Jalapão, TO	Extremamente alta	Extremamente alta	3426
*Quanto ao estado de conservação e uso da biodiversidade / Fonte: Ministério do Meio Ambiente.			
Fonte: <a href="http://www.arcplan.com.br/mma/cerrado_fichas_das_areas_prioritarias.pdf">http://www.arcplan.com.br/mma/cerrado_fichas_das_areas_prioritarias.pdf</a>			

tudo isso depende de vontade política no sentido de conservar o bioma.

O coordenador do Fórum Goiano em Defesa do Cerrado, Altamiro Fernandes, ressalta, nesse sentido, o papel que pode ser cumprido pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95 que reconhece os biomas Cerrado e Caatinga como Patrimônios Nacionais, parada na Câmara dos Deputados desde 1995. “A degradação do bioma durante este tempo foi muito grande, a configuração tem mudado muito rápido, o clima as estações, a quantidade e qualidade da água têm caído bastante”, lamenta Fernandes. Para o coordenador do fórum, entre os problemas centrais estão verificados no Cerrado dizem respeito ao desmatamento da vegetação nativa, à nudez do solo e às conseqüentes erosões e assoreamento dos leitos dos cursos d’água, além da contaminação desses. Segundo ele, “sociedade percebeu que precisava reagir e garantir a aprovação da PEC”.

Jalapão encontra-se entre as áreas ameaçadas pela expansão da cana





## CASO | População breca desmate em Colômbia (SP)

A mobilização de moradores de Laranjeiras, distrito do município de Colômbia, no norte de São Paulo, impediu que 216 hectares de mata fossem derrubados para implantação de um canal. O Grupo Santelisa Vale, uma das maiores companhias sucroalcooleiras do país, conseguiu autorização da Justiça local para fazer o desmate, apesar do veto do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN).

Segundo a juíza da 3ª. Vara Cível de Barretos, Mônica Senise Ferreira de Camargo, responsável por Colômbia, a autorização foi concedida porque o DEPRN, quando instado por ela, não apresentou justificativa adequada para impedir a derrubada. Mas moradores de Colômbia não aceitaram a decisão.

“Essa mata já havia sido quase que toda derrubada, 25 anos atrás, para fazer carvão. Agora ela conseguiu se recuperar, mas a usina quer derrubar. Aqui tem cotia, veado, onça, vários tipos de pássaros,

nascentes. Não tem cabimento derrubar um tesouro desses”, diz o pe-dreiro Luércio Pereira da Silva, 35 anos.

Ele e outros colegas impediram, logo após a decisão da juíza, que os tratores passassem correntes para derrubar as árvores. “Nós viemos rápido e conseguimos impedir o trabalho deles. Mas voltaram de madrugada e conseguiram derrubar três hectares em apenas uma hora. Nós corremos para cá e conseguimos parar novamente os tratores. Chamamos até a Polícia Ambiental”, afirma Silva, que passou a acampar na área.

Os manifestantes dizem que não participam de nenhum grupo ambientalista e não possuem vinculação política ou econômica com ninguém, apenas estão preocupados com o avanço da monocultura na região. O caso teve um final feliz, pelo menos por enquanto. No início de novembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a decisão da 3ª. Vara Cível de Barretos e desautorizou o desmatamento. A decisão, porém, não é definitiva.

Moradores de Colômbia (SP) protestam contra desmatamento



### ► Cana e recursos hídricos

O uso dos recursos hídricos é outro tema em que o avanço da monocultura da cana suscita preocupações - e aponta a necessidade de cuidados especiais, a fim de que o uso múltiplo dos recursos hídricos no país, previsto pela política nacional para o setor, não se torne letra morta. As preocupações saltam à vista: a grande quantidade de água utilizada pelas usinas e pelas lavouras da cana, o risco de lançamento (ou vazamento) de efluentes não tratados nos rios, ou, ainda, o cerco a nascentes e a morte, construída a cada dia a partir do desrespeito à legislação ambiental, de córregos e afluentes de alguns dos principais rios do país.

Na região do Triângulo Mineiro, composta pelas cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari, outra área de forte expansão da cana no Centro-Sul do país, o crescimento da monocultura é um dos fatores que coloca em risco o futuro das águas do rio Grande, um dos principais da Bacia do Paraná. Adriana Melo, professora de geografia e meio ambiente e integrante da ONG Geração Verde, é titular do segmento da sociedade civil organizada no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo rio Grande. Adriana avalia que “a expansão da cana no Triângulo Mineiro, sobretudo em Uberaba, está totalmente fora de controle”. Segundo ela, o avanço da monocultura na região tem se dado sob pena de altos custos ambientais. De acordo com Adriana, os produtores de cana “desmataram onde não deviam, en-



terraram as árvores para não serem descobertos, drenaram e ou aterraram nascentes e veredas, além de invadirem áreas de proteção ambiental”.

Na bacia do rio Grande como um todo, diz ela, “os desmatamentos provocaram a diminuição de água em rios menores e seus afluentes. Alguns córregos não existem mais ou se tornaram intermitentes. O que no futuro refletirá no rio Grande”, alerta. Adriana aponta o ribeirão Tronqueiras, em Iturama, como um dos cursos d’água agonizantes, “cercado pela cana”. Ela explica que o comitê da bacia hidrográfica vem se estruturando e avançando nos instrumentos de gestão dos recursos hídricos locais. Hoje, “vivemos o drama”, diz, ao mesmo tempo em que o comitê carece de informações e ações para lidar com o tema.

Gustavo Malacco, biólogo, presidente da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá), de Uberlândia, e representante da sociedade civil no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Baixos Afluentes Mineiros do Paranaíba reforça a perspectiva apresentada por Adriana Melo. Para ele, a expansão do setor sucroalcooleiro “vem sendo licenciada a toque de caixa pelo Estado de Minas, com total apoio deste”, até pelo fato de a expansão do setor ser uma “política de Estado” em Minas.

De acordo com Gustavo, os problemas verificados na região do Triângulo e do Paranaíba, rio que faz a divisa de boa parte dos Estados de Minas e Goiás, decorrentes dessa política são muitos. Ele cita como exemplos a averbação do déficit de reserva legal fora da bacia hidrográfica, “ferindo o Código Florestal”. Para o presidente da Angá, as regras para o licenciamento do setor são pouco rígidas, e deixam de lado boa parte dos impactos causados pelos empreendimentos. Gustavo afirma, ainda, que o plantio não vem se dando somente em áreas degradadas, conforme advoga o governo estadual. E que os pastos sombreados, que contam com pequenos grupos de árvores isolados em meio à pastagem, estão dando lugar ao plantio de cana, representando a extinção de milhares de árvores, derrubadas para a nova cultura.

A avaliação do Instituto Mineiro de Gestão dos Recursos Hídricos (Igam) órgão do governo estadual, bate de frente com as preocupações apresentadas logo acima. Segundo o órgão, “a conservação e manutenção dos recursos hídricos no estado é sempre uma preocupação não só do Igam como de todas as entidades envolvidas na questão da regularização ambiental” em Minas. Contudo, “o Igam ainda não recebeu nenhuma denúncia que diz respeito aos problemas apresentados”. De acordo com o instituto, “os aspectos ambientais questionados são levados em consideração quando do pedido de licenciamento”, e a regularização ambiental a que o setor está sujeita, ao lado da fiscalização ambiental exercida pelo estado, tornam difíceis ações que estejam em dissonância com o estabelecido na legislação ambiental.

## ► Queimadas e saúde pública

No Mato Grosso do Sul, diante do crescimento do setor sucroalcooleiro no Estado, o Ministério Público Estadual decidiu acompanhar preventivamente os processos de licenciamento, fiscalizando eventuais falhas e sugerindo medidas adicionais em defesa do meio ambiente.

O promotor Paulo Zeni dedica especial atenção à questão da queima da palha da cana como método facilitador da colheita, que, em seu entendimento, “já se mostrou um sério problema no interior do Estado de São Paulo”, tanto em termos de poluição da atmosfera, quanto de produção de fuligem e causa de problemas respiratórios, além de agredir a fauna e a flora. “Esperamos que não venha a se tornar um problema no Mato Grosso do Sul”, diz.

A preocupação de Zeni faz todo sentido. Matéria publicada em dezembro de 2008 pelo jornal Folha de S. Paulo<sup>23</sup> aponta que “as usinas de cana-de-açúcar lideram o ranking de multas por grandes crimes ambientais aplicadas pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) este ano na região de Ribeirão Preto, no período entre janeiro e novembro”. E que a maioria das multas acima de R\$ 15 mil aplicadas pela Cetesb em 2008 envolveu empresas do setor: “De 70 autuações, 31 foram para 16 usinas”. A maioria das multas às usinas, explica o texto “envolve casos de queimas feitas fora do horário ou de área permitida ou sem autorização”. As autuações foram aplicadas a importantes empresas do setor, como a Santelisa (Morro Agudo), a Mandu (Guaíra), a Guarani (Olimpia), a Maringá e a Zanin (Araraquara), a Usina da Barra (Guariba) e a Usina da Pedra. O jornal ressalta que “a Usina da Pedra, em Serrana, é responsável pelo maior crime ambiental da história da região - o vazamento de melaço no rio Pardo em 2004, que provocou a mortandade de peixes”.

A pesquisadora Sônia Hess, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é uma das referências nacionais em impactos sobre a saúde causados pela queima da cana. Engenheira química e coordenadora do curso de engenharia ambiental da universidade, ela tem trazido dados que demonstram não só o esgotamento físico a que os cortadores da cana são submetidos muitas vezes em seus trabalhos, como também os outros riscos a que estão submetidos.

O promotor Paulo Zeni destaca alguns desses riscos, como o “lançamento na atmosfera de ozônio e outras substâncias potencialmente danosas à saúde humana (algumas delas apontadas como carcinogênicas), atingindo especialmente os cortadores de cana, que trabalham em contato direto com os resíduos da queima”.

Zeni ressalta que as queimadas também são responsáveis pela “emissão de grande quantidade de gás carbônico na atmosfera” e pela potencialização do “risco de

## CASO | O cerco ao Pantanal

Ao final de 2005, diante da possibilidade de o plantio de cana e a instalação de usinas de álcool e açúcar serem autorizados no Pantanal, o ambientalista Francisco Anselmo de Barros ateou fogo ao próprio corpo. As graves queimaduras o levaram à morte alguns dias depois. Embora à época seu ato tenha de martírio tenha sido um dos fatos que contribuíram com a preservação do Pantanal frente à expansão do setor - ao lado de uma forte mobilização da sociedade civil -, o debate sobre o tema seque candente. E o Pantanal, ameaçado.

Atualmente, o Mato Grosso do Sul, Estado em que se localiza a maior parte do Pantanal brasileiro, conta com 14 usinas. O governo estadual estima que esse número vá ao menos triplicar nos próximos dez anos, com 28 novas usinas, mas afirma que esses empreendimentos não tendem a gerar problemas ambientais. Defende que tudo se dará dentro da mais perfeita normalidade legal e dos trâmites de licenciamento locais. Entretanto, fontes consultadas pelo Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis, como o Ibama/MS e a ONG Ecoa (uma das principais entidades ambientais do Estado), demonstram preocupação quanto ao avanço do número de usinas, canaviais e riscos em potencial para o ecossistema pantaneiro.

Entre os principais temores apresentados, estão a dificuldade de os órgãos estatais fiscalizarem o setor caso ele se expanda de forma abrupta, além das pressões diretas e indiretas para que a cana e suas usinas um dia cheguem ao Pantanal. A outra questão diz respeito à interligação do bioma com os outros de seu entorno. O Pantanal, longe de se constituir como um sistema isolado, guarda uma forte relação de interdependência com os demais biomas que o cercam, e sua pujança vital, sua sobrevivência, dependem da conservação dos demais biomas locais.

Justamente por isso, em 1985 o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) editou resolução vedando a instalação das usinas não só na área do Pantanal em si, mas em toda a bacia do Alto rio Paraguai (a chamada BAP), de onde provém boa parte da vida e das águas que formam a riqueza da maior área alagável do planeta.

Antes de 1985, contudo, diversas usinas já haviam se instalado na região, quase sempre às margens de importantes afluentes do Paraguai, o principal rio do Pantanal. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a usina da CBAA (Companhia Brasileira de Açúcar) de Sidrolândia encontra-se bastante próxima do Pantanal e ainda mais do rio Miranda. Já a usina Sonora, localizada no município de mesmo nome está instalada às margens do rio Correntes, em área considerada de "prioridade extremamente alta" para a biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente na divisa entre os biomas do Pantanal e do Cerrado. Já no Mato Grosso, berço de diversos cursos d'água que vão formar o Pantanal, são seis as usinas localizadas na bacia do Alto rio Paraguai, instaladas antes da resolução do Conama. A Barralcool, de Barra dos Bugres, por exemplo, situa-se ao lado do rio dos Bugres, justamente na região em que este deságua no Paraguai. Já a Coperb, com usinas em Lambari D'Oeste e Mirassol D'Oeste, realiza parte de suas atividades às margens do rio Jubinha, e próxima à reserva do Cabaçal. E, na principal porta do Pantanal no Mato Grosso, no município de Poconé, localiza-se a usina do grupo Alcopan.

Tais usinas já instaladas configuram não só riscos diretos a privilegiadas áreas de biodiversidade do Cerrado e da Bacia do Alto Paraguai, como representam riscos ao próprio futuro do Pantanal. O promotor Paulo Zeni, do Ministério Público Estadual do MS, cita como exemplos centrais de impactos gerados pelo setor no Estado: o deslocamento de grandes contingentes de gado para o Pantanal, por este dar lugar à expansão dos canaviais das usinas; casos de desmatamento; de transbordamento de vinhaça em áreas de preservação permanente; e, ainda, o uso intensivo dos recursos hídricos da região por parte das usinas.

Para Zeni, "embora não haja, por enquanto, risco de autorização de implantação de usinas no Pantanal, é preciso dizer que ainda há quem argumente a favor dessa possibilidade e, por isso, continuamos atentos". Os governadores do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), e do Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), por exemplo, são tidos como atores centrais para a promoção do agronegócio no processo de debate do zoneamento ecológico e econômico da cana, em elaboração pelo governo federal. No Mato Grosso, existem dois novos projetos de usinas para serem instaladas na bacia do Paraguai. Ou seja, o zoneamento, pode reforçar a proibição à instalação de novas usinas na BAP e no Pantanal. Ou, simplesmente, autorizar, suspendendo os efeitos da resolução do Conama de 1985.



Cabeceira do Rio Paraguai, que está sendo ameaçado pela cana

incêndios em áreas de floresta e em matas ciliares”. Ele aponta o “grande sofrimento da fauna de forma geral” causado pelas queimadas, matando e ferindo animais de pequeno e médio porte, destruindo ninhos e ovos e, ainda, eliminando o habitat de diversas espécies. O promotor explica que “atualmente existe uma ação ajuizada perante a Justiça Federal pleiteando o condicionamento da queima à prévia realização de EIA/RIMA [Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente]”.

De acordo com o promotor, “em alguns municípios, já existem leis proibindo ou limitando essa prática”. Em Dourados, por exemplo, projeto de lei de autoria do vereador Elias Ishy foi aprovado nesse sentido em 2007. O governo do Estado, por sua vez, reduziu os prazos para o fim da prática de 2022 para 2016. A expectativa de Ishy, Hess, Zeni e outros, contudo, é abreviar a prática tanto quanto possível. “Esperamos estimular as usinas a acelerarem o processo de mecanização da colheita, o que resultaria praticamente na extinção das queimadas dos canaviais”, explica o promotor.

O físico José Goldemberg, presidente da Comissão Especial de Bioenergia do Estado de São Paulo, criada em 2007, explica que, em 2003, ainda como secretário estadual do Meio Ambiente, foi um dos principais articuladores da lei aprovada em São Paulo para a introdução do corte mecanizado nas lavouras paulistas de cana, com adoção gradual. Como as empresas têm feito acordos com o governo para acelerar a mecanização, a expectativa de Goldemberg é que, entre 2011 e 2012, com a expansão das áreas de colheita mecanizada praticamente não haja mais queima de cana em São Paulo. O estado de São Paulo conta, nesse sentido, com um protocolo que determina o fim das queimadas na colheita da cana em áreas mecanizáveis para 2014 e, para as não mecanizáveis, em 2017.

Segundo Goldemberg, a ampliação da mecanização é ótima para o Meio Ambiente e a Saúde Pública, mas, obviamente, traz consigo a diminuição dos empregos no corte da cana. O livro *Bioenergia no Estado de São Paulo: Situação Atual, Perspectivas, Barreiras e Propostas*, lançado pela comissão no final de 2008, traz dados indicando que os cortadores desempregados pela substituição das lavouras manuais pelas mecanizadas podem acabar beneficiados pela própria expansão do setor em outras funções. Para tanto, será fundamental que a iniciativa privada e o governo estadual invistam em cursos para qualificar os trabalhadores - ação não necessariamente suficiente.

#### ► Balanço Energético

As vantagens do etanol brasileiro produzido a partir da cana-de-açúcar, no que diz respeito ao aquecimento global, ainda geram debates acirrados. O setor produtivo, contando com o apoio do governo e de parte da comunidade acadêmica, destaca vários dados positivos nesse sentido.

Em uma publicação de 2008<sup>24</sup>, voltada a apresentar o potencial do etanol brasileiro nesses aspectos, a Única aponta que, em termos da redução de gases do efeito estufa, “estimativas baseadas na análise de ciclo de vida, que considera a cadeia de produção do plantio até o veículo abastecido, mostram que o etanol brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, reduz as emissões de gases causadores do efeito estufa em até 90% quando comparado à gasolina”. A publicação destaca, ainda, que “o balanço energético do etanol brasileiro é 4,5 vezes melhor que o do etanol produzido a partir da beterraba ou do trigo, e quase sete vezes melhor que o do etanol de milho”.

O texto da entidade aponta também a auto-suficiência energética das usinas de etanol brasileiras, que “geram sua própria energia elétrica através da queima do bagaço de cana”, além de gerarem excedentes “que podem ser vendidos no mercado de eletricidade”. Por fim, a publicação ressalta a produtividade do setor, que hoje chega a 7,5 mil litros de etanol por hectare de cana e que, com “as novas variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas no Brasil, aliadas à futura introdução da hidrólise do bagaço e palha da cana, têm potencial para impulsionar a produtividade para até 13 mil litros de etanol por hectare”.

Os passos voltados a aumentar a competitividade do setor em termos de geração de energia, impactos ambientais e retorno econômico são, contudo, permanentes e desafiadores - e demonstram que parte das vantagens competitivas da dita “sustentabilidade” do etanol brasileiro ainda dizem respeito mais ao futuro do que ao presente.

Nesse sentido, José Goldemberg avalia que existam quatro aspectos centrais de avanços a serem buscadas pelo setor do etanol. Os eixos, que exigem investimentos do governo, iniciativa privada e participação da comunidade científica, seriam: a co-geração de energia, a pesquisa e desenvolvimento dos processos de produção de etanol de 1ª geração, pesquisas em ciência e tecnologia dos biocombustíveis de 2ª geração e, ainda, transporte da produção via dutos e hidrovias.

Muitos dos aspectos destacados pelo setor produtivo, contudo, são foco de críticas e contestações por outra parte da comunidade acadêmica e por entidades que trabalham com as questões energética e ambiental. Uma das críticas centrais diz respeito, mais uma vez, à utilização das queimadas pelo setor no processo de produção do etanol, com o lançamento pesado de gás carbônico e outros poluentes na atmosfera. Nesse sentido, as queimadas realizadas para o desmatamento de áreas de vegetação nativa - sejam elas do Cerrado, Mata Atlântica ou Amazônia - ou aquelas feitas antes do corte manual da cana são neutralizam as vantagens do etanol quanto à redução dos gases de efeito estufa.



## CAPÍTULO\_3 IMPACTOS FUNDIÁRIOS

Na região Centro-Sul brasileira, a instalação de dezenas de novas usinas sucroalcooleiras tem levado a importantes transformações sobre o território, seja em termos de sua ocupação, seja no que diz respeito ao crescimento econômico e geração de empregos, seja no que se refere ao desenvolvimento e aproveitamento da infraestrutura local. Muitas vezes, os impactos são certamente positivos, mas há também diversos problemas, como a competição com as culturas de grãos; a competição com a pecuária, levada a expandir suas fronteiras em outros locais e regiões; ou, ainda, a elevação do preço da terra, dificultando seu acesso a outros usos, como a reforma agrária ou o plantio de alimentos.

A ONG Ecoa, de Campo Grande (MS), foi a responsável por uma das principais pesquisas a apontar tais transformações. No estudo “Biocombustíveis - A cana-de-açúcar na região hidrográfica do rio Paraná - A produção de grãos, a pecuária e a cana na sub-bacia do rio Ivinhema<sup>25</sup>”, os pesquisadores da Ecoa Alcides Faria e Ângela Frata analisam a expansão da cana na região hidrográfica do rio Paraná, onde se concentram 80% da produção brasileira. Com enfoque na sub-bacia do rio Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, o estudo constata, entre outras questões centrais, que a expansão dos canais tem se dado com ímpeto ainda mais forte em áreas de cultivo de grãos.

Em entrevista ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, Faria afirma que a cadeia produtiva da cana está em busca dos melhores solos, de relevos planos, de boa infra-estrutura de transportes e de energia, do clima adequado e, ainda, de abundância de recursos hídricos. Nessas condições, é praticamente natural que haja uma competição com os grãos. O pesquisador aponta o caso de Rio Verde de Goiás (GO) como emblemático. “Ali a disputa entre a indústria processadora de grãos, plantadores e usineiros levou a uma lei municipal restringindo a expansão da cana”, explica.

A lei é objeto de controvérsia nos tribunais, mas é inverossímil afirmar-se que o plantio da cana não compete com o plantio de alimentos. Mais uma vez, o pesquisador Faria utiliza uma região do Mato Grosso do Sul como exemplar para demonstrar tal processo. Nos municípios de Maracaju, Dourados, Rio Brillhante e Sidrolândia, que se encontram entre os principais produtores de milho e soja do país<sup>26</sup>, a cana expande-se sobre áreas de grãos.

Na região de Rio Brillhante, município sul-matogrossense próximo a Dourados, a instalação de usinas do setor tem acrescentado novas dificuldades a uma política já marcada por impasses: a da reforma agrária. Acampa-

dos há mais de cinco anos às margens da rodovia BR-163, pequenos agricultores lutam pela destinação da fazenda Santa Edwirdes ao desenvolvimento de um assentamento modelo da agricultura familiar. Entre as dezenas de barracos de lona e madeira construídos na beira da rodovia, os agricultores Cacildo Ferreira Vilela, Nelson Juris, José Trajano Nunes, Derlório José Custódio e João Valdir são alguns dos pequenos produtores que sonham com a compra ou desapropriação da fazenda pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Apesar da análise dos agricultores sobre o uso da propriedade, o instituto considerou a fazenda produtiva em 2003. A avaliação é válida por cinco anos, e o Incra-MS afirma que a propriedade se encontra no calendário de vistorias do órgão para o próximo período.

Os agricultores entendem que a expansão dos canais na região, que conta com projetos de importantes grupos econômicos, entre eles o francês Louis Dreyfus e o brasileiro Odebrecht, é um dos fatores a impedir a compra da fazenda, que, para eles, será utilizada no plantio da cana. O Incra-MS, embora explique que a fazenda não pode ser desapropriada (mas pode ser comprada) por ter sido considerada produtiva em 2003, não hesita em afirmar que “a influência da expansão sucroalcooleira sobre a reforma agrária no Mato Grosso do Sul é no sentido de elevar o valor das terras e disputar áreas que poderiam ser obtidas pelo órgão”. Tal perspectiva, contudo, é refutada pela Seprotur, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Em São Paulo, o físico José Goldemberg conta que, em 2007, o governador José Serra o convidou para uma conversa e se disse preocupado com a expansão da área da cana no Estado, entre outros fatores, pela pressão sobre as áreas dedicadas a culturas de alimentos, e ao possível deslocamento dessas. Foi a partir desse diálogo que se deu a criação da Comissão Especial de Bioenergia do Estado de São Paulo, coordenada por Goldemberg e voltada a apontar, entre outros aspectos, o que o governo pode fazer para evitar tais conflitos. Para Goldemberg, “há coisas que o Estado não pode fazer em relação ao setor, pois praticamente tudo está nas mãos da iniciativa privada”.

O secretário estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, João Sampaio, afirmou ao Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis que “o governo do Estado já adotou medidas para frear o crescimento da cana”. Sampaio explica que, na verdade, o grande boom ocorreu na safra 2005/2006, e que depois, “com a queda nos preços do açúcar e com o mercado de etanol para outros países ainda freado, o produtor voltou-se para a produção de grãos, que estava mais rentável”.

Sampaio acrescenta que, hoje, São Paulo possui cerca cinco milhões de hectares com cana, o que significa



20% das áreas ocupadas com atividade agrícola no Estado e que “no restante das terras são cultivadas diversas culturas”, destacando a importância do estado na produção nacional e mundial de laranja, café, borracha natural, frutas de mesa e flores, entre outras. Conforme este relatório demonstra, a tranquilidade do secretário não significa, contudo, que São Paulo esteja livre de problemas semelhantes aos verificados em outros Estados.

Ainda a respeito de São Paulo, as usinas, por outro lado, têm atuado com foco especial na localização das redes de transmissão de energia elétrica. O físico José Goldemberg explica que, em relação à co-geração de energia, como negociar energia virou um grande negócio no Brasil ao longo dos últimos anos, as usinas do setor estão investindo cada vez mais em produzir sua própria energia e também excedentes a serem comercializados. A expectativa do setor é de que a co-geração no país alcance, entre 2012 e 2013, cerca de 9,5 mil megawatts, alcançando o conjunto das usinas a um status de produção de energia no país abaixo somente ao da gigante Itaipu. Além disso, estimativas da Unica apontam que a produção de energia proveniente da biomassa da cana, hoje em 3% da matriz energética brasileira, pode chegar à casa dos 15% em 2020. Praticamente todas as novas usinas trabalham com essa perspectiva, ao passo que as antigas agora começam a buscar tecnologias e financiamento para aproveitar tal filão.

Em Estados de expansão do setor, como o Mato Grosso do Sul, as usinas buscam se instalar próximas às linhas de alta tensão, conforme apontado pelo estudo da Ecoa. Já em São Paulo, contudo, nem sempre isso é possível, tanto para a instalação das novas indústrias quanto para as usinas que, quando se instalaram, ainda não consideravam esses fatores em seu plano de negócios. Assim, existem usinas a cerca de 50 km das linhas. De acordo com Goldemberg, existe atualmente uma discussão entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), empresários e governo do Estado sobre o tema. Para ele, deve ser realizada uma mudança nas normas federais para estabelecer quem vai arcar com os custos dessas ligações. Goldemberg avalia que o novo modelo deve apontar para uma divisão, de percentuais próximos, entre os setores público e privado.

Diante dos impactos gerados pelo setor sucroalcooleiro sobre o território, e do vigor apresentado nos últimos anos, os governos do Centro-Sul têm trabalhado com a ideia de elaboração de zoneamentos ecológicos e econômicos para o plantio da cana e para a instalação de novas usinas. O próprio governo federal trabalha nessa linha, e tenta consolidar, de forma negociada com os estados, uma norma que organize a expansão do setor sobre o território brasileiro. Em São Paulo, o secretário de Agricultura e Abastecimento, João Sampaio, explica que, em setembro de 2008, o governo lançou o mapa de zoneamento agroam-

biental “delimitando as áreas do estado onde pode haver expansão da cana e onde não é permitido, inclusive com proibição de instalação de usinas”. De acordo com o secretário, “o mapa é que guia as políticas públicas de fomento à produção agrícola”.

No Mato Grosso do Sul, o governo planeja elaborar um Zoneamento Ecológico Econômico, que, na avaliação do promotor estadual Paulo Zeni, “direta ou indiretamente, tratará do assunto [da cana] e merece um acompanhamento cuidadoso não apenas do Ministério Público, mas da sociedade e da mídia de forma geral”. Embora os zoneamentos sejam vistos como instrumentos poderosos pelos governos da região, como nos casos de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, a pergunta a se fazer é qual a força efetiva que terão diante da economia real e da pujança do setor sucroalcooleiro. Além de serem foco de disputas e de interesses controversos, os zoneamentos também precisam deixar de ser mero espaço de negociação entre empresários, governos estaduais e governo federal, e passar a ser objeto de debate de toda a sociedade.

Eles também podem ser instrumentos para se evitar que, no futuro, haja aumento da competição entre a produção de culturas alimentares e aquelas utilizadas no setor agroenergético, o que poderia elevar os preços da cesta básica e dificultar a efetivação da soberania alimentar da população brasileira. Um recente estudo da Fundação Getúlio Vargas indica que, entre 2007 e 2008, a alta dos preços dos alimentos no Brasil foi causada pela especulação nos mercados futuros, e não pela produção de agrocombustíveis. No entanto, os modelos econômicos dizem pouco sobre o que aconteceria diante de uma expansão ainda maior das culturas agroenergéticas, como desejam o governo brasileiro e setores empresariais.



## CASO | Projeto com cana fracassa em assentamento

A questão fundiária na região do Pontal do Paranapanema, Extremo Oeste de São Paulo, não pode ser esquecida quando se põe em consideração o avanço da cana-de-açúcar. O Pontal não era uma região tradicional de cultivo, possui apenas 5% da área plantada em São Paulo, mas nos últimos cinco anos a instalação de usinas tem incentivado o plantio.

Segundo Antonio Thomaz Junior, professor de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), muitas empresas estão se beneficiando de terras griladas. "Na prática existe uma aliança entre o capital e o latifúndio", diz ele, traduzindo a relação entre companhias sucroalcooleiras e plantadores de cana. O professor estima que haja pelo menos 500 mil hectares grilados na região, cujos invasores pretendem conseguir a regularização das terras pelo Estado.

A denúncia é reforçada por movimentos sociais que alegam que grandes empresas brasileiras estão se beneficiando da grilagem. Em junho de 2008, a Via Campesina ocupou um campo de obras em Mirante do Paranapanema da ETH Bioenergia, empresa do grupo Odebrecht que produz açúcar e álcool. Um dos motivos dos protestos é que a ETH comprou, em 2007, a destilaria Alcídia, localizada no município de Teodoro Sampaio, e que teria se instalado 30 anos atrás em terras devolutas.

Segundo a assessoria de imprensa da ETH, ela está investindo R\$ 5 bilhões na criação de pólos produtivos em São Paulo, Goiás e Mato Grosso, envolvendo 520 mil hectares de cana. A nova usina em Mirante terá capacidade de processar 4 milhões de toneladas de cana por safra.

Outra crítica levantada pelos movimentos sociais é que a cana está avançando sobre áreas onde antes se produziam alimentos, e que poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária. Atualmente, há mais de 100 assentamentos no Pontal.

Com incentivos insuficientes para produzir, muitos assentados acabam se tornando cortadores de cana. No assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio, o marido de Fátima Silva<sup>27</sup> teve de seguir esse rumo. "Eu achei que teria uma vida digna quando cheguei a este lote, mas agora, se não trabalharmos para a usina Alcídia, passamos fome", diz ela.

Quando foi assentada, Fátima recebeu um financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o suficiente para cercar o lote, construir um poço e comprar seis vacas. O negócio, contudo, não se sustentou, e ela e seu marido não conseguiram gerar recursos financeiros suficientes com a atividade de modo a pagar o financiamento e ter acesso a mais recursos.

Para cortar cana na usina, seu esposo recebe R\$ 600 por mês, sai de cada às cinco da manhã e retorna às seis da tarde. "Hoje todos dependemos da usina, porque dentro de nosso lote só conseguimos um pouco de renda com a venda do leite. Só Deus sabe quando pagarei a dívida com o financiamento", lamenta.

Os assentados do Santa Zélia também se viram envolvidos em um fracassado acordo intermediado pelo governo estadual com a usina Alcídia. Em 2003, foi assinado um convênio entre o setor su-

croalcooleiro e o Banco do Brasil para incentivar a produção de cana em assentamentos. Por esse contrato, a usina seria responsável pela implantação do cultivo no lote e teria de pagar os assentados por isso.

Mas a assentada Sônia Maria alega que uma das usinas que participaram do convênio, a Alcídia, repassou apenas uma parte dos ganhos a ela, sob alegação de que teve prejuízo com a operação. "Os funcionários da usina vinham, cortavam e levavam a cana, mas, no final, diziam que o cultivo não dava nada e eu ficava devendo ao banco", diz ela.

Walter dos Santos, técnico em gestão organizacional do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), entidade que avalizou o convênio, diz que ele teve efeitos negativos no Pontal. "Para a indústria era fácil ser avalista e financiar o plantio porque era dinheiro do governo. Quando as indústrias tomavam dinheiro e pagavam o financiamento, havia um pouco de lucro para o assentado, mas em alguns casos os assentados não receberam nenhum lucro das terras do assentamento".

## CAPÍTULO\_4 IMPACTOS SOBRE INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A expansão das lavouras de cana e a chegada de novas usinas no Centro-Sul do Brasil exigem atenção especial não somente pelos impactos sobre o meio ambiente e o território, como visto anteriormente. Em algumas regiões, a cana é uma das grandes ameaças à sobrevivência das populações tradicionais e indígenas. É o caso de boa parte do Mato Grosso do Sul, em que a força do setor sucroalcooleiro e do discurso do desenvolvimento colocam sob pesada artilharia a demarcação das terras indígenas<sup>28</sup>.

Ao lado do cerco às aldeias e da luta contra a criação de novos territórios, a expansão do agronegócio, com participação do setor sucroalcooleiro, se estrutura no sentido de inviabilizar, direta ou indiretamente, a cultura e a organização social desses povos e sua relação com o lugar em que vivem. Não bastassem os impactos sobre os povos indígenas como um todo, o crescimento dos canaviais e das usinas na região tem sido palco de conflitos que envolvem, inclusive, a vida - e morte - de muitos jovens índios.

É o que conta, de forma dura e objetiva, reportagem do jornalista Cristiano Navarro<sup>29</sup>, a respeito de um trágico episódio ocorrido na Fazenda Santa Cândida, que abastece a Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (Dcoil), do município de Iguatemi (MS). Nele, com nome e identidade falsos, um menino Gurarani Kaiowá de apenas 15 anos foi "contratado" para o corte de cana na fazenda. Registrado com o nome de um outro indígena, o menino tornou-se, segundo os documentos elaborados pelo empregador, um homem de 24 anos e, com a nova identidade, colocou-se a trabalhar nos canaviais, à revelia do pai, que havia retido os documentos do garoto a fim de evitar que ingressasse no corte da cana. O desfecho do episódio narrado pelo

jornalista é emblemático do que se passa na região: “Na noite do dia 15 de dezembro de 2006, dentro de um caixão simples, que por debaixo ainda escorria sangue, o corpo de Pedro [nome fictício dado ao garoto na matéria] foi entregue de surpresa na casa de sua avó. Pedro havia sido degolado na manhã do mesmo dia dentro da usina onde trabalhava. Seu corpo foi encontrado por policiais militares por volta das 14h, sobre um descampado de chão queimado próximo a um monte de cana-de-açúcar que acabara de cortar, como consta em inquérito policial”.

Se a história de Pedro soa como “exagerada” ou “particular”, “absurda” ou “inédita”, uma “exceção” representando um “ponto fora da curva”, vale registrar que a falsificação de documentos, a falta de segurança nas fazendas, a superexploração dos trabalhadores e a violência contra os indígenas nas usinas da região são fatos recorrentes. No mês março de 2007, por exemplo, mais de 400 trabalhadores, boa parte deles indígenas, foram libertados de uma área de corte de cana da Dcoil, onde se encontravam em condições de trabalho análogas à escravidão. A sujeição dos cortadores de cana ao trabalho escravo no Mato Grosso do Sul não é uma exclusividade da Dcoil<sup>30</sup>. Em novembro de 2007, mais de mil trabalhadores - praticamente todos indígenas - foram libertados do cativeiro a que estavam submetidos no corte de cana pela Debrasa, destilaria do grupo JPessoa, instalada em Brasilândia.

É difícil compreender como um empresário de grande envergadura no Brasil, como o médico do trabalho Nelson Donadel, proprietário da Dcoil, ou de importância mundial, como José Pessoa, do grupo JPessoa, da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool e da Debrasa submetam trabalhadores a uma situação como essa. Procurados pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, apenas o Grupo JPessoa se manifestou. Em comunicado, a supervisora de Responsabilidade Social da empresa, Maria de Fátima Oliveira, alegou que “as acusações de ‘condições degradantes de trabalho’ contra a Debrasa, envolvendo 831 indígenas, foram contestadas e as atuações que, de fato, implicavam em ajustes, foram acatadas”. Além disso, alegou que as acusações de uso de trabalho escravo pelas empresas do grupo são “inconsistentes” e estão sendo contestadas na Justiça.

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) tem buscado responder à situação enfrentada pelos indígenas, que, ao lado dos migrantes nordestinos, representam as principais fontes da mão-de-obra que se arrisca a enfrentar as duríssimas condições de trabalho a que são submetidos os empregados do setor sucroalcooleiro. No caso da Debrasa, por exemplo, o MPT-MS ingressou com uma ação civil pública de 10 milhões de reais em face do problema verificado.

Além disso, conforme explica o procurador Cícero Rufino, coordenador do Núcleo de Usinas Sucro-Alcooleiras do MPT-MS, foi proposto um termo de ajustamento de conduta (TAC) às usinas para os casos de contratação de mão-de-obra indígena. A fim de evitar que o trabalhador perca o contato com sua aldeia e família por períodos muito grandes, o TAC determina que os indígenas sejam contratados pelas usinas em abril, e que, a cada 45 dias, as empresas levam os trabalhadores para suas respectivas aldeias. Ao final desse período, a usina acerta toda a remuneração a que o empregado tem direito, e esse, por sua vez, pode ficar entre quatro e cinco dias em sua aldeia, e, depois, volta ao trabalho se assim desejar. No final do ano, a empresa deve despedir os trabalhadores, sem justa causa, de modo que, a cada dois anos, os trabalhadores têm direito a receber a multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego.

De acordo com o procurador, “infelizmente, não tem havido respeito a esse e a outros TACs relacionados à contratação dos indígenas”. Ele explica que, só do grupo JPessoa, que conta com uma segunda usina no estado em Sidrolândia, além de diversas propriedades voltadas ao corte da cana, de TACs e acordos não cumpridos, há mais de dez milhões de reais sendo executados de passivos perante o MPT-MS.

A alta quantidade de problemas ligados ao setor levou o MPT-MS a estruturar o Núcleo de Usinas, para atuação conjunta dos procuradores que respondem pela questão, com um funcionário atuando nas atribuições de secretaria, reuniões mensais, decisões colegiadas, atuação mais qualificada, etc. O coordenador do núcleo demonstra grande preocupação com a explosiva expansão do setor planejada pelos governos estadual e federal. “Com dez a 15 usinas, temos todas as dificuldades relatadas. Se forem instaladas 15 ou 20 outras usinas nos próximos anos, isso inviabilizaria todo o trabalho feito nos moldes atuais, a realização de ações preventivas etc.”.

Os efeitos sobre os indígenas também se dão de formas menos brutas e diretas, mas complementares - e igualmente importantes. Para Margarida de Fátima Nicoletti, assistente social, administradora da Fundação Nacional do Índio na região (Funai Cone-Sul), no que diz respeito à demarcação das terras indígenas, a instituição, assim como os indígenas Guarani, Kaiowá e Nandéva “vem sofrendo todo tipo de insultos e críticas no sentido de impedimento do desenvolvimento econômico”. Margarida acrescenta que a Funai busca cumprir com o papel que a Constituição lhe atribuiu e garante em seu artigo 231, mas que a mídia “tem tratado do assunto de forma bastante desinformada, atirando para todos os lados”. Ela acrescenta que os proprietários e políticos - usinas e fazendas de cana incluídas nesses grupos - atuam no sentido de dificultar ou até impedir os estudos e outros trabalhos necessários às demarcações.



Nas imediações do município de Rio Brillhante, no início de novembro de 2008, cerca de 150 indígenas da etnia Kaiowá se encontravam às margens do rio que dá nome ao município, próximos à BR-163. Instalados atualmente em algo intermediário entre uma aldeia e um acampamento, os indígenas pleiteiam a demarcação de sua terra no local, que consideram seu território tradicional. Para os Kaiowá em questão, a rica mata ciliar do local, o denso e tranqüilo rio Brillhante, a fauna e a flora existentes podem se tornar o tekoha - espaço onde se vive de modo ideal - que buscam desde que seus antepassados foram desalojados pelos novos ocupantes da região. Já os proprietários da fazenda, capitaneados pelo principal deles, Julio Cezar Cerveira, buscam retirar os indígenas, pela via judicial.

Os índios apontam para a possibilidade de, à medida que o processo de demarcação de toda a área for realizado - o que ainda não começou a ser feito - permanecerem em uma faixa de terra mais restrita, estratégia adotada em outras demarcações no país. A Funai trabalha com essa perspectiva, dependendo, porém, do poder Judiciário. De acordo com a administradora da Funai na região “a situação não é nada boa, pois o juiz federal já determinou a reintegração de posse para ser cumprida pela Polícia Federal até 15 de janeiro de 2009”. Os indígenas dizem que não vão deixar o local e que não possuem alternativas de moradia, alimentação e manutenção da aldeia reunida, entre outros aspectos fundamentais da realidade da etnia Kaiowá.

O líder indígena Anastácio Peralta, morador da aldeia Jaguapiru, no município de Dourados, aponta que, ao lado da demarcação dos territórios, a constituição de políticas públicas que garantam os direitos dos índios e que construam verdadeiras alternativas para eles são elementos fundamentais para a sobrevivência dos povos indígenas, que viviam na região muito antes da “descoberta” do Brasil pelos portugueses. Funcionário da secretaria de Agricultura Familiar de Dourados, ele não aceita o discurso de que retirar os indígenas do corte da cana representa-

ria um risco para os próprios índios, que hoje dependeriam da atividade. Segundo Anastácio Peralta, “os indígenas estão cortando cana desde, aproximadamente, 1530. Esse discurso é antigo”.

É esse o pano de fundo verificado no Mato Grosso do Sul que respalda e até incentiva ações como a das usinas que submeteram os indígenas e demais trabalhadores à situação de trabalho escravo. Ao mesmo tempo que existe uma firme campanha dos setores conservadores no Estado para frear a demarcação das terras indígenas - envolvendo inclusive parlamentares e prefeitos locais - os indígenas, sobretudo os da etnia Guarani, encontram-se confinados em territórios ínfimos, sem alternativas, seja para produzir e caçar os alimentos que consomem, seja para gerar alguma renda. Entidades como a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) puxam a lista das que colocam-se contrárias às demarcações, ao mesmo tempo que grupos de capital internacional investem em usinas de etanol no Estado, importantes distribuidoras de combustíveis compram álcool das usinas, e grupos transnacionais do setor de alimentos se beneficiam das condições naturais, econômicas e políticas oferecidas pelo Mato Grosso do Sul.

A falta de alternativas dos indígenas na região não é mera consequência de outros processos. Ela é muitas vezes almejada, e traz benefícios para diversos segmentos, especialmente os que se utilizam da mão-de-obra submetida a condições degradantes<sup>31</sup>. Em meio ao confinamento e à falta de alternativas que marca o cotidiano dos indígenas, aos casos de trabalho escravo e à morte de índios - por homicídio ou suicídio -, e aos casos de alcoolismo, desnutrição e outros problemas de saúde pública entre os indígenas, o Estado comemora as infinitas terras que possui “disponíveis” para a vinda de novas usinas e empresas do agronegócio. O governador André Puccinelli planeja, inclusive, tornar o Mato Grosso do Sul o maior produtor de etanol do mundo até 2015<sup>32</sup>.



## CASO | Os Xakriabás em Pontal

Entre o contingente de migrantes que partem das regiões mais pobres do país para trabalhar no corte de cana em São Paulo, há grupos indígenas de vários Estados no Nordeste e do Centro-Sul brasileiro. Um desses grupos são os Xakriabás, que, segundo o projeto Povos Indígenas no Brasil<sup>33</sup>, do Instituto Socioambiental (ISA), viviam onde hoje se localizam Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Na época da colonização, o grupo foi alvo de missões jesuítas e de pressões econômicas sobre seu território. Mas um período de valorização de sua identidade marcou as últimas décadas, culminando, inclusive, com a demarcação de suas terras, em São João das Missões, norte de Minas Gerais.

As dificuldades com que vivem, através de cultivos de subsistência, têm levado muitos xakriabás a migrarem em busca de empregos. Dezenas deles tem ido a São Paulo para trabalhar no corte da cana, enfrentando experiências de mando e obediência a qual não estão habituados no convívio da aldeia. Nesta safra, o xakriabá José Aparecido Marco da Silva, de 28 anos, deixou sua esposa e filha em Minas Gerais para trabalhar para a Usina Bazan, no município de Pontal

(SP). É o terceiro ano seguido que ele viaja para trabalhar na lavoura - e talvez seja a última. "É muito ruim o preço que pagam pela cana que cortamos. Não quero voltar ano que vem", desabafa. De acordo com José, junto com ele vieram outros 111 indígenas de sua comunidade. Um deles é Ronaldo Fernandes da Silva, que, aos 19 anos, enfrenta sua primeira safra. "Meu pai pediu para eu não vir, mas eu queria juntar algum dinheiro. Decidi encarar de frente. No começo foi triste deixar o lugar onde nasci. Mas volto logo para lá", afirmou.

O ano dos Xakriabá em Pontal foi marcado pela violência em Pontal. Segundo relato de da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e do próprio Ronaldo, indígenas sofreram agressões de policiais durante a greve dos trabalhadores das usinas Bela Vista e Bazan. "Alguns foram atingidos por balas de borracha e três foram presos porque estavam com estilingues. Depois disso, assustados, decidiram voltar para Minas Gerais", diz Ronaldo. Para ele, esse acontecimento pode influenciar a decisão sobre migrar na próxima safra. "Faz entre 10 e 15 anos que os Xakriabás vêm a São Paulo trabalhar com a cana. Mas acho que muitos vão pensar melhor se virão no ano que vem", prevê.

Indígenas xakriabás que trabalham no corte da cana em Pontal (SP)





A cana-de-açúcar desempenhou um papel fundamental na história da formação socioeconômica do Nordeste, fator que ainda hoje diferencia a cultura da região das demais áreas no país. Implantada em forma de plantation (latifúndios monocultores) já em meados do século 16 para a produção de açúcar, a atividade canavieira foi um dos principais vetores da ocupação e do desenvolvimento das áreas litorâneas e da Zona da Mata - que abrange os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Recôncavo Baiano -, criando as bases de uma organização social e política que ainda hoje concentra poder e capital nos Estados produtores.

Em Alagoas e Pernambuco, a atividade canavieira se consolidou como um dos mais importantes esteios da economia a partir do século 16, e na década de 1910 Alagoas chegou a liderar a produção nacional de açúcar<sup>34</sup>. Bastante dependente do apoio estatal desde a época do Império, o setor teve um desempenho positivo até a década de 1930. Da decadência que seguiu, a economia canavieira acabou se recuperando apenas nos anos 1970 com a criação do Proálcool, a crescente disponibilização de crédito e fortes investimentos externos.

Na década de 1990, no entanto, o recuo dos investimentos públicos, a instabilidade econômica internacional e um volume insustentável de dívidas levaram as usinas nordestinas a enfrentar uma crise aguda. Muitas encerraram suas atividades, tanto pela falta de capital dos grupos controladores quanto por conta da transferência dos investimentos para outros Estados, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Também o desenvolvimento de uma moderna indústria sucroalcooleira em São Paulo suplantou as velhas agroindústrias açucareiras nordestinas<sup>35</sup>.

A crise do setor canavieiro do Nordeste também gerou um crescente conflito com os trabalhadores e os movimentos camponeses de luta pela terra. O surgimento de grandes usinas - muitas delas empresas familiares - a partir da concentração da cadeia produtiva canavieira no final do século 19 havia criado uma forma singular de ocupação das terras guiada a partir das relações de trabalho. Formadas por vários engenhos (fazendas), as usinas tinham áreas destinadas a pequenos sítios e núcleos habitacionais para seus trabalhadores, modelo que começou a se desestruturar a partir do advento do trabalho temporário ou safrista. Com a crise, muitos assalariados foram demitidos, e cresceu a pressão dos usineiros para que deixassem as terras nos engenhos, a despeito de enormes dívidas trabalhistas e do direito adquirido sobre os sítios. Por outro lado, os en-



genhos falidos e improdutivos passaram a ser o alvo principal dos movimentos de luta pela reforma agrária.

A partir de 2003, com a retomada dos investimentos do governo Lula no setor sucroalcooleiro - uma resposta a articulações iniciadas em 2002, quando, candidato à Presidência, Lula se reuniu com usineiros de São Paulo e Pernambuco em busca de apoio; em 2007 os chamou de "heróis nacionais" -, a cultura canavieira começou a se recuperar no Nordeste, e dívidas milionárias foram renegociadas e parcialmente perdoadas - no início de 2007, o Banco do Brasil concedeu um perdão de dívidas superior a R\$ 1 bilhão a pelo menos 20 usinas, a maioria nordestinas<sup>36</sup>. Em Alagoas, este ano o governador perdoou mais R\$ 1,5 bilhão em dívidas de usineiros do Estado, parcelando dívidas fiscais das empresas em atraso com anistia de multa, juros e correção<sup>37</sup>.

Em 2008, de acordo com dados da Conab<sup>38</sup>, a área plantada de cana no Nordeste foi de 1,037 milhão de hectares, um aumento de 4,3% em relação a 2007 (994,1 mil ha). Entre os Estados produtores da região, Alagoas, onde a cana está presente em 57 municípios, ocupa o primeiro lugar em área plantada (426,8 mil ha, área 0,8% maior à ocupada em 2007, e que equivale a praticamente um sexto de todo o território alagoano). Em segundo lugar está Pernambuco (com 61 municípios produtores e 316,6 mil ha plantados, com crescimento de 6,1% em relação à última safra), seguido da Paraíba (112,5 mil ha, com uma queda de 2,1% em relação a 2007). Maranhão, Piauí e Sergipe, embora com áreas bem menores, apresentaram crescimento significativo nas lavouras de cana do setor sucroalcooleiro, respectivamente 25,2%, 40,3% e 50,8%.

Do total de 67,8 milhões de toneladas de cana produzidas nesta safra no Nordeste, 39,7 foram destinadas à produção de açúcar e 28,1 à produção de álcool. Com 70 unidades produtoras de etanol cadastradas Agência Nacional do Petróleo (21 em Alagoas, 21 em Pernambuco, oito na Paraíba, seis em Sergipe, quatro no Rio Grande do Norte, quatro no Maranhão, três na Bahia, duas no Ceará e uma no Piauí), a produção de álcool na região teve um aumento de 2,75%, passando de 2,22 bilhões de litros na safra 2007 para 2,28 bilhões na safra 2008, segundo dados da Conab.

## CAPÍTULO\_1 IMPACTOS TRABALHISTAS

No Nordeste, onde a mecanização ainda não avançou como nos canaviais do Centro-Sul, as condições de trabalho na cana são marcadas por uma extrema precariedade, segundo avaliação do Fundacentro<sup>39</sup>, órgão de pesquisa em segurança, saúde e meio ambiente no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em relação às principais formas de vinculação trabalhistas, o órgão aponta uma extensa gradação entre a legalidade e a ilegalidade, que passa pelo trabalhador assalariado, os contratos de trabalho por prazo indeterminado e com direitos trabalhistas e previdenciários, os safristas, com contratos de curta duração, os "clandestinos" (sem contrato, arregimentados por intermediários), e o trabalho escravo. Nesta última categoria, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, em 2008 as ações de fiscalização libertaram 1.498 trabalhadores nos Estados do Nordeste, sendo 656 em Alagoas, 309 em Pernambuco e 192 no Ceará.



Safrista em usina de Juazeiro, Bahia



De acordo com o advogado trabalhista Bruno Ribeiro de Paiva<sup>40</sup>, especialista nas relações de trabalho no setor canavieiro do Nordeste, o aumento das contratações temporárias derrubou para menos de 30 % do total da força de trabalho o número de trabalhadores com contrato permanente. Ao mesmo tempo, afirma Paiva, as Convenções Coletivas de Trabalho têm sido sistematicamente descumpridas pelas empresas, sobretudo quanto à remuneração e às condições de trabalho.

O estado de precariedade a que estão submetidos trabalhadores canavieiros nordestinos fez da região a campeã em acidentes de trabalho. Em um comparativo com os principais Estados produtores do país, baseado na relação entre volume de cana produzida e casos de acidentes, Bahia, Alagoas e Pernambuco apresentam os maiores índices de acidentes, como demonstra a tabela abaixo:

ACIDENTES NO SETOR DA CANA-DE-AÇÚCAR E NA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ALCOOL *			
Estados	Cana Produzida em 2005, 2006, 2007 e 2008** (t)	Acidentes de trabalho 2005 a 05/2008	Relação de acidentes por 100.000 toneladas
SP	696.011.222	35.912	5,15
PR	121.734.660	8.471	6,95
GO	68.098.921	5.280	7,75
PE	62.468.835	7.487	11,98
AL	89.296.088	13.978	15,65
BA	15.465.321	3.582	23,16

\* Nesta relação, são contabilizados apenas os acidentes comunicados pelas empresas através dos CATs (Comunicados de Acidentes de Trabalho)

\*\* Como os dados de acidentes compreendem-se entre 2005 e maio de 2008, considerou-se 5/12 da safra total prevista para 2008, segundo a Conab. Os dados de produção de 2007 também são da Conab, e os de 2005 e 2006 são do IBGE

Fontes: INSS (acidentes de trabalho), Conab e IBGE (produção de cana)

Contraditoriamente, representando um dos setores que mais contribui para a aposentadoria precoce de trabalhadores, muitas usinas estão também entre os maiores devedores da Previdência em seus Estados. Tomando-se como exemplo Pernambuco e Alagoas, as dívidas do setor junto ao INSS somam R\$ 609.204.871,34 e R\$ 58.423.378,78, respectivamente<sup>41</sup>.

Apesar da inegável importância econômica do setor sucroalcooleiro para os maiores Estados produtores do Nordeste, a geração de riquezas não se reflete necessariamente nas condições de vida da população dos pólos produtores. Segundo Paiva, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2000<sup>42</sup> a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil era de 0,757 (73º lugar entre os 173 países avaliados). Em Alagoas, em 91 dos 102 municípios o IDH estava abaixo de 0,500, incluindo todas as cidades da região canavieira (sete dos dez municípios brasileiros mais pobres são alagoanos). Já entre os 184 municípios de Pernambuco, em 116 o IDH estava abaixo de 0,500, incluindo a quase totalidade dos municípios da região canavieira. O valor máximo de 0,358 (e não médio) do IDH na mesoregião canavieira de Alagoas somente superava o IDH dos



10 países mais pobres do Mundo. No caso da área canavieira de Pernambuco, o índice máximo de 0,438 só era superior ao IDH dos 20 países mais pobres.

Por outro lado, a recuperação econômica e os investimentos públicos na atividade canavieira nos últimos anos não têm tido reflexos na melhoria das condições de trabalho em

grande parte das usinas nordestinas. Lembrando apenas ocorrências de 2008, casos de descumprimentos extremos da legislação trabalhista, flagrados por ações do Ministério Público do Trabalho - como o flagrante de 40 trabalhadores em condições subumanas na usina Vida Nova, em Água Preta, na Mata Sul de Pernambuco, de propriedade do deputado estadual Marco Barreto (PMN) em fevereiro deste ano; o resgate, no mesmo mês, de 53 canavieiros que trabalhavam em condições degradantes na Usina Laginha, de propriedade do ex-deputado, ex-senador e candidato derrotado ao governo de Alagoas, João Lyra (PDT), em União dos Palmares (AL); e o resgate de 284 cortadores de cana na Usina Vitória Agrocomercial Ltda, de propriedade de José Bartolomeu de Almeida Melo (PDT), prefeito eleito de Palmares (PE), em dezembro deste ano -, são emblemáticos de uma mentalidade arcaica que ainda predomina no setor dominante da região. De acordo com texto publicado no jornal O Globo em novembro de 2008, sobre o último caso, “o advogado da Usina [Vitória], José Hamilton Lins, admitiu as condições precárias de trabalho, que considerou parte de uma cultura colonial que precisa de tempo para se adaptar às novas regras trabalhistas.”

## CASO | Em Alagoas, 14 usinas autuadas por trabalho degradante e escravo

O alto grau de precariedade nas condições de trabalho dos canavieiros ficou evidente com os resultados de uma Força-Tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas no início de 2008. Com participação do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho da 19a. Região, Procuradoria Geral do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, a Operação Zumbi dos Palmares, realizada entre os dias 21 de fevereiro e 28 de março de 2008, fiscalizou 15 das maiores usinas do Estado, constatando irregularidades que atingiram mais de 20 mil trabalhadores em 14 delas.

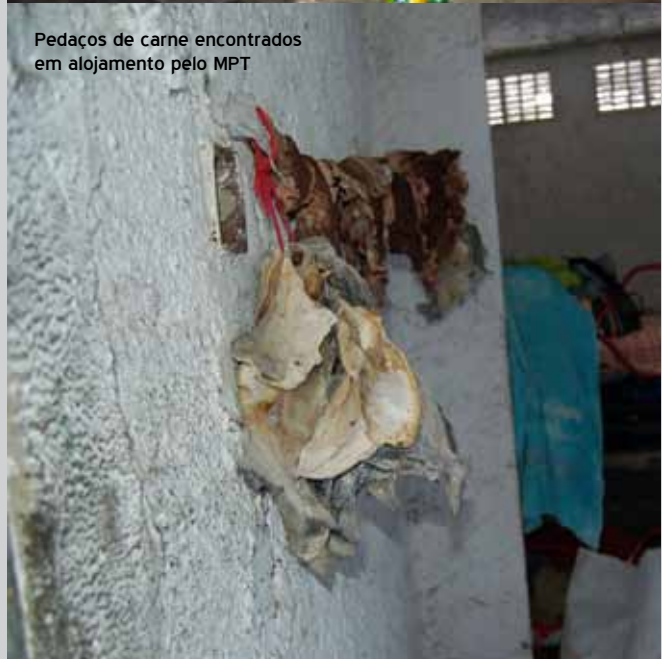
Como saldo final da operação, o Grupo Móvel resgatou 656 trabalhadores - 52 na usina Laginha, 203 na usina Penedo e 401 na usina Santa Clotilde - e ajuizou 12 ações civis públicas, com pedidos de indenização por lesões aos direitos coletivos e difusos dos trabalhadores, que totalizam R\$ 20 milhões. A Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas também entrou com 13 execuções de Termos de Ajustamento de Conduta, assinados anteriormente pelas usinas e não cumpridos como acordado.

A situação encontrada pela fiscalização do trabalho nos canaviais alagoanos em 2008 não é nova. De acordo com o Relatório de Atuação da Força-Tarefa, tramitam na Procuradoria Regional do Trabalho da 19a. Região dezenas de ações e procedimentos contra 31 empresas, referentes a irregularidades trabalhistas cometidas nos últimos dez anos. Dessa lista, constam cinco usinas autuadas por utilização de trabalho de crianças e adolescentes, e oito por utilização de mão-de-obra escrava<sup>43</sup>.

Em entrevista ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, o procurador-chefe do MPT em Alagoas, Rodrigo Alencar, explicou que a operação nas usinas se deu em função do crescente número de inquéritos e mobilizações de trabalhadores contra abusos cometidos pelas empresas. De fato, durante a ação os fiscais encontraram problemas graves, como retenção das carteiras de trabalho e caderneta de dívidas (dois dos elementos que caracterizam o trabalho escravo, por obrigarem a permanência dos trabalhadores), equipamentos de proteção individual (EPIs) totalmente rotos (sem substituição por mais de seis meses), intimidação dos trabalhadores por arma, trabalho de crianças e adolescentes, entre outros.



Alojamento em condições degradantes



Pedaços de carne encontrados em alojamento pelo MPT



Menores sem sapatos, equipamentos de proteção e contratos, flagrados pela fiscalização do trabalho em Alagoas

No dia 11 de março, por exemplo, a fiscalização flagrou, no município de Colônia Leopoldina, 27 trabalhadores clandestinos (sem registro) em um caminhão de transporte de cana (gaiolão), entre eles dez adolescentes com idade entre 14 e 17 anos. Eles estavam de meia e chinelo, sandália de borracha e até descalços, e nenhum trabalhador havia recebido equipamentos de proteção. Dividindo o transporte com animais, os trabalhadores seguiam, segundo depoimentos, para o corte de cana na fazenda Gabão, do empresário Antônio Cordeiro, fornecedor da Usina Taquara.

Entre os problemas comuns a todas as usinas fiscalizadas, o MPT listou péssimas condições de alojamentos, da alimentação, do fornecimento de água, dos EPIs, do transporte e das instalações sanitárias, entre outros. Como resultado da Operação Zumbi dos Palmares, em novembro de 2008 o MPT firmou um termo de conciliação e ajustamento de conduta com o setor canavieiro, no qual os produtores de açúcar e álcool se comprometeram a "cumprir a legislação em benefício do trabalhador rural". As usinas Caeté, Grupo Santo Antonio (Central Açucareira e a filial Camaragibe), Grupo Toledo (Capricho e Sumaúma), Leão, Laginha, Destilaria Porto Alegre, Mendo Sampaio, Santa Clotilde, Santa Maria, Seresta, Taquara e Triunfo, alvos de 12 Ações Civis Públicas, deverão pagar indenização pelo dano causado ao interesse difuso e coletivo dos trabalhadores.



## CASO | Trabalho escravo na Usina Laginha, do Grupo João Lyra

Como resultado da Operação Zumbi dos Palmares na usina Laginha, localizada no município de União dos Palmares, foram resgatados 52 trabalhadores. Segundo o MPT, os homens, que trabalhavam no transporte de trabalhadores do corte de cana e na operação de tratores da usina, tinham expediente exaustivo, não recebiam hora-extra e viviam em alojamento com condições insalubres.

De propriedade do ex-deputado, ex-senador e candidato derrotado ao governo de Alagoas João Lyra (PDT), a empresa Laginha Agroindustrial S.A tem um extenso histórico de violações trabalhistas e ambientais, de acordo com a Relação de Procedimentos e Ações da Procuradoria Regional do Trabalho da 19a. Região. Entre os anos de 2000 e 2007, as usinas Laginha (matriz) e as filiais Guaxuma e Uruba sofreram 29 processos por irregularidades, como fraude nas relações de emprego, contratação irregular, problemas no meio ambiente do trabalho, uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes etc. Segundo o relatório de fiscalização da Força-Tarefa de 2008, os problemas encontrados foram os seguintes:

### ► Alojamento

“Encontramos um alojamento que abrigava 53 empregados que laboravam em turnos de revezamento de forma irregular. O alojamento estava muito sujo, com grande mau cheiro (...). Em vez de colchões, os trabalhadores receberam simplesmente espumas de má qualidade, sujas e muitas rasgadas, que não ofereciam condições para higienização e repouso. (...) Havia lixo acumulado no alojamento, ocasionando intenso mau cheiro (...)”

### ► Alimentação

“Os trabalhadores que se encontravam no local [alojamento] informaram que a comida era fornecida por uma ‘churrascaria’, era descontada de seus salários e era muito ruim (azedada) e, por isso, eles a jogavam no lixo”. No campo, “em se tratando daqueles que eram alojados pela empresa, às vezes se alimentavam de refeições à base de macaxeira ou cuscuz com salsicha. Para quem trazia alimentação de seus domicílios, não eram disponibilizados recipientes para manter as refeições aquecidas. Estas omissões propiciavam o surgimento de doenças estomacais como diarreias, vômitos e cólicas”.

### ► EPIs e acidentes de trabalho

“Foram encontrados trabalhadores sem equipamentos de proteção individual ou com estes em péssimo estado de conservação e não repostos. Os trabalhadores informaram, em depoimentos, que a empresa não repunha os equipamentos por enfrentar dificuldades econômicas. Informaram, ainda, que os podões e as limas, ambos estavam

desgastados, o que dificultava o corte da cana”. Para avaliar os impactos da falta de EPIs, os auditores fiscais recolheram os Comunicados de Acidentes de Trabalho (CATs) da usina dos anos de 2007 e 2008. De acordo com os registros, ocorreram mais de 250 acidentes no período, com casos de corte nas mãos e pés, torções, amputação, queda e um caso de morte por esmagamento, em novembro de 2007. Ou seja, no período de pouco mais de um ano, segundo o MPT 16,6% dos trabalhadores do corte de cana da Laginha sofreram acidentes.

### ► Trabalho e remuneração

“Observando o ritmo de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, submetidos a tais condições (degradantes), nota-se que todos ficam a um passo da exaustão, que pode levar à morte. Indagando-os sobre a razão pela qual não diminuía o ritmo, mesmo com risco de morte, invariavelmente respondiam que não acreditavam que poderiam morrer e que ganhavam tão pouco por unidade produzida que se viam



Produção dos canavieiros é medida com uma balança rudimentar

obrigados a trabalhar como escravos, à exaustão, para conseguir um pouco mais de dinheiro. (...) Não bastasse o ritmo desumano e exaustivo do trabalho desempenhado, todos os trabalhadores se sentiam ainda mais injustiçados pelo aferimento da produção que era feito medindo a área cortada, de forma linear, por meio de uma vara de uma braça de comprimento. O apontador simplesmente, ao movimentar a vara, sempre o faz de forma a diminuir, no terreno, a área de cana cortada pelo trabalhador”.

### ► Concordata

Em função de uma dívida de US\$ 70 milhões com o banco inglês Calyon, em 26 de novembro de 2008 o grupo sucroalcooleiro João Lyra entrou com um pedido de recuperação judicial (concordata) da empresa Laginha Agro Industrial S/A (que engloba as usinas Laginha, Guaxuma e Uruba, em Alagoas, e Vale do Paranaíba, em Minas Gerais). A concordata foi decretada pelo juiz Sôstenes Alex, da comarca de Coruipe (AL).



Morros desmatados para plantio de cana em Pernambuco

Naturais Renováveis (Ibama) realizou em Pernambuco a Operação Engenho Verde, uma das maiores ações de fiscalização sobre o setor sucroalcooleiro nordestino, autuan-

do e multando as 24 maiores usinas do Estado<sup>44</sup> em R\$ 5 milhões cada, num total de R\$ 120 milhões, por um conjunto de crimes ambientais. A operação ganhou notoriedade nacional em função dos pronunciamentos do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, em coletiva de imprensa, chamou o Estado de Pernambuco de “um desastre do desastre”, onde ocorre “uma lambança generalizada com apoio político e impunidade”, e os usineiros de “fora-da-lei”<sup>45</sup>.

Entre as acusações constantes nas ações civis públicas decorrentes da operação de fiscalização, o Ibama lista a falta de licenciamento

Em seus mais de cinco séculos de presença no Nordeste, a cana-de-açúcar foi a principal responsável pela quase absoluta dizimação das áreas de Mata Atlântica da região, atualmente reduzida a apenas 5% de sua extensão original, de acordo com estimativas do Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan). O desmatamento inclui tanto as Áreas de Preservação Permanentes (APPs, como as matas ciliares dos principais rios da Zona da Mata, áreas de várzea e topos e encostas de morros) como as reservas legais (conservação obrigatória de 20%, no bioma Mata Atlântica, da cobertura vegetal original nas propriedades).

De acordo com a última atualização do Mapa de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, datada de 2007, ao menos 21 novas áreas sofrem algum tipo de ameaça por parte do cultivo de cana no Nordeste. Como se vê na tabela, a já reduzida área ocupada pela Mata Atlântica no Nordeste está ameaçada pela cana.

Em junho de 2008, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

ambiental das usinas - fato que provocou danos ambientais com efeitos permanentes e cumulativos ao meio ambiente; severa degradação das Áreas de Preservação Permanente (APPs); ocupação de APPs pela cultura da cana-de-açúcar; inexistência de Reserva Legal, ou desrespeito às mesmas, nas propriedades canavieiras; queima ilegal, ou desautorizada, com o intuito de facilitar a colheita da cana-de-açúcar; e poluição de recursos hídricos, solo e atmosfera através de atividades inerentes à cultura da cana-de-açúcar.

BIODIVERSIDADE AMEAÇADA PELA CANA - MATA ATLÂNTICA NO NORDESTE			
Nome	Importância*	Prioridade	Área (em km <sup>2</sup> )
Itaporanga. SE	Insuficientemente Conhecida	Alta	23
Mata de Oiteiro e Caititu. SE	Insuficientemente Conhecida	Alta	299
Serra Grande. AL	Extremamente Alta	Extremamente Alta	557
Santa Rita. PB	Insuficientemente Conhecida	Extremamente Alta	44
Região da APA de Piquiri-Uma. RN	Insuficientemente Conhecida	Muito Alta	50
PE Pau-Brasil. PB	Extremamente Alta	Extremamente Alta	4
Região de Japarutuba. SE	Extremamente Alta	Muito Alta	1279
Pontal do Coruripe. AL	Insuficientemente Conhecida	Alta	33
APA Pratigi. AL	Extremamente Alta	Extremamente Alta	955
Porto Calvo. AL	Alta	Alta	89
Camaragibe - Tapacurá. PE	Muito Alta	Alta	1019
Itamaracá - Coetés. PE	Muito Alta	Muito Alta	815
Mamanguape - Rio Tinto. PB	Alta	Alta	162
Potiguara. PB	Insuficientemente Conhecida	Muito Alta	372
RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá. AL	Muito Alta	Muito Alta	107
RESEC Manguezais da Lagoa do Roteiro. AL	Extremamente Alta	Extremamente Alta	8
APA da Barra do Rio Mamanguape. PB	Extremamente Alta	Extremamente Alta	96
Lagoas do Baixo Parnaíba. MA	Muito Alta	Muito Alta	4670
Brejo da Princesa. PE	Muito Alta	Alta	606
Serra do Cariri. PE	Muito Alta	Alta	2755
Chapada do Arararipe. PE, CE e PI	Extremamente Alta	Extremamente Alta	780
*Quanto ao estado de conservação e uso da biodiversidade			
Fonte: MMA / <a href="http://www.arcplan.com.br/mma/mata_atlantica_fichas_das_areas_prioritarias.pdf">http://www.arcplan.com.br/mma/mata_atlantica_fichas_das_areas_prioritarias.pdf</a>			



No relatório da operação<sup>46</sup>, o Ibama afirma que foi constatada a destruição das matas ciliares de todos os grandes rios da Zona da Mata no Estado, e há a suposição de que os efluentes industriais sejam despejados nos cursos d'água, uma vez que “quase todas as usinas têm seu parque industrial instalados nas margens dos rios”.

Sobre a prática das queimadas, o relatório aponta que “estranhamente, dos 368.188 hectares de plantio de cana-de-açúcar que teoricamente são queimados anualmente em Pernambuco, segundo dados do PREVFOGO do IBAMA, somente foram solicitados na safra passada (2006/2007) 77.682,1 hectares de queima controlada. Isso indica que somente 21% da área que foi queimada foram autorizadas, enquanto que 79% da área foram queimadas ilegalmente”.

O documento também denuncia a prática de escamoteamento do crime de queimadas ilegais. “Frequentemente, as usinas apresentam boletins de ocorrência, atos meramente declaratórios, onde grande parte das suas áreas sofre ‘incêndios criminosos’ pouco antes das colheitas, crime que acaba beneficiando suas vítimas, já que essas economizam com taxas ao Ibama, assim como com instrumentos de controle das queimadas, seguindo sua colheita sem maiores problemas (...). Ou estamos diante de surtos sazonais de queima criminosa, atingindo somente o setor canavieiro, ou diante de casos graves de crimes ambientais e falsidades ideológicas. Em ambos os casos, a responsabilidade direta pela infração ambiental administrativa resta ao proprietário do imóvel.”



Queimada de canavial em PE



## CASO | Usina Trapiche: crimes ambientais e conflitos sociais e fundiários

De acordo com as ações civis públicas decorrentes da Operação Engenho Verde, a maioria das usinas atuadas em 2008 pelo Ibama é recorrente em crimes ambientais. É o caso da usina Trapiche, uma das mais importantes e antigas de Pernambuco, que, segundo o órgão ambiental, "não é primária na prática de atos degradadores ao meio ambiente. Esta já é a terceira autuação à primeira demandada, sempre por exercer atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental".

Localizada no município de Sirinhaém (a cerca de 75 km de Recife), a usina Trapiche foi fundada em 1887 no antigo engenho Trapiche. Em 1998, a empresa, com 26.850 hectares, foi adquirida pelo grupo do usineiro alagoano Luiz Antônio de Andrade Bezerra e, de acordo com o Ibama, pratica o cultivo da cana "em área superior a 11.000 hectares sem qualquer tipo de licenciamento ambiental".

Ocupando majoritariamente topos e encostas de morros<sup>47</sup> (Áreas de Preservação Permanente), parte do canal da Trapiche avança, em total desconformidade com a legislação ambiental, sobre um complexo de 17 ilhas estuarinas cobertas de manguesais, localizadas na área limítrofe entre os municípios de Ipojuca e Sirinhaém, no litoral sul do Estado de Pernambuco. Pertencentes à União (são Áreas de Marinha), de acordo com um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da ONG Terra de Direitos, as ilhas foram aforadas "a particulares em 14 de novembro de 1898, em nome da Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco. Após sucessivas transferências, que por sinal não observaram os dispositivos legais, a Usina Trapiche S.A. apresenta-se como a última sucessora do referido aforamento".

Canal da Trapiche avança sobre manguezal



Historicamente habitadas por pescadores, que sobreviviam exclusivamente da pequena atividade pesqueira, da agricultura de subsistência e da coleta de frutas, as ilhas passaram a ser disputadas pela usina a partir da sua aquisição pelo grupo alagoano, que começou a pressionar as comunidades tradicionais para que abandonassem o local. Segundo a CPT, tendo desmatado ilegalmente toda a cobertura vegetal original de sua área, a intenção da empresa seria transformar o manguezal na Reserva Legal da usina.

Relatos da CPT e da Terra de Direitos, que têm acompanhado a situação das 53 famílias de pescadores das ilhas de Sirinhaém, dão

conta de que a Trapiche utilizou métodos de extrema violência e coação para a retirada dos moradores de suas terras, informações confirmadas pelo Ibama. De acordo com o órgão ambiental, "há denúncias de queima e demolição de casas, destruição de lavouras, derrubada de espécies frutíferas, fechamento da escola na ilha, emprego de várias formas de ameaça, e abertura de processos judiciais<sup>48</sup>".

Após a expulsão das ilhas, a maioria das famílias passou a morar nas periferias dos centros urbanos da região, principalmente Sirinhaém. Várias receberam moradias da usina em escambos pelas antigas áreas nas ilhas, mas as condições de vida se degradaram expressivamente. Um estudo socioeconômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do rio Sirinhaém, do Ibama, divulgado em maio de 2008, aponta que a pesca decaiu muito, apesar de ser a maior fonte de alimentos, e grande parte dos pescadores acabou no corte da cana, como reserva de mão-de-obra da usina. Atualmente, apenas duas das 53 famílias - as irmãs Maria Nazareth dos Santos e Maria das Dores dos Santos - estão na área, mais especificamente na Ilha do Constantino. Em depoimento ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, elas relataram que, desde a chegada de seu bisavô no local, as famílias viviam bem da pesca e da pequena agricultura, o que motivou a resistência pela permanência no local.

Maria Nazaré, que vive em uma casinha de barro às margens do manguezal, de onde retira parte do seu sustento (como os caranguejos guaiamuns e pequenos peixes para venda), conta que teve sua casa derrubada inúmeras vezes a mando da Trapiche. "Eles ofereceram dinheiro e casa na cidade pra gente sair, mas não aceitamos. Aí mandaram capangas pra nos amedrontar, que ficavam rondando à noite. Depois veio a polícia e mais capangas da usina, falaram que a terra era da Trapiche, derrubaram minha casa, me prenderam e bateram. Fui presa duas vezes. Mas a gente não tem medo de nada, saímos e voltamos pra cá umas sete vezes já", diz a pescadora. E arremata: "daqui a gente não sai porque é um lugar de barruquinha cheia".

De acordo com a CPT e a Terra de Direitos, em junho de 2007 "Maria das Dores e Maria Nazareth foram presas por policiais militares, dentro de suas casas, sem que houvessem sido surpreendidas em flagrante delito ou contra elas houvesse qualquer mandado de prisão. Além da surpreendente ilegalidade dessas prisões, verificou-se, posteriormente, que as duas moradoras das ilhas, analfabetas, tiveram que assinar documentos em branco (termos de compromisso, laudos periciais) para serem liberadas pela autoridade policial". As entidades apontam ainda que a funcionária da usina Evânia Freire, que coordenou várias investidas contra os pescadores, "é ré em dois processos criminais que tramitam na comarca de Sirinhaém, processos nº 451.2007.000111-7 e 451.2007.000020-8, por ser a ela imputada a derrubada das casas de Maria Nazareth dos Santos e de Maria das Dores dos Santos, respectivamente".

Maria Nazaré mostra guaiamum retirado do mangue



Em 2006, os conflitos com os pescadores e denúncia de que a usina tem despejado sistematicamente efluentes tóxicos (vinhoto) no estuário levaram as entidades e o Ibama a propor a criação de uma reserva extrativista (Resex) no local, processo que atualmente se encontra em avaliação no Instituto Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente. Paralelamente, acatando a argumentação do órgão ambiental, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) de Pernambuco cancelou o aforamento do estuário em favor da Trapiche (procedimento administrativo nº 10480006036/86-05), ato que aguarda decisão final do Ministério do Planejamento em Brasília.



Agricultura de subsistência das moradoras das Ilhas de Serinhaem

Apesar da urgência da situação, os processos de criação da Resex e do cancelamento do aforamento se encontram paralisados, segundo a CPT em função de fortes pressões políticas contrárias. De acordo com a Coordenação de Gestão Patrimonial (CGGEP) do Ministério do Planejamento, "a questão do desaforamento da área é de tal complexidade que o processo foi reenviado, em 15 de novembro de 2008, à GRPU em Recife para que o órgão identifique quais áreas podem e quais não podem ser desaforadas".

## CAPÍTULO\_3 IMPACTOS FUNDIÁRIOS

A crise que abalou a estrutura do poderoso setor sucroalcooleiro nordestino na década de 1990, quebrando um grande número de usinas (em Pernambuco, ao menos 14 pediram falência<sup>49</sup>) e desempregando milhares de trabalhadores canavieiros, foi o pivô da intensificação das disputas de terras nos principais Estados produtores. Em uma análise da estrutura agrária e do desenvolvimento rural na zona canvieira da região, datada de 2005, o Grupo de Trabalho Interministerial do Setor Sucroalcooleiro da Região Nordeste, composto pela Casa Civil da Presidência da República e pelos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e da Integração Nacional, constatou que "a zona canvieira do Nordeste é uma das regiões mais conflituosas do país, perdendo em intensidade apenas para as áreas de fronteira agrícola da Amazônia. A situação de conflito é gerada pela alta concentração de terras, decorrente da história agrária da região, totalmente associada à monocultura da cana, e a dependência de assalariados e agricultores familiares dos senhores de engenho e empresas sucroalcooleiras".

Grosso modo, nos últimos dez anos uma conjunção de fatores como desemprego, violência contra os trabalhadores, vultosas dívidas trabalhistas não quitadas, e inatividade nos engenhos acabaram fortalecendo as organizações sociais de luta pela terra - como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST), Organização da Luta no Campo (OLC), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) -, que, ao mesmo tempo em que acolheram a crescente massa de canavieiros demitidos, passaram a focar as áreas improdutivas das usinas na luta pela reforma agrária.

A reação do poder público frente às reivindicações dos movimentos sociais neste processo de conflitos acabou dividida. De um lado, o Instituto Nacional de Co-



Acampamento do MST na usina Estreliana, PE

lonização e Reforma Agrária (Incrá) inicialmente considerou legítima e respondeu à pressão social com a criação de assentamentos de reforma agrária predominantemente em áreas de engenhos falidos - em Pernambuco, por exemplo, dos 298 projetos de assentamentos, mais de 95 estão na Zona da Mata.

Representantes dos Poder Judiciário e do setor político, no entanto, influenciados ou dominados pela velha oligarquia canavieira, têm defendido os interesses dos usineiros de forma a constituírem um dos principais obstáculos ao avanço da reforma agrária na região, denunciam os movimentos de Direitos Humanos e o próprio Incra. Sobre a questão, o procurador-geral do órgão, Valdez Faria, afirmou que “o Poder Judiciário tem optado, nas ações que tangem a questão agrária, pelo viés do Direito enquanto instrumento de conservação e manutenção das estruturas sociais existentes, em detrimento do conceito de Direito enquanto instrumento de promoção das transformações sociais que visem a construção de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária<sup>50</sup>”.

Segundo as organizações sociais e de Direito Humanos, apesar de ainda representar um dos setores mais endividados do Nordeste, o incentivo governamental à produção de etanol tem fortalecido a disputa pelas terras por parte das usinas. Este processo envolve tanto batalhas judiciais contra desapropriações pelo não cumprimento da função social de engenhos improdutivos, quanto tentativas de retomada de terras já destinadas à reforma agrária e expulsão de antigos moradores de áreas das usinas (hoje uma parcela considerável dos integrantes dos movimentos de luta pela terra).

Em Pernambuco, a disputas judiciais por terras de engenhos falidos têm sido um dos principais vetores dos conflitos agrários. Casos como os das usinas Estrelina, em Gameleira (ver estudo de caso Usina Estrelina), e Aliança, em Ipojuca, por exemplo, são emblemáticos.

De acordo com um levantamento da CPT, dos mais de 20 engenhos da Aliança, falida em 1996 - à época, a usina demitiu mais de mil trabalhadores sem pagamento das dívidas trabalhistas -, 15 são reivindicados pelo Incra para fins de reforma agrária.

Vistoriada pelo órgão em 1999, a usina Aliança foi classificada como “grande propriedade improdutiva”, mas em 2001 a empresa ingressou na Justiça com uma Medida Cautelar e com uma Ação Declaratória de Produtividade, obtendo decisão liminar que determinou a paralisação dos procedimentos administrativos de desapropriação. Em dezembro de 2002, por sua vez, a 7ª Vara Federal concluiu que a usina não cumpria com a função social da propriedade, sendo correto o procedimento realizado pelo Incra. Novamente a Aliança interpôs uma apelação, sendo bene-

ficiada pelo efeito suspensivo do recurso, que só cessou em abril de 2004, por decisão do Tribunal Regional Federal.

Ainda de acordo com a CPT, a situação dos agricultores que, respaldados pela Justiça estadual, permaneceram nos engenhos no aguardo da quitação de dívidas trabalhistas por parte da usina, é delicada em função de pressões e ameaças por parte da empresa e de seus funcionários. Em abril de 2008, cerca de 200 famílias que vivem no engenho Falcão há mais de 20 anos, cultivando alimentos de subsistência, tiveram suas lavouras destruídas pela Polícia Militar, sob a justificativa de cumprimento de mandado judicial da Justiça do Trabalho. A ação foi considerada ilegal pela Justiça estadual.

Em relação à expulsão de antigos sítiantes das áreas de engenhos (ver estudo de caso Usina Salgado), o advogado trabalhista Bruno Ribeira de Paiva avalia que as ações são parte de uma estratégia de expansão das áreas canavieiras, que visa também a “produção” de um novo contingente de mão-de-obra mais barata. “A política perversa de destruição de pequenos sítios e casas rurais disseminou-se dentre as empresas sucroalcooleiras nordestinas, agravando os já elevados problemas sociais. Expulsos das terras, os trabalhadores foram morar em favelas nas cidades vizinhas, por eles denominadas de ‘pontas de rua’. Além de agravar os problemas urbanos, esses desempregados em massa estão formando um grande estoque de bóias-frias nessas cidades, passando a ser contratados nas safras para trabalhar nas outras regiões do Estado ou fora dele”, diz Paiva.



## CASO | Usina Estreliana, símbolo da disputa de terra em Pernambuco

Um dos casos mais emblemáticos envolvendo a disputa de terras pelos movimentos sociais, o Incra, os proprietários e o Poder Judiciário é o caso da usina Estreliana, localizada no município de Gameleira, em Pernambuco.

Um histórico dos processos de disputa por áreas da Estreliana (a usina é composta por cerca de 20 engenhos), elaborado pela ONG Terra de Direitos, aponta que já em 1996 o Incra declarou os engenhos São Gregório, Alegre I e Alegre II de interesse social para fins de reforma agrária. Em fevereiro de 1997, a Justiça deferiu a imissão de posse das áreas em favor do órgão, que assentou 106 famílias de sem-terra ligadas ao MST.

Em 1998, a Estreliana teve sua falência decretada pelo governo do Estado em função de uma dívida de R\$ 707 milhões (dos quais 15,5 milhões de INSS, 8 milhões de FGTS e 26 milhões de ICMS). Devia também R\$ 90 mil em salários aos trabalhadores. A falência foi suspensa logo depois do decreto pelo desembargador Zamir Machado Fernandes, que devolveu a posse das terras aos proprietários José Costa Cavalcanti Júnior e Gustavo Costa Albuquerque Maranhão.

A partir de 2006, relativamente reestruturada após uma série de negociações envolvendo rearranjos territoriais e fiscais, a Estreliana entrou na Justiça para reaver as áreas dos assentamentos. Em uma batalha judicial entre a usina (majoritariamente favorecida pela Justiça regional) e o Incra, em que se revezaram decisões favoráveis e desfavoráveis às partes, o processo acabou no Supremo Tribunal Federal. Em 18 de maio de 2007, por intermédio da ministra Ellen Gracie, que considerou que "a retirada das famílias poderia gerar mais um sério

ajuizado junto ao Tribunal Regional Federal da 5a. Região em 2005. Recorrendo desta decisão junto ao STF, o Incra recebeu decisão favorável da ministra Ellen Gracie e, em março de 2006, assentou 150 famílias de sem-terra com aval de decreto presidencial.

Surpreendentemente, pouco tempo depois Ellen Gracie reverteu sua decisão e determinou que a imissão de posse e o seguimento da ação de desapropriação só poderão se dar após o julgamento final da Reclamação Constitucional proposta pelo Incra. Diante dessa nova decisão, a Usina Estreliana ingressou com uma ação (2006.83.00.005173-3) junto à 7a. Vara Federal de Recife e obteve uma liminar de reintegração de posse. Em junho de 2006, as famílias recém-assentadas foram despejadas pela Polícia Militar, tendo todas as suas lavouras e barracos destruídos.

Em depoimento<sup>51</sup> sobre o processo, a agricultora Antonia, ligada ao MST, relata que o assentamento dos trabalhadores aconteceu "na semana da Quaresma. O oficial de Justiça leu para nós o decreto assinado pelo presidente. Começamos a construir e plantar. Não deu dois meses, e um dia chega a polícia dizendo que tínhamos que sair. Tinha cachorro, helicóptero. Quando um companheiro mostrou a cópia do documento de posse do Incra, disseram que era engano. Deram uma hora pra tirar tudo de lá, depois passaram veneno nas nossas roças. Eu já tinha plantado milho, feijão, macaxeira, batata..."

A decisão do STF também revoltou a então superintendente do Incra, Maria de Oliveira. "Quero dizer que não acredito mais na Justiça quando o STF garante uma imissão de posse, eu coloco os trabalhadores na área, e poucos dias depois esta decisão é revogada e tenho que tirar as famílias de suas terras debaixo de chicote", protestou.

Atualmente, as famílias despejadas do engenho Pereira Grande - de acordo com o MST, grande parte era moradora de sítios na área, expulsas sem indenização pela usina - aguardam uma decisão final da Justiça num acampamento dentro do assentamento São Gregório. De acordo com os acampados, há um forte sentimento de insegurança no local em função de repetidas investidas de intimidação por parte de funcionários da usina. A segurança alimentar dos sem-terra também está prejudicada, uma vez que, sem área para plantar, dependem do recebimento esporádico de cestas básicas.

## CASO | Usina Salgado, expulsão de sitiantes de área da União

A usina Salgado, localizada no município de Ipojuca, PE, foi fundada em 1892 e possui uma área de cerca de 15.500 hectares, distribuídos em 19 engenhos. Atualmente, pertence ao ex-vice-prefeito de Ipojuca, Marcos Queiroz (PT), e está entre as grandes produtoras de álcool anidro e hidratado carburante do Estado. É também detentora de parte da área onde está sendo construída a refinaria binacional Abreu e Lima, das estatais brasileira Petrobras e venezuelana PDVSA.

A exemplo de grande parte das usinas mais antigas de Pernambuco, em meados do século passado havia na Salgado uma vila operária que contava com mais de 80 casas, uma escola e assistência hospitalar para os empregados. A usina também recebeu do governo autorização de uso de terras da União, em sistema de aforamento, área parcialmente utilizada para plantio de cana e também para agricultura de subsistência dos trabalhadores.

conflito social em área rural do país, acarretando lesão a segurança pública, decorrente, aliás, da manutenção da ordem pública e da paz social", o STF deu ganho de causa ao Incra.

Processo similar, mas com desfecho distinto, ocorreu no engenho Pereira Grande. Vistoriada e considerada improdutivo pelo Incra em 2002, a área foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária por meio de Decreto Presidencial em novembro de 2003. Desde então, iniciou-se uma batalha jurídica pela área entre o Incra e a Usina Estreliana, que, derrotada no STF em 2004, foi vitoriosa numa ação

Acampado do MST expulso do engenho Pereira Grande



Atualmente, cerca de 150 famílias de pequenos agricultores, a maioria com pelo menos um membro nos quadros ativos da empresa, ainda vive nestas áreas. Desde 2006, porém, a usina vem exercendo uma forte pressão para a retirada destes moradores, tanto através de ações de coerção por parte de seguranças da usina, quanto por meio de ações de despejo.



Vila de trabalhadores na usina Salgado (PE)

Do ponto de vista jurídico, tanto estas ações quanto a manutenção do plantio de cana nas terras da União (engenhos Salgado, de 1,7 mil ha e Mercês, de 1,4 mil ha) é completamente ilegal, uma vez que a licença de uso foi cancelada em janeiro de 2007 pela Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) "em razão de interesse público na área, para fins de reforma agrária".



Cancelamento do aforamento de terras da União para a Usina Salgado

#### DESPACHO

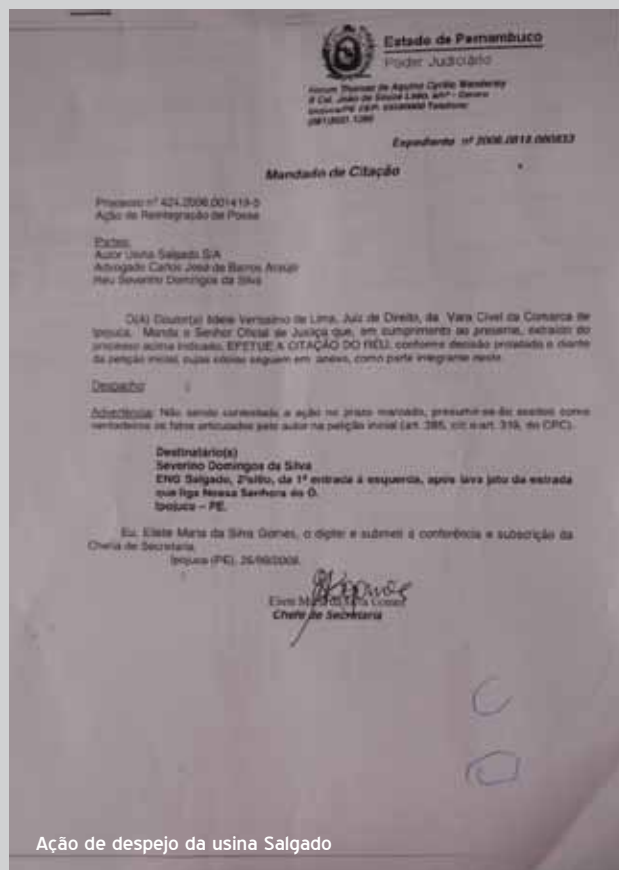
#### CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

O Gerente Regional do Patrimônio da União no Estado de Pernambuco, conforme atribuições previstas no art.35, VI, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante no Anexo XII da Portaria nº 232 de 03 de agosto de 2005, vem, por este ato, promover o **CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO** do imóvel identificado como **ANEXO AS PROP MERCES E USINA SALGADO, IPOJUCA, PE**, sob o RIP nº2443.0000114-79, área do Terreno Total de 13.259.965,00m<sup>2</sup> e área da União de 13.259.965,00m<sup>2</sup>, inscrito como ocupante a **USINA SALGADO S/A**, com fundamento no arts. 9º, II, 17, §2º da Lei 9.636/98; art. 132 c/c §3º do art. 89 do Decreto-lei nº9.760/46; parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº2.398 de 1987 e art. 2º, §§1º e 2º, do Decreto-Lei nº1.561, de 13 de julho de 1977,, em razão do interesse público na área, para fins de reforma agrária, conforme **OFÍCIO/INCR/RS-03/G/Nº1.497, de 1º de Novembro de 2006**.

Em 8 de janeiro de 2007.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES  
Gerente Regional

De acordo com a assessoria jurídica da CPT, a análise da situação atual da Salgado (baseada em documentos oficiais do Ministério Público, Ibama e Incra) aponta a seguinte situação fiscal e ambiental da usina: dívidas acumuladas de cerca de R\$ 12 milhões de FGTS (dos quais 9 milhões já se encontram em fase de execução), R\$ 100 milhões inscritos em dívida ativa da Fazenda, estando mais de 80% em execução, e R\$ 87,8 milhões junto ao INSS; mais de 5 mil processos trabalhistas; multas do Ibama por plantio de cana em Áreas de Preservação Permanente (APP); queima ilegal da palha da cana; ausência de Reservas Legais em praticamente todos os engenhos, entre outros.



Ação de despejo da usina Salgado

A despeito destes fatores, a empresa continua reivindicando as áreas através da apresentação, por via judicial, de ações de reintegração de posse, emitidas pela Vara Cível de Ipojuca. De acordo com moradores da Salgado, a pressão pela retirada dos agricultores recrudescer após a instalação de energia elétrica nas moradias, através do programa federal Luz para Todos, em 2006. A conquista desse direito teria sido considerada pela empresa uma sinalização do direito adquirido dos moradores em relação às áreas. "A luz significava desenvolvimento para os nossos sítios, o que dificultaria para a empresa convencer as famílias a trocar suas áreas por moradias na cidade", explica um morador.

Apesar de quase todos os moradores terem recebido mandados de citação de despejo, nenhuma ação policial, no sentido de fazer cumprir as reintegrações de posse, ocorreu até final de 2008. Questionados sobre a situação jurídica das áreas, a GRPU afirmou que, após o cancelamento da licença de uso para a usina, cabe ao Incra dar andamento ao processo de regularização em favor dos agricultores. O órgão, por sua vez, argumenta que aguarda laudo da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos sobre a situação ambiental das terras, a partir do qual poderia definir o assentamento no local ou a remoção dos trabalhadores rurais para outra área.

## CAPÍTULO\_4 IMPACTOS HIDRO-FUNDIÁRIOS

Entre os nove Estados do Nordeste, atualmente a Bahia é o sexto em área plantada de cana destinada ao setor sucroalcooleiro, com 37,4 mil ha<sup>52</sup>. Em número de usinas de etanol - tomando-se como referência as unidades cadastradas junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP) -, no entanto, o Estado, com três usinas, supera apenas o Ceará (com duas) e o Piauí (com uma). As usinas da Bahia são a União Industrial Açucareira Ltda, em Amélia Rodrigues, Recôncavo baiano; Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A - Agrovale, em Juazeiro, no Vale do São Francisco; e Usina Santa Maria Ltda, em Medeiros Neto, extremo Sul do Estado<sup>53</sup>.

Este quadro pode sofrer alterações, caso um ambicioso projeto de ampliação da área plantada e de desenvolvimento de pólos industriais de produção de etanol do governo do Estado se concretize. Lançado em novembro de 2007, o Programa de Bioenergia Bahiabilio pretende viabilizar a produção anual de 7,48 milhões de metros cúbicos de etanol no Estado, a partir do plantio de 870 mil hectares de cana - mais do que o dobro da atual área canavieira de Alagoas (426,8 mil ha), quarto Estado produtor do país.

De acordo com dados da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, o Bahiabilio prevê o desenvolvimento de oito pólos de produção de etanol e expansão da área de cana: Extremo Sul (300 mil ha na região de Porto Seguro), Salitre (20 mil ha na região de Juazeiro), Baixio de Irecê (40 mil ha nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia), Médio São Francisco (60 mil ha na região de Barra e Cruz das Almas), Corrente (30

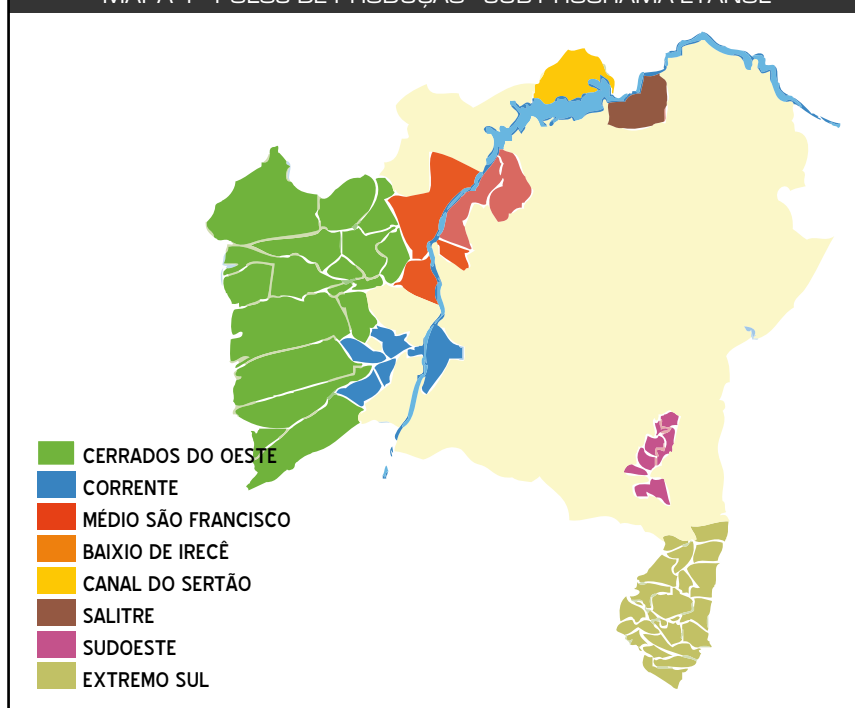


Cana Irrigada em Juazeiro, Bahia

mil ha em Bom Jesus da Lapa), Cerrados do Oeste (300 mil ha na região de Barreiras), Sudoeste (60 mil ha na região de Itapetinga, Caatiba e Barra do Choça) e Canal do Sertão (60 mil ha em Casa Nova).

À exceção dos 300 mil ha de cana no Extremo Sul - que sofre impactos da monocultura de eucalipto<sup>54</sup> -, os demais pólos canavieiros do programa prevêem um uso intensivo de água, seja por aspersão via pivô central (em 300 mil ha nas zonas de cerrado do Oeste baiano, onde as bacias do Rio Grande e do Rio Corrente já estão no limite máximo de uso, segundo a superintendência de Recursos Hídricos da Bahia), seja através de projetos de irrigação a partir do rio São Francisco e afluentes (projetos de irrigação Salitre, Baixio de Irecê, Corrente e Médio São Francisco, em implantação ou em fase de estudo, e nos vales dos rios Catolé e Gongogi, no Sudoeste do Estado)<sup>55</sup>.

MAPA 1 - PÓLOS DE PRODUÇÃO - SUB-PROGRAMA ETANOL



Segundo o geólogo Luiz Carlos Fontes, coordenador regional do Baixo São Francisco do Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco (CBHSF), uma avaliação preliminar do Bahiabilio pode gerar duas preocupações iniciais: por um lado, a demanda acelerada e não prevista de uso de água do rio e de seus afluentes pelo projeto canavieiro da Bahia pode ultrapassar o volume alocável, o que acarretaria grandes impactos ambientais e poderia criar instabilidades entre os estados pertencentes à Bacia. Por outro lado, o direcionamento prioritário dos recursos hídricos para a cana pode recrudescer os conflitos por terra e água no Estado.

De acordo com dados do CBHSF, a demanda total de recursos hídricos da Bacia do São Francisco, tomando-se como base o ano de 2000, é, em média, de 166 m<sup>3</sup>/s, sendo a vazão consumida de 105 m<sup>3</sup>/s.



Na Bahia, as unidades hidrográficas com maiores problemas - onde a relação entre os usos e a vazão média chega a mais de 20%, caracterizando uma situação crítica - são as bacias dos rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro, Verde e Jacaré, margem esquerda de Sobradinho, Salitre, Curaçá e Macururé, exatamente onde incide parte do planejamento do Bahiabo.

Já em relação a disputas hidro-fundiárias, o CBHSF aponta como principais áreas de conflito de grande relevância as sub-bacias do Alto Grande (região de Barreiras e Taguatinga, dominada pelas monoculturas de soja e algodão) e Salitre (região de Juazeiro e Sobradinho), também futuros pólos canavieiros previstos no Bahiabo. “A expansão da ocupação do solo provocada pelo crescimento da agricultura na sub-bacia do rio Grande, no Oeste da Bahia, e o aumento do uso da água para irrigação, coloca a região com vulnerabilidades quanto a conflitos entre usuários da água. No caso da sub-bacia do rio Salitre, além da expansão da irrigação, observa-se a limitação de disponibilidade hídrica e a baixa capacidade de diluição de efluentes em seus cursos d’água como fatores de geração de conflitos entre os usuários. Observa-se que o problema de escassez crônica de água também dificulta o abastecimento e a diluição de efluentes em grande parte da região semi-árida da Bacia”<sup>56</sup>.

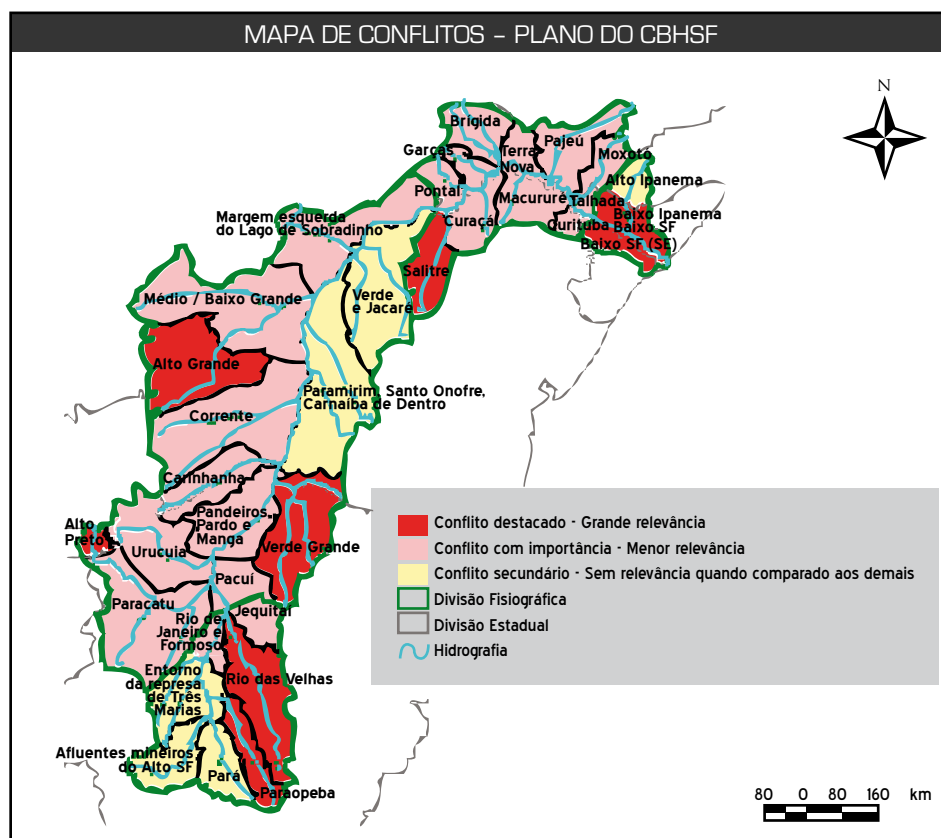
O CBHSF também mapeou as áreas de conflito de menor relevância (onde existem pontos que podem se traduzir em conflitos potenciais), que abrangem praticamente toda a margem esquerda do São Francisco entre as divisas com Pernambuco e Minas Gerais.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf, autarquia ligada ao Ministério da Integração Nacional responsável pelos projetos de aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do São Francisco), os perímetros irrigados<sup>57</sup> são reservados à agricultura empresarial, independente da ocupação anterior ou histórica das terras. De acordo com a autarquia, o objetivo principal dos projetos é oferecer estruturas e água, ao custo mais baixo possível, a complexos técnica e economicamente habilitados para a produção em escala empresarial, tanto nos módulos para pequenos e médios empreendimentos, quanto nas grandes áreas.

Pouco valorizadas pela Codevasf, as terras dos perímetros irrigados são adquiridas pela autarquia através de desapropriação por decreto de utilidade pública (venda obrigatória), e revendidas ou cedidas por “preços mínimos”, através de edital, aos empreendedores considerados adequados. No caso da ocupação anterior por posseiros ou pequenos agricultores, seria responsabilidade da Codevasf indenizar e reassentar o “passivo social”, obrigação nem sempre observada.

Entre as estruturas de irrigação incluídas no Bahiabo, os canais de Salitre e Baixio do Irecê estão em estágio mais avançado para a implantação de grandes projetos agroindustriais. Paralisadas em 1999, as obras dos dois canais foram retomadas em 2007 com a sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que aportou R\$ 251,5 milhões para Salitre e R\$ 241 milhões para o Baixio do Irecê.

Ambos os projetos têm sido marcados por conflitos e disputas de terras que, sem terem recebido do poder público a atenção necessária para uma resolução satisfatória para as populações do sertão, podem se tornar emblemáticos dos projetos irrigados de cana. Mais polêmico por envolver ações de um grupo organizado e com grande força política como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o conflito em Salitre envolveu a ocupação, por mais de um ano, de parte do perímetro irrigado por cerca de 800 famílias de sem terra entre abril de 2007 e junho de 2008. Neste período, a estrutura de irrigação foi utilizada pelos agricultores para uma bem-sucedida e diversificada produção de alimentos, anulada após o despejo



dos sem-terra. Atualmente, as cerca de mil famílias estão alocadas em uma área provisória sem a menor condição de desenvolvimento da agricultura, segundo as lideranças do MST - veja detalhes no estudo de caso Salitre.

Já no Baixio do Irecê, a população sertaneja que, há gerações, ocupou com suas roças parte do que será o perímetro irrigado da Codevasf, tem sido expulsa “sem diálogo nem indenizações”, como denunciam moradores das

comunidades de Boa Vista e Roçado, vizinhas ao projeto. Representantes da autarquia em Brasília argumentam que toda a área teria sido “comprada” e que desconhecem a presença de posseiros no local, mas, segundo depoimento dos moradores, representantes locais da Codevasf têm procurado negociar individualmente a solução de impasses, impedindo a organização das comunidades e a padronização das negociações, como descrito no estudo de caso Baixio do Irecê.

## CASO | Canal do Salitre servirá à cana-de-açúcar

Situado entre os municípios de Juazeiro e Sobradinho, o canal de Salitre, que retirará do São Francisco 37 m<sup>3</sup> de água por segundo (contra 26,4 m<sup>3</sup>/segundo previstos pelo projeto de transposição do rio São Francisco) deve irrigar, de acordo com a Codevasf, 31,3 mil hectares, dos quais 20 mil podem ser destinados, pelas previsões do Bahiábio, ao plantio de cana. A parte já concluída do canal atende 5 mil hectares, mas, segundo a autarquia, apenas em março de 2009 deve ser iniciado o processo licitatório que definirá os futuros usuários do projeto.

Em uma região de Caatinga, onde a seca é o principal obstáculo ao desenvolvimento da produção de subsistência da agricultura familiar, os altos investimentos públicos voltados a complexos agroindustriais de grande porte começaram a ser questionados pelos movimentos sociais, em especial o MST, já em 2005. Nesse ano, o movimento iniciou uma série de negociações com a Codevasf para a implantação de estruturas de irrigação, como pequenas barragens e poços artesanais, nos assentamentos de Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Senhor do Bonfim e Juazeiro, bem como uma participação no projeto de Salitre. Segundo a direção estadual do MST, no entanto, todos os acordos foram descumpridos pela autarquia.

Em 2006, uma negociação entre o movimento, a Codevasf e o então ministro interino da Integração Nacional, Pedro Britto, acertou o repasse de uma área do perímetro de Salitre para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para o assentamento de 800 famílias de sem-terra. No início de 2007, o acordo foi revogado pelo atual ministro Geddel Vieira, e em abril do mesmo ano cerca de mil famílias do MST ocuparam uma área ao longo da parte já finalizada do canal de irrigação.

No período em que parte de Salitre permaneceu ocupada pelos sem-terra - durante o qual o governo travou uma verdadeira batalha judicial pela reintegração de posse -, o acampamento do MST desenvolveu uma intensa produção de cultivos alimentares. Nos primeiros nove meses de trabalho, a produção estimada foi de cerca de 330 toneladas de melão, 70 toneladas de tomate, 40 toneladas de melancia, 30 toneladas de cebola, 10 toneladas de quiabo, 3 mil caixas de pimentão, além de girassol, abóbora, feijão, milho, hortaliças e ervas medicinais<sup>58</sup>.



Acampamento do MST em Salitre

Seguidas ordens de despejo, uma crescente pressão da Polícia Militar e um acordo firmado entre o MST, o Incra, a Codevasf e o governo do Estado, que previa a cessão de uma área com estrutura produtiva similar à de Salitre, levou o movimento a desocupar a área em junho de 2008. Atualmente acampados em uma área na periferia de Sobradinho, as cerca de mil famílias continuam aguardando o cumprimento das promessas. Dependentes de uma cesta básica no valor de R\$ 40 “que chega mês sim, mês não”, desde o despejo os agricultores “não produziram um único pé de feijão” em função da péssima qualidade do solo, afirma a direção estadual do movimento. Em Brasília, a Codevasf confirma que foi acordada a estruturação de uma nova área para as famílias, mas não dá prazos para a realização das obras.



Acampamento do MST em Sobradinho, após despejo do Salitre



## CASO | A ameaça aos sertanejos no Baixo do Irecê

De acordo com a Codevasf, o projeto do Baixo do Irecê, cujo consumo de água será de 60 m<sup>3</sup>/segundo (quase três vezes o volume da transposição do São Francisco) prevê a construção de um canal de irrigação para 58,6 mil ha nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, na margem direita do São Francisco. Deste total, o Bahiábio prevê a destinação de 40 mil ha para o cultivo de cana.



Projeto de Irrigação do Baixo de Irecê

Dos 87 km planejados, o canal do Baixo do Irecê já tem 14 km prontos para licitação (administrados, em função de uma Parceria Público-Privada com o governo, pela Companhia de Desenvolvimento Rio Verde (Codeverde), consórcio formado pelas construtoras Odebrecht e pela estatal líbia Lafyco). Parte das terras que atenderá, porém, são de uso tradicional das comunidades ribeirinhas e catingueiras da região e, a despeito da afirmação da Codevasf de que já teria “comprado” toda a área do projeto, de acordo com os comunitários está em andamento uma expropriação sumária das roças, “sem a mínima negociação”.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que fez uma recorrida na região em agosto de 2008, ao menos 17 comunidades (Muquem, Esconço, Poço Grande, Nova Vereda, Boa Vista, Carneiro, Boca do Bode, Conceição, São João, Vista Nova, Curral do Meio, Muritiba, Pedras, Tapera, Roçado, Roçado do Rio Verde e Maravilha) são potencialmente afetadas por estarem dentro do perímetro irrigado ou por terem áreas de “solta”, fecho de pasto e fundo de pasto – terras devolutas utilizadas de forma comunitária para a criação de animais – reivindicadas pela Codevasf/Codeverde. Sem “área própria” para os animais, a comunidade de Conceição, por exemplo, tem sido obrigada, segundo os agricultores, a pagar à Codeverde um a cada oito bovinos e um a cada cinco caprinos pelo uso da área de pastejo. O mesmo ocorre com os comunitários de Muquem, que afirmam ter recibos dos animais entregues ao Consórcio. Em outubro de 2008, um levantamento da situação junto às comunidades de Bela Vista e Roçado (as mais próximas da estrutura de captação de água do canal), feito pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil, constatou que a apreensão dos ribeirinhos segue grande pela contínua falta de informação e negociação por parte da Codevasf, e pelo avanço de uma cerca que estaria delimitando a propriedade da autarquia.



Animais na Caatinga baiana

Em depoimentos ao CMA, moradores das duas comunidades afirmaram que “funcionários da Codeverde chegaram aqui, disseram que a terra era deles, começaram a botar cerca e acabaram com as roças [de quem plantava dentro do perímetro]”. “O povo da firma vem descendo com a cerca, tomando as áreas de todo mundo. A conversa é: ‘compramos as terras, vocês tem que sair’. Por várias vezes nos prometeram uma reunião para explicar os procedimentos, mas nunca aconteceu”.

De acordo com os agricultores, vários estão sendo abordados individualmente por funcionários do Consórcio para negociar indenizações – as ofertas têm variado de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil -, mas em nenhum momento houve apresentação de documentos ou garantia de pagamento. Outros relatos dão conta de que, depois da “tomada das roças” (cercadas pela empresa com proibição de acesso ou de retirada da produção), funcionários teriam prometido “voltar para dar o preço da terra, mas há mais de um ano não fizeram mais contato”.

### ► Destruição de uma forma de vida

Em sua casa de barro na comunidade do Roçado, a senhora olha para os lados do São Francisco e relembra o período da grande enchente, em fins de 1970, quando o rio subiu e cobriu tudo: roça, cerca, moradia. Naquele ano, todo mundo se mudou “mais pra dentro do sertão”, para a comunidade de Carneiro, levando panelas e animais. Quando as águas baixaram, o povo voltou, reconstruiu o que foi derrubado e a vida seguiu seu rumo.

Não lembra bem quando os avós chegaram à região, mas sabe que “faz muito tempo”. Cada família demarcou algumas tarefas de roça, soltou os animais onde havia alimento, e quando o rio demandava, mudavam para outro canto. Questionada sobre sua “renda mensal”, a



senhora olha desconcertada e não entende a pergunta. “Quanto ganha por mês? Quando vende sua produção, quanto ganha?”. Não tem renda, não tem venda de produtos, explica. O sertanejo planta o que come, e quando precisa de dinheiro para o médico, roupas, outras necessidades, vende um animal. O boi, a cabra e a galinha são o banco.

A organização produtiva e social praticamente à margem do capitalismo, que caracteriza muitas comunidades sertanejas, bem como o tolhimento da mobilidade (em casos de enchente, por exemplo), explica a reação de temor ao projeto de muitos moradores da região de impacto do Baixio do Irecê. O medo é principalmente das ameaças de despejo, expropriação ou desapropriação, uma vez que “nem indenização não presta. Vender tudo não é resultado, mesmo se o doutor desse R\$ 100 mil pelas roças. A gente pega o dinheiro e depois, faz o quê? Fica desabrigado”. Às promessas de geração de emprego, as respostas são duas: “para nós, emprego não funciona porque a gente não sabe labutar

[na cana ou nas frutas]. Emprego é pra gente de fora”; e “o povo não quer servir de empregado. Todo mundo só quer trabalhar na sua roça”.

Diante da dependência das comunidades sertanejas de uma estrutura sociocultural construída em séculos de convivência com o semi-árido, a imposição do novo modelo de ocupação da terra pelo hidro-agronegócio, articulada pelo poder público, é de uma brutalidade extrema. Na lógica do desenvolvimento social, argumenta a CPT, dois hectares irrigados são suficientes para sustentar uma família. Com base neste cálculo, se o canal do Baixio do Irecê fosse destinado ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos, cerca de 29 mil famílias poderiam ser beneficiadas. Realista, a senhora da comunidade de Roçado avalia que a inversão das prioridades dos investimentos públicos em irrigação seria muito bem-vinda, mas pouco provável. “Assim, o certo é ficar como nós estamos. A gente quer isso aqui como está: cada quem com sua área, que era dos pais, era dos avós”.

Moradores de Bela Vista temem expulsão e destruição de sua forma de vida



# AMAZÔNIA

Na contramão do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e até de entidades representativas da indústria sucroalcooleira, a expansão da cana-de-açúcar na Amazônia Legal já é uma realidade.

A cana se tornou o pivô de uma verdadeira queda de braço entre os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Meio Ambiente (MMA) nas discussões sobre seu zoneamento agroecológico. E esse é o maior sintoma de que o avanço dessas lavouras sobre a região amazônica já é, sim, considerado como um dado concreto, a despeito das falas oficiais.

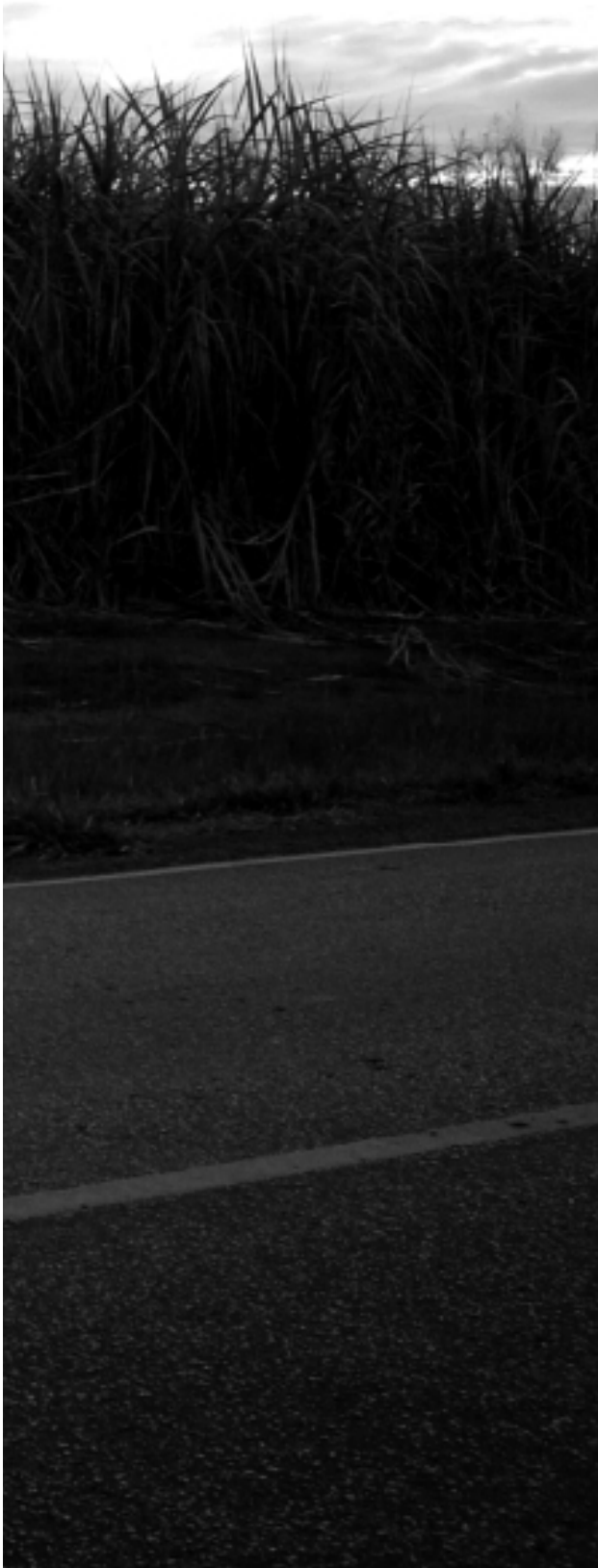
Pressionado por entidades não-governamentais estrangeiras, Lula afirmou categoricamente, em junho de 2007, que o Brasil não plantará cana-de-açúcar na região Amazônica. “Estamos fazendo o zoneamento agroecológico exatamente para que a gente demarque claramente o que você pode plantar e onde. Não queremos plantar cana na Amazônia porque sabemos que a terra lá não é produtiva para cana. Então não adianta fazer investimento lá”, atestou o presidente<sup>59</sup>.

Na mesma época, as falas da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), maior representante dos usineiros do Sudeste e em especial de São Paulo, convergiam com as do governo federal. O presidente da entidade, Marcos Jank, chegou a afirmar em evento que a região amazônica “nem serve para a agricultura canavieira, pois lá chove demais e o solo não é apropriado”.<sup>60</sup>

Menos de um mês após a controversa declaração de Lula, no entanto, a maior – e mais polêmica – libertação de trabalhadores escravos já ocorrida no Brasil mostrava que tanto o governante quanto o líder da indústria sucroalcooleira estavam, no mínimo, mal informados. Em 30 de junho de 2007, 1.064 lavradores foram libertados de uma só vez da usina e fazenda Pagrisa, no município de Ulianópolis, no Estado do Pará. A propriedade produz anualmente de 50 milhões de litros de álcool por ano, além de 4 mil sacos de açúcar por dia (ver caso Pagrisa a seguir).

## ► Zoneamento

Esse tipo de ocorrência torna pedregoso o caminho que o zoneamento da cana terá de percorrer. Tanto que a divulgação definitiva dos estudos, coordenados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com auxílio de entidades estaduais e universidades, já foi postergada diversas vezes e até hoje há poucas certezas sobre o assunto.





Até o fechamento do presente relatório, a divulgação definitiva do zoneamento, que chegou a ter sido prevista para 31 de julho de 2008, não havia sido realizada. As últimas notícias indicavam que o levantamento havia sido concluído no início de novembro, mas em sua participação na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em São Paulo, o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc não revelou nada de formal sobre o assunto.

Segundo as declarações preliminares oficiais, os esforços têm sido no sentido de garantir que as lavouras não interfiram em nenhuma área de vegetação primária ou de produção de alimentos. Outro aspecto do zoneamento será condicionar o financiamento público à adequação dos produtores às diretrizes do estudo.

Estritamente em relação à Amazônia Legal, uma das poucas afirmações que tem sido sustentada repetidamente, ao menos pelo MMA, é a de que novos projetos de usinas na Amazônia serão barrados. Os empreendimentos já existentes, no entanto, terão sua permanência garantida na região. Atualmente, existem 22 usinas cadastradas que estão localizadas na Amazônia Legal. Porém, há diversas lacunas entre os números oficiais e a prática. Os dados da ANP, por exemplo, não mostram a existência de usinas no Acre. Mas existe uma planta instalada e operacional no município de Capixaba, a pouco mais de 70 km de Rio Branco.

Descompassos como esse são frequentes no que tange à expansão canavieira na Amazônia. As próprias informações do IBGE não dão conta da extensão real das lavouras de cana em solos amazônicos. O órgão registra, em 2007, um total de 25.884 hectares ocupados com o cultivo na região Norte<sup>61</sup>. Em Roraima, para se ter uma idéia, os dados do instituto apontam que a área de cana se manteve estacionada em 548 hectares desde 2004<sup>62</sup>. Entretanto, um único proprietário possui 700 hectares de cana<sup>63</sup>.

Dados mais recentes, do terceiro levantamento da safra 2008 da cana-de-açúcar da Conab, mostram uma expansão de 23,5% na região Norte da área ocupada com cana entre 2007 e 2008. A companhia calcula em 20,6 mil hectares a extensão das lavouras. Os dados da Conab, contudo, fazem menção a apenas três Estados (e dizem respeito somente à cana destinada em 2008 ao setor sucroalcooleiro): Amazonas, com 3,7 mil hectares, Pará, com 11 mil, e Tocantins, com 5,7 mil.

## FRENTES DE EXPANSÃO

### ► Amazonas

Novamente, os dados são conflitantes. Somente a única usina amazônica registrada na ANP, a Jayoro, declara possuir 4,5 mil hectares dedicados à cana. Segundo o MMA, o cultivo da empresa já ameaça uma Área Prioritária para a Biodiversidade<sup>64</sup>. Trata-se da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do rio Negro, setor Aturiá/Apuauzinho. De acordo com levantamento do ministério, constante da última atualização do Mapa das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, a área é de importância “extremamente alta”, e a prioridade de sua conservação também é “extremamente alta”. Segundo o órgão, entre outras ameaças, a área é afetada pelos cultivos de guaraná e cana-de-açúcar, ambos da Jayoro, que estariam localizados sobre nascentes do rio Apuaú.

### ► Acre

O caso acreano concentra-se em torno de uma só usina: a Álcool Verde, controlada pelo grupo Farias\*. A empresa, instalada ao longo da BR-317, encontra-se impedida de funcionar em razão de irregularidades ambientais.

**(\*) Este trecho foi corrigido no dia 26/02/2009. Ao contrário do que afirmou o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis em seu relatório sobre cana, o Grupo Farias, investidor do projeto Álcool Verde, em Capixaba, no Acre, é de propriedade de Eduardo Farias, filho do ex-senador Antonio Farias, e não do deputado federal Augusto Farias.**



Instalações da usina Alcool Verde, que está paralisada por diversas irregularidades



Os Ministérios Públicos Federal e Estadual fizeram uma lista de 14 exigências para que a usina se adeqüe à legislação e possa operar normalmente. A principal demanda dos órgãos diz respeito à exploração dos recursos hídricos da empresa, que pode atingir o volume de 220 mil litros de água por hora, cifra capaz de afetar os mananciais próximos e o abastecimento das cidades vizinhas. Para regularizar suas atividades nesse quesito, a usina deverá adotar sistemas de captação de água alternativos e monitorar o volume dos rios e igarapés de onde retira água.

Outro ponto é a exigência de salvamento dos sítios arqueológicos localizados nas áreas arrendadas para o plantio de cana e estímulo ao tombamento dos chamados geoglifos – vestígios arqueológicos representados por desenhos geométricos ou outras formas – presentes na região.

Por último, MPF e MPE exigem também que a produção da usina seja prioritariamente voltada para o mercado consumidor local.

O governo do Acre é co-empendedor da usina, e, portanto, também responde como responsável caso qualquer um desses parâmetros seja descumprido<sup>65</sup>.

#### ► Rondônia

O levantamento da Conab desconsidera Estados como Rondônia, por exemplo. E lá, pelos dados do IBGE, já se verifica uma clara expansão dos cultivos de cana. Desde 2002, a área plantada não pára de crescer. Em 2002, eram apenas 210 hectares registrados. Em 2005, o número já era de 700. No ano seguinte, 1.278. Até chegar a 3.047 em 2007.

A primeira usina do Estado – chamada Boa Esperança – localiza-se no município de Santa Luzia D'Oeste e é de propriedade do grupo paulista Alcobrás. A planta é uma das beneficiárias dos 260 milhões de reais destinados pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de usinas de álcool em Rondônia. Para o abastecimento desses projetos, serão necessários 50 mil hectares de cana no Estado<sup>66</sup>.

Na propriedade da usina Boa Esperança já está sendo realizado o corte de cana. E em sua curta existência, a usina já acumula processos trabalhistas. De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Rondônia, a empresa foi obrigada a pagar R\$ 100 mil a 37 cortadores de cana, a título de rescisão de contrato, uma vez que a usina não honrou a promessa de salários de R\$ 1.500 reais com bons alojamentos e refeições decentes.

A Boa Esperança também está sendo investigada por acusações de emprego de mão-de-obra infantil, retenção de carteira de trabalho e descontos salariais ilegais.

Em outro município rondoniense, Cerejeiras, outra usina em fase final de implantação – a Usimat – contou com recursos públicos no valor de R\$ 125 milhões. As atividades da empresa devem se iniciar em 2009, com a projeção de produção de 80 milhões de litros de álcool por ano.

#### ► Roraima

No caso roraimense, as projeções são de que o Estado atinja, em 2015, 70 mil hectares de lavouras de cana<sup>67</sup>. Com isso em vista, uma usina já está sendo construída no município de Bonfim, pela empresa Biocapital. A empresa pretende produzir 6 milhões de toneladas até 2014, o que geraria até 530 mil litros de etanol.

Incentivos fiscais têm garantido ao Estado a atração de outros investidores. O grupo pernambucano Camaçari Agroindustrial, que obteve isenção de 100% de ICMS, prevê a produção de 3 milhões de toneladas de cana até 2009. Esses aportes podem vir também do Japão, através de empresas interessadas em implantar a biotecnologia japonesa em terras roraimenses.

Se depender do governo estadual, espaço não faltará. O discurso oficial alardeia que há até 4 milhões de hectares disponíveis para o plantio de cana no Estado<sup>68</sup>.

#### ► Tocantins

Os dados da Conab apontam para um salto de 58,4% da área de cana no Estado, que passou de 3,6 mil hectares na safra 2007, para 5,7 mil na safra 2008, número ainda baixo frente aos gigantes da cana do Centro-Sul.

O projeto de expansão das lavouras canavieiras do Tocantins é liderado por um expoente do setor, o grupo EQM (ver caso Gameleira a seguir), de origem pernambucana. O grupo adquiriu uma área de 1.300 hectares no município de Arraias, no extremo sul do Estado. Em 2006, a usina Tocantins Açúcar e Álcool entrou em atividade com uma safra de 250 mil toneladas, com previsão de expansão para 500 mil<sup>69</sup>.

No mesmo ano, o governo estadual assinou uma parceria com a empresa Maity Bioenergia para a construção de três novas destilarias de etanol, a serem abastecidas pela produção de 90 mil hectares de cana. E diversos outros grupos têm sido atraídos a investir em cana no Estado.

CASO | Mil escravos na usina Pagrisa<sup>70</sup>

O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagrou, no dia 30 de junho de 2007, 1.064 trabalhadores que se encontravam em condições análogas à escravidão. Eles faziam a colheita e plantio da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (PA), localizado a 390 km de Belém.

De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Humberto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam menos de R\$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

O diretor da Pagrisa, Fernão Villela Zancaner, chegou a afirmar, na época, que 100% dos funcionários tinham carteira assinada. Em 2007, o grupo produzia cerca de 50 milhões de litros de álcool a cada ano em Ulianópolis. E mantém no mesmo local uma usina de açúcar com produção de 4 mil sacos por dia. O principal comprador de etanol da empresa era a Petrobras, que, devido às repercussões da ação, informou, por meio de sua assessoria, a suspensão provisória da compra de álcool da Pagrisa até que a situação fosse resolvida. A mesma atitude foi tomada pela Ipiranga. A medida adotada pelas duas empresas é uma conduta prevista pelo Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, do qual ambas são signatárias.

O Ministério Público Federal no Pará ajuizou ação penal por trabalho escravo contra Murilo Villela Zancaner, Fernão Villela Zancaner e Marcos Villela Zancaner, proprietários da Pagrisa, por causa da ação de libertação dos trabalhadores. Eles foram acusados de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho (artigo 203 do Código Penal), expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132) e reduzir alguém a condição análoga à de escravo (artigo 149).

De acordo com a assessoria do MPF, a gravidade dos crimes cometidos pelos irmãos Zancaner justifica a aplicação da pena máxima de 15 anos de prisão. O relatório do grupo móvel de fiscalização foi analisado por seis procuradores da República, que consideraram fortes as provas de "condições degradantes de trabalho e moradia, infligidas coletivamente aos trabalhadores braçais nas plantações de cana de açúcar". A empresa também foi acusada de forçar os trabalhadores a jornadas exaustivas de até 14 horas de trabalho, sem pagamento de horas extras, já que o ponto de saída e entrada era assinado ao mesmo tempo pelos fiscais da empresa. O MPF concluiu, com base nas provas e no relatório, que os irmãos Zancaner, "dotados de vontade livre e consciente, reduziram os 1.064 trabalhadores a condição análoga à de escravo, submetendo-os a trabalhos forçados, a jornada exaustiva e cerceando a liberdade de locomoção desses trabalhadores, por meio da dificuldade de saída da fazenda, pela parca percepção de vencimentos, atrelada à cobrança excessiva pelos medicamentos e à cobrança de transporte para a cidade". A ação foi aceita e tramita na vara federal de Castanhal com o número 2007.39.04.000812-4.

Esta foi a maior libertação de trabalhadores já realizada no país. Desde que os grupos móveis de fiscalização foram criados, em

1995, a maior libertação havia acontecido na Destilaria Gameleira (caso a seguir), em junho de 2005, quando 1.003 pessoas foram libertadas.

Segundo dados da CPT, foram libertados de 1995 a 2008 33.747 trabalhadores, e, no acumulado, o Estado recordista de libertações é justamente o Pará, onde fica a Pagrisa, com 11.053 escravos resgatados (32,8% do total), seguido por Mato Grosso, com 5.262 (15,6%), Maranhão, Bahia e Goiás completam os cinco primeiros colocados no triste ranking.

A ação na fazenda Pagrisa criou polêmica proporcional ao número de trabalhadores libertados. A partir de um requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), uma comissão externa do Senado chegou a ser criada para analisar a ação do grupo móvel de fiscalização do governo federal na fazenda. Por causa da pressão de senadores – que visitaram a Pagrisa quase três meses depois da fiscalização e pediram a abertura de um inquérito na Polícia Federal (PF) para apurar a operação –, o governo federal decidiu suspender temporariamente a ação do grupo móvel e tornou público o relatório da inspeção na Pagrisa.

A visita parlamentar contou com a presença dos senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Flexa Ribeiro, Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Eles anunciaram que pediram a abertura de inquérito da Polícia Federal para verificar os procedimentos adotados pelo grupo móvel. Na Agência Senado, Kátia Abreu afirmou que a empresa "é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais". A senadora é uma das maiores opositoras do sistema público de combate ao trabalho escravo contemporâneo. Quando deputada federal, atuou contra a aprovação de leis que contribuiriam com a erradicação dessa prática. Em 2008, a senadora foi eleita presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), principal entidade patronal do setor, alçando sua defesa dos produtores a um novo patamar.

De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, a visita dos senadores, que atacaram veementemente a fiscalização, instalou um clima de insegurança que colocou em risco a continuidade das operações. Vale lembrar que os auditores fiscais do trabalho que atuam na zona rural têm sido vítimas de violência por parte de fazendeiros descontentes com as autuações. O caso mais famoso foi a chacina de três auditores e um motorista do MTE no dia 28 de janeiro de 2004, em Unai (MG), durante uma fiscalização de rotina. Mas não é o único: em 8 de fevereiro de 2006, o grupo móvel foi recebido a balas por fazendeiros, apoiados por policiais militares, em Nova Lacerda (MT). Ameaças contra o grupo já eram uma constante antes das declarações dos senadores. Diversas entidades do poder público e da sociedade civil condenaram a interferência do Senado no caso.

CASO | Gameleira, uma usina no centro do poder<sup>71</sup>

Localizada no município de Confresa, Estado do Mato Grosso, a Destilaria Gameleira foi flagrada mais de uma vez com graves problemas trabalhistas. Apenas em 2001, durante uma ação de um grupo móvel de fiscalização do governo federal, foram libertadas da escravidão 318 pessoas. Quando o cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego (a "lista suja") foi criado, a Gameleira foi incluída logo na sua primeira divulgação, em novembro de 2003. A auditora fiscal do trabalho Valdez Rodrigues, que fiscalizou três vezes a usina, relatou que a situação dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar era muito precária e havia pistoleiros ameaçando os trabalhadores de morte, tendo inclusive registros de espancamentos. As jornadas eram exaustivas, muitos trabalhavam doentes e a alimentação era de baixa qualidade.

Na safra de 2003, a destilaria moeu 300 mil toneladas de cana e produziu 23 milhões de litros de álcool. Em 2004, atendia aos mercados das regiões Norte e Nordeste e não exportava a produção. Uma pesquisa do Comitê de Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo que identificou as cadeias produtivas de fazendas flagradas com trabalho escravo mostrou que ela possuía relações comerciais com importantes distribuidoras de combustível - Petrobras, Ipiranga, Shell, Texaco, Total e PDV. Diretores dessas empresas afirmaram que a Destilaria Gameleira oferecia álcool a um preço baixo e competitivo.

Após reuniões coordenadas pelo Instituto Ethos, pela Organização Internacional do Trabalho e pela ONG Repórter Brasil, as quatro primeiras distribuidoras citadas acima, após saberem que compravam de uma empresa da "lista suja", suspenderam os contratos com a Gameleira até que ela regularizasse sua situação com o governo federal. Essas empresas assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no dia 19 de maio de 2005, comprometendo-se a tomar medidas para contribuir com a erradicação desse tipo de mão-de-obra em suas cadeias produtivas.

A destilaria é de propriedade de Eduardo Queiroz Monteiro, influente empresário pernambucano e proprietário do jornal Folha de Pernambuco. Ele é irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria e deputado federal Armando Queiroz Monteiro Neto (PTB), que, em 2004, também era sócio no empreendimento.

No dia 10. de junho de 2005, o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PR-PE), telefonou para o Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis questionando o motivo pelo qual as empresas haviam cancelado contratos de compra da Destilaria Gameleira. Severino confirmou publicamente<sup>72</sup> que havia feito uma ligação telefônica ao sindicato em caráter de "consulta" e disse ter como objetivo descobrir por que o álcool da Gameleira não estava mais sendo comprado. De acordo com ele, o telefonema atendeu a pedido de deputados federais que queriam saber qual era o problema que impedia a comercialização. O deputado não confirmou, mas fontes dentro das empresas afirmaram que ele também havia ligado para outras distribuidoras, como a Ipiranga. A ação do presidente da Câmara aconteceu apenas meia hora após a Ipiranga confirmar aos advogados da usina a interdição de compra. Quando ocorreu a interferência política, a Gameleira já havia obtido uma liminar judicial para que seu nome fosse excluído da lista<sup>73</sup>.

A Ipiranga e outras distribuidoras mantiveram a interdição de compra. Fontes da empresa revelaram que a decisão da companhia segue determinações do Pacto Nacional e é coerente com uma conduta de ética e de responsabilidade social. De acordo com a empresa, ela só retornaria a comprar álcool combustível da Gameleira se o governo federal emitisse uma certidão negativa sobre trabalho escravo na propriedade.

O então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, foi visitado pelo lobby da empresa representado por deputados da "bancada ruralista" para ceder em favor da Gameleira, porém manteve o apoio aos grupos de fiscalização e ao Pacto Nacional. Eduardo Queiroz Monteiro, pressionado pela perda de clientes, chegou a solicitar ao Ministério do Trabalho e Emprego uma nova fiscalização para mostrar que a situação havia se normalizado após a última operação.

Coincidentemente, enquanto os diretores da usina tentavam encontrar uma saída junto ao governo federal, surgiram novas denúncias sobre trabalho escravo contemporâneo na propriedade. No dia 13

de junho de 2005, uma operação de fiscalização enviada à propriedade realizou aquela que até então havia sido a maior libertação já ocorrida no país, com 1.003 resgatados e R\$ 1.451.023,71 de direitos trabalhistas pagos. Os trabalhadores haviam sido levados de Pernambuco, Maranhão e Alagoas, sob falsas promessas de salários e boas condições de serviço dadas pelos "gatos" a serviço da usina. No momento da operação, ninguém havia recebido salário e todos eram obrigados a comprar na cantina da empresa, com preço acima do mercado.

Para reverter a imagem negativa que se associou ao nome "Gameleira" depois dos escândalos, o empresário Eduardo de Queiroz Monteiro comprou a parte da Gameleira que pertencia à sua família, adquiriu mais terras, ampliou as instalações e trocou o nome da propriedade. No dia 27 de maio de 2006, a Destilaria Gameleira passou a ser a parte responsável pela moagem da cana da recém-criada Destilaria Araguaia. A nova empresa passou a ter 22 mil hectares de terra, dos quais seis mil cultivados, alcançando a produção de 35 milhões de litros de álcool por ano.

Na época, o grupo EQM afirmou que as relações de trabalho foram contratualizadas e o capital constante passou por um processo de modernização através da inversão de recursos financeiros. Anunciou que irá cumprir todos os aspectos da lei, inclusive as regulamentações do trabalho rural, e prometeu garantir aos 240 trabalhadores fixos e 750 temporários alojamentos decentes, alimentação balanceada servida em restaurantes móveis e a formalização dos trabalhadores.

No anúncio feito à imprensa informando sobre o relançamento da usina, haviam confirmado presença no evento dois governadores, Blairo Maggi (MT) e Marcelo Miranda (TO), e um ex-governador, Jarbas Vasconcelos (PE) - Estado onde está a sede do grupo econômico que controla a Destilaria Araguaia<sup>74</sup>.

Distribuidoras de combustível como Petrobras, Ipiranga, Esso, Shell e Texaco mantiveram restrições comerciais à Gameleira enquanto esta esteve na "lista suja". O comportamento adotado serviu de referência corporativa para situações seguintes. Essas empresas têm cortado sistematicamente os empregadores presentes na "lista suja" do trabalho escravo de sua lista de fornecedores. O governo federal, através de seus advogados, conseguiu derrubar a liminar judicial que excluía o nome da Gameleira da "lista suja". A empresa retornou a esse cadastro e nele permaneceu até completar os dois anos exigidos pela portaria que a regulamenta. Saiu após ter quitados suas pendências com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Irregularidades trabalhistas ainda ocorreram. Um grupo de 14 trabalhadores foi preso em junho de 2007 em Confresa, quando protestava pelo atraso de 15 dias no pagamento de salários. O grupo ateou fogo em oito pneus novos para bloquear o acesso à propriedade. Organizações da sociedade civil ligadas aos trabalhadores denunciaram que os manifestantes sofreram violência policial. Contudo, essas mesmas entidades apontam que as condições hoje são melhores e já não correspondem às encontradas pelos fiscais do grupo móvel de fiscalização do MTE em 2005. A pressão gerada pelos signatários do Pacto Nacional surtiu efeito. Além da Araguaia (ex-Gameleira), o grupo EQM possui outras três usinas de açúcar e álcool: Cucaú, em Pernambuco, Tuntum, no Maranhão e Tocantins, no Estado homônimo.





## RECOMENDAÇÕES

Apesar de, no âmbito internacional, órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial considerarem o etanol de cana menos problemático – principalmente no tocante à competição com a produção de alimentos – do que o combustível de milho, produzido em grande escala nos EUA, e apesar dos esforços do governo e do empresariado brasileiros em vender ao exterior uma imagem do álcool de cana como sendo um “combustível limpo”, a cultura tem se destacado como uma das mais impactantes ambiental e socialmente do Brasil.

Enquanto o setor sucroalcooleiro amplia a utilização de tecnologias de ponta em parte de sua cadeia produtiva, a superexploração da mão-de-obra e o desrespeito às legislações ambientais ainda são práticas comuns na grande maioria das usinas, independente de sua localização geográfica. Em 2008, o setor foi recordista em libertações de trabalhadores em condições análogas à escravidão – 2.553 trabalhadores resgatados, em dados consolidados pela Comissão Pastoral da Terra –, prática flagrada tanto no Nordeste quanto nos Estados do Centro-Sul, região que concentra as maiores e mais modernas usinas do país.

Na contramão da aposta no etanol como combustível mais limpo quanto à emissão de gases de efeito estufa, a expansão das monoculturas sobre a vegetação nativa, sobre as Áreas de Preservação Permanente e sobre as Reservas Legais, as queimadas da palha e a utilização massiva de agrotóxicos em todas as regiões produtoras têm desequilibrado este ganho ambiental de forma negativa.

Também na onda otimista da conquista de novos mercados para o combustível brasileiro e, conseqüentemente, de novas – ou até antigas – áreas de plantio, a cultura canavieira tem se fortalecido como vetor de conflitos fundiários com movimentos de luta pela terra e comunidades indígenas, principalmente no Nordeste e no Centro-Oeste. Estritamente dependente de financiamentos e políticas públicas, a atividade canavieira também se destaca como uma das mais endividadas do país, a despeito de sucessivas rolagens (e até perdão) de dívidas e de vultosos investimentos e financiamentos de instituições financeiras estatais. Frente a este quadro, seria necessário que:

## O PODER PÚBLICO

- 1) Exija o cumprimento das legislações trabalhistas e ambientais e aplique as penas, principalmente a cobrança de multas, em casos de descumprimento. Intensifique as operações preventivas de fiscalização do trabalho em áreas de cultivo de cana para impedir casos de trabalho escravo e degradante.
- 2) Em regiões mecanizáveis, destine áreas de reforma agrária para a massa de trabalhadores desempregada com a substituição da mão-de-obra pelas máquinas, para que se garanta uma vida digna aos trabalhadores e a utilização das terras para fins de produção alimentar.
- 3) Crie um marco regulatório nacional que estipule os critérios de contratação e remuneração da mão-de-obra canavieira, acabe com o pagamento dos cortadores por produção e, para compensar, eleve o piso salarial dos trabalhadores a níveis dignos, definidos, por exemplo, pelo salário mínimo necessário, que é calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em R\$ 2.014,73, um valor referente a novembro de 2008.
- 4) Destine recursos massivos a projetos de geração de emprego e renda sustentáveis nos locais de origem de migração de mão-de-obra, principalmente no Norte e Nordeste do país.
- 5) Reforce o Programa Marco Zero, parceria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com os governos do Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso, e que consiste na instalação de agências públicas especiais para intermediar e capacitar mão-de-obra em localidades onde é intensa a atuação dos chamados “gatos” - contratadores privados de empregadas rurais acionados com o propósito de arregimentar pessoas.
- 6) Visto que o trabalho canavieiro é um dos mais penosos na agricultura, sendo responsável por um grande volume de aposentadorias precoces por danos à saúde e invalidez, cobre as dívidas das usinas referentes ao INSS e ao FGTS, vinculando quaisquer financiamentos à quitação dos débitos.
- 7) Não utilize recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), via BNDES, para financiamento do setor sucroalcooleiro, investindo estas verbas em projetos de desenvolvimento da agricultura familiar.
- 8) Nas regiões onde se acirram os conflitos fundiários, como o Nordeste, avalie a posse das terras a partir da legislação referente ao cumprimento da função social do imóvel. Em se detectando descumprimento, destinar a área para reforma agrária.
- 9) Dê transparência aos estudos do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, abrindo o processo para a participação popular, priorizando critérios ambientais, sociais e referentes à soberania e segurança alimentar, e efetivando a proibição das lavouras em toda a Amazônia e no Pantanal.
- 10) Nos casos em que o governo e as estatais forem co-empresendedores com a iniciativa privada em projetos de produção de etanol, que assumam a vanguarda no processo de adequação a todas as normas ambientais, sociais e trabalhistas.
- 11) Garanta e acelere o processo de criação de Resex e Terras Indígenas onde há conflitos envolvendo populações tradicionais e indígenas, como no Mato Grosso do Sul e na região do rio Serinhaém, em Pernambuco.
- 12) Garanta e acelere o processo de assentamento de famílias em áreas da União e naquelas consideradas improdutivas pelo Incra, como na usina Salgado, em Ipojuca, e na usina Estreliana, em Gameleira, Pernambuco.
- 13) Atenda à demanda interna por etanol em detrimento das demandas dos mercados externos, barateando o custo do combustível para o consumidor brasileiro.
- 14) Quanto aos projetos de irrigação em andamento, destine os recursos públicos e a infra-estrutura para a agricultura familiar e a reforma agrária no Semi-Árido.
- 15) No caso de instituições públicas de financiamento, que se exijam contrapartidas sociais e ambientais para empréstimos ao setor sucroalcooleiro.

## O SETOR EMPRESARIAL

**1) Freie a ocupação de novas áreas de Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal pela cana. Realize estudos de impactos socioambientais e os discuta com a comunidade local.**

**2) Exija dos fornecedores de etanol a comprovação da obediência de todas as leis ambientais e trabalhistas antes da compra do combustível. Não adquira produtos de usinas em débito com a segurança social, integrantes da “lista suja” do trabalho escravo ou com autuações e condenações por danos ambientais.**

**3) Exija apresentação de documentos definitivos de propriedade de terras na assinatura de contratos de compra de etanol.**

**4) Cancele imediatamente contratos de compra de cana de produtores que se encontrem em terras indígenas ou quilombolas em processo de reconhecimento, uma vez apresentado o estudo antropológico e vencido o prazo de contestação.**

É urgente que o país discuta o conceito de soberania energética e crie políticas que garantam o acesso universal da população brasileira a uma energia barata e produzida de forma sustentável, e principalmente que não se choque com a produção de alimentos. Diante dos altos e inevitáveis impactos sociais, ambientais e fundiários do modelo monocultor da cana no Brasil, cuja cadeia produtiva e logística de distribuição é um grande contribuinte das emissões de gases de efeito estufa, é necessário que se revejam as políticas públicas para o setor.

Para que o país tenha garantido o acesso à energia para seu desenvolvimento, é necessário que a produção de etanol seja descentralizada, atenda a demandas locais, gere emprego e renda localmente e não necessite de grandes estruturas de transporte e distribuição. Para isso, é preciso um forte investimento e tecnologias adequadas à produção em menor escala, bem como políticas de incentivo à pequena produção e comercialização.



- 1 Previsão da Consultoria Datagro, divulgada em novembro de 2008.
- 2 Em São Paulo, comparação entre nov/2007 e nov/2008, segundo o Dieese.
- 3 Os valores foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para 2008, foi considerado o índice de 7,12%, dos 12 meses compreendidos entre nov/2007 e nov/2008.
- 4 Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).
- 5 Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
- 6 <http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/usina-albertina-atrasa-salarios-enfrenta-greve-207127.shtml>
- 7 Artigo divulgado na página da Unica na internet ([www.unica.com.br](http://www.unica.com.br)).
- 8 [http://www.biofuels2008.com/CMS/uploads/publicacoes/08.11.25-19.24.42-discurso\\_presidente\\_lula.pdf](http://www.biofuels2008.com/CMS/uploads/publicacoes/08.11.25-19.24.42-discurso_presidente_lula.pdf)
- 9 [http://www.bndes.gov.br/noticias/2008/not220\\_08.asp](http://www.bndes.gov.br/noticias/2008/not220_08.asp)
- 10 O dado foi retirado da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, e representa a soma dos postos existentes nas classes 01139 (cultivo de cana-de-açúcar), 15610 (usinas de açúcar), 15628 (refino e moagem de açúcar) e 23400 (produção de álcool).
- 11 Depois de São Paulo, os Estados com mais trabalhadores no setor da cana são Alagoas e Pernambuco, com 86.932 e 85.042 vagas respectivamente. Esses dois Estados ocupam apenas a quinta e sexta posições em no ranking nacional das maiores áreas destinadas à cana, mas seu modelo de produção, baseado em uso intensivo de mão-de-obra e baixa mecanização da colheita, explica a elevada geração de postos de trabalho.
- 12 **Moraes, Márcia Azanha Ferraz Dias de.** “O mercado de trabalho da agroindústria canavieira – desafios e oportunidades”. Revista Economia Aplicada. São Paulo, v. 11, n. 4, p. 605-619, outubro-dezembro de 2007.
- 13 Dado retirado de “Cana-de-açúcar, entre o velho e o novo”, de Elio Neves e Marcos S. Jank. Artigo publicado na página A2 do jornal O Estado de S. Paulo, em 27 de agosto de 2008.
- 14 A referência é o preço médio da cesta básica nos meses de novembro de cada ano.
- 15 O aumento real dos rendimentos dos empregados no setor canavieiro é corroborado por outros estudos, como “Evolução da remuneração das pessoas empregadas na cana-de-açúcar e em outras lavouras, no Brasil e em São Paulo”, de Rodolfo Hoffmann (Unicamp) e Fabíola C. R. de Oliveira (USP).
- 16 Os valores foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para 2008, foi considerado o índice de 7,12%, dos 12 meses compreendidos entre nov/2007 e nov/2008.
- 17 **Alves, Francisco.** *Por que morrem os cortadores de cana?* Revista Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, setembro-dezembro de 2006.
- 18 **Alves, Francisco.** *Por que morrem os cortadores de cana?* Revista Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, setembro-dezembro de 2006, p. 97.
- 19 Superintendências Regionais do Trabalho é o novo nome das Delegacias Regionais do Trabalho.

**20** Os dados sobre o número de trabalhadores escravos em 2008 fornecidos pela CPT e o Ministério do Trabalho e Emprego são divergentes porque trabalham períodos distintos de 2008. Quando forem consolidados, os dados deverão ser os mesmos.

**21** **Alves, Francisco.** *Por que morrem os cortadores de cana?* Revista Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, setembro-dezembro de 2006.

**22** **Moraes, Márcia Azanha Ferraz Dias de; e Figueiredo, Margarida Garcia de.** *Migração espontânea de trabalhadores no setor sucroalcooleiro.* Relatório de Pesquisa do Grupo de Extensão em Mercado de Trabalho da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Abril de 2008.

**23** Folha de S.Paulo, caderno Folha Ribeirão, 16/12/2008, “*Usinas lideram ranking da poluição ambiental na região*”

**24** Unica. “*Responsabilidade socioambiental – A sustentabilidade da cana brasileira*”

**25** Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/arquivos/560616116.pdf>

**26** Em termos de área plantada na safra 2007, segundo o IBGE, os municípios citados figuraram em 7º (Maracaju), 8º (Dourados), 11º (Rio Brillhante) e 17º (Sidrolândia) no ranking dos principais produtores de milho do país; quanto à soja, ficaram em 13º (Maracaju), 16º (Dourados), 30º (Rio Brillhante) e 34º (Sidrolândia).

**27** Nomes fictícios utilizados a fim de preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

**28** No Mato Grosso do Sul, a situação mais dramática diz respeito à etnia Guarani (que se subdivide em dois grupos étnicos, os Nhandevas e os Kaiowás). Os impactos do setor sucro-alcooleiro sobre os indígenas na região Centro-Sul, no entanto, também se estendem a outros grupos. No próprio Mato Grosso do Sul, os Terena enfrentam diversos problemas. Em São Paulo, há pelo menos uma década indígenas Xakriabá, oriundos de Minas Gerais, vêm ao Estado para trabalhar na lavoura da cana.

**29** A matéria “*O ciclo de um combustível à base de bagaço de gente e caldo de sangue*”, publicada originalmente no jornal O Porantim, do Conselho Indigenista Missionário, foi premiada pela IPS – Inter Press Service em um concurso jornalístico no final de 2008. Reproduzida por diversas publicações, entre elas o jornal Brasil de Fato nº 266, a matéria contou com a participação do jornalista André Campos, colaborador da Agência Repórter Brasil.

**30** Tal situação é tema, inclusive, do belo filme Terra Vermelha (ou Birdwatchers), de Marco Bechis.

**31** O uso de mão-de-obra escrava dos Guarani, no Brasil e em outros países da América do Sul é histórico – não só na cana, mas também em outras culturas, como a do mate – ao ponto de a escravidão dos Guarani na Bolívia ter sido um dos pontos de partida da legislação da Organização Internacional do Trabalho contra a escravidão moderna.

**32** Site do governo do Estado do Mato Grosso do Sul, 21/08/08

**33** <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xakriaba/1155>

**34** Albuquerque, Cícero Ferreira de - *A cana-de-açúcar e a sua contribuição para a formação social de Alagoas e do Nordeste brasileiro.* Palavrando, v.1, n.1, 2007.

**35** Andrade, Manuel Correa de - *Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco,* Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001

**36** Folha de S. Paulo - BB dá perdão bilionário para usineiros, 14/01/07

**37** Extra Alagoas - Governo Téo perdoa mais R\$ 1,5 bilhão de usineiros, 14/07/2008

**38** Conab, Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana-de-Açúcar, Safra 2008, 3º levantamento, dezembro/2008

- 39 Organização do Trabalho e Controle da Produção, Acidentes e Doenças, Migração e Transporte, Terra e moradia - Fundacentro, 2005
- 40 Bruno Ribeiro de Paiva é advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
- 41 Lista de Devedores da Dívida Ativa do INSS - Consulta filtrada pela UF
- 42 O Pnud divulgou em 2008 os números do IDH dos países, mas os últimos dados do IDH por município no Brasil datam de 2000
- 43 As usinas flagradas com menores são: Capricho, Roçadinho (autuada duas vezes), Santa Maria, Laginha (usina do grupo do ex-senador João Lyra), e Central Açucareira Santo Antônio. As usinas flagradas com trabalho escravo são: Serra Grande, Santa Clotilde, Usina Caeté, suas filiais Cachoeira, Marituba e Delta, Usina Taquara e Usina Roteiro.
- 44 As empresas autuadas foram: Usina Bom Jesus S/A, Cia Usina Bulhões, Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro, Usina Central Nossa Sra. de Lourdes S/A, Usina Central Olho D Água S/A, Usina Cruangi S/A, Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S/A, Interiorana Serviços e Construções Ltda, Usina Ipojuca S/A, J.B. Ltda, Usivale Indústria e Comércio Ltda, Cachool Comércio e Indústria S/A, Destilaria PAL Ltda, Usina Petribú S/A, Usina Pumanty S/A, Usina Salgado S/A, Cia Agro Industrial de Goiana, Usina São José S/A, Usina Trapiche S/A, Una Açúcar e Energia Ltda, Una Álcool Export Ltda, Usina União e Indústria S/A, Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda, Vitória Agroindustrial Ltda
- 45 O Globo - Minc diz que Pernambuco é 'desastre do desastre'. Usinas são multadas em R\$ 120 milhões, 01/07/2008
- 46 Citações do relatório retiradas da matéria "*Ilegalidade no Canavial*", do site O Eco, de 01/07/2008
- 47 De acordo com o estudo "*Movimentação de cana-de-açúcar numa agroindústria canavieira em condições adversas de operação*", da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 70% da cana plantada na Trapiche encontram-se em encostas.
- 48 Laudo Biológico para Determinação da Área de Influência do Estuário do Rio Sirinhaém, contratado pelo IBAMA, escritório do Recife Recife, junho de 2008.
- 49 **Silva Lima, Lenivaldo Marques** - Entre o Amargo da Zona Canavieira e a Harmonia da Usina Catende, 2003
- 50 *Agência Carta Maior* – "Judiciário retarda programa, avaliam especialistas", 20/03/2007
- 51 *Revista do Brasil* – O martelo contra a Reforma Agrária, 11.04.2007
- 52 Conab, Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana-de-Açúcar, Safra 2008, 3º levantamento, dezembro/2008
- 53 ANP – Relação de Usinas Cadastradas, atualização em 17.11.2008
- 54 Cerca de 600 mil hectares do Extremo Sul baiano são ocupados por monoculturas de eucaliptos, com impactos sobre solo (desertificação – "*Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano*", UESB/UFBA ) e mata nativa (desmatamento de áreas de mata atlântica – "*Veracel é condenada a pagar R\$ 20 milhões por desmatamento*", MPF/BA julho de 2008)
- 55 Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - Programa de Bioenergia Bahiabilio, novembro de 2007
- 56 CBHSF - Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco
- 57 Na Bahia, de acordo com a Codevasf os perímetros irrigados são: margem esquerda do rio São Francisco: Formosinho e Formoso A/H, com uma área total de 12.236 ha em operação. Os projetos Correntina e Jaborandi encontram-se em fase de estudos prévios, com uma área total de 164.000 ha. As principais fontes de captação hídrica são os rios São Francisco,



Corrente e Formoso. Na região de Barreiras: São Desidério/Barreiras Sul, Riacho Grande, Nupeba e Barreiras Norte, com uma área total de 9.101,9 ha em operação. O projeto Brejos da Barra, com 4.300 ha, encontra-se em fase de estudos prévios. A principal fonte hídrica desses projetos é o rio Grande. Região de Irecê: perímetros Mirorós, com 2.145 ha em operação, e Baixio de Irecê, com uma área total de 58.659 ha, sendo que 53.936 ha encontram-se em fase de elaboração dos projetos executivo e básico e 4.723 ha em fase de implantação. As principais fontes hídricas são os rios São Francisco e Verde. Juazeiro/Petrolina: Curaçá, Maniçoba, Tourão, Mandacaru, Senador Nilo Coelho e Bebedouro, com um total de 41.458,60 ha em operação, além dos projetos de Pedra Branca, Glória, Rodelas, Manga de Baixo, Apolônio Sales, Brígida, Icó-Mandantes e Caraíbas, do complexo Itaparica. Encontram-se em fase de implantação os projetos Salitre (1ª Etapa) e Pontal (PE), com área total de 39.167 ha, sendo que já estão implantados 8.680 há.

58 Jornal Brasil de Fato - Uma mini-transposição. Projeto Salitre: água destinada à exportação, fevereiro de 2008

59 Agência Estado. <http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/06/01/ult4469u26112.jhtm>.

60 Agência Indusnet Fiesp. <http://www.fiesp.com.br/agencianoticias/2007/08/03/pres-unica-inverdades-sucroalcool.ntc>.

61 Sidra/IBGE.

62 Sidra/IBGE.

63 Preço baixo da terra atrai produtor. *O Estado de São Paulo*, 07 de setembro de 2008.

64 [http://www.arcplan.com.br/mma/amazonia\\_fichas\\_das\\_areas\\_prioritarias.pdf](http://www.arcplan.com.br/mma/amazonia_fichas_das_areas_prioritarias.pdf)

65 Ministério Público faz 14 exigências para que a usina Álcool Verde possa se instalar no Acre. Blog da Amazônia por Altino Machado. <http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2008/10/21/ministerio-publico-faz-14-exigencias-para-que-a-usina-alcool-verde-possa-se-instalar-no-acre/>

66 Agrocombustíveis Solução? A vida por um fio no eito dos canaviais. *Serviço Pastoral dos Migrantes*, Páginas 82 e 83.

67 Preço baixo da terra atrai produtor. *O Estado de São Paulo*, 07 de setembro de 2008.

68 *Os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, 2008.

69 *Os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, 2008.

70 A partir de informações de série de reportagens da Agência de Notícias da Repórter Brasil

71 **SAKAMOTO, Leonardo Moretti**. Os Acionistas da Casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo (2007). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

72 **SAKAMOTO, Leonardo; GOMES, Marcel; FILHO, Maurício Monteiro; THUSWOHL, Maurício**. *Severino Cavalcanti faz lobby por empresa flagrado com escravos*. São Paulo: Agência Carta Maior, 02 de junho de 2005.

73 No dia 09 de outubro de 2006, a Advocacia Geral; da União conseguiu cassar a liminar junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região e a Gameleira retornou ao cadastro.

74 **THENÓRIO, Iberê; SAKAMOTO, Leonardo**. *Recordista em libertações, empresa é reformulada e muda de nome*. São Paulo: Repórter Brasil, 26 de maio de 2006.